

AMÉRICA SOCIALISTA

REVISTA TEÓRICA MARXISTA - Nº 10 - ABRIL 2017 - CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL



REVOLUÇÃO RUSSA 1917 - 2017



As conquistas
de Outubro

PÁG. 04



Às vésperas
de Fevereiro
de 1917

PÁG. 14



A Revolução
e a luta das
mulheres

PÁG. 27



Revista América Socialista
Edição em português nº 10

Livraria e Editora Marxista
Rua Tabatinguera, 318
Praça da Sé, São Paulo/SP
CEP: 01020 000
Telefone: (11) 3104 0111

www.livrariamarxista.com.br
www.marxismo.org.br
contato@marxismo.org.br
Tiragem: 1.000

Edição: Alex Minoru e Serge Goulart

Tradução: Fabiano Leite, Nathan Belcavello
e Wanderci Bueno

Revisão: Aline Seitenfus, Edson Tavares,
Viviane Goulart, Felipe Libório

Diagramação: Evandro Colzani



Foto de capa: Cartaz soviético "We smite the lazy workers" de 1931. Autor anônimo.

A APRESENTAÇÃO

A Esquerda Marxista lança, em português, a décima edição da América Socialista, revista teórica da Corrente Marxista Internacional

para o continente americano.

Neste ano comemora-se o centenário do acontecimento mais importante da história da humanidade, a Revolução Russa de 1917, a primeira vez que a classe operária tomou o poder e o manteve.

Nesta edição especial, dedicamos três artigos a essa vitoriosa revolução proletária. Fonte de inúmeras lições para os que querem pôr fim à opressão e exploração capitalista, e seguir na luta por uma sociedade socialista.

O primeiro desses artigos, de autoria de Alan Woods, intitula-se O que a Revolução Russa realizou e por que degenerou. Alan combate as calúnias contra a revolução levadas a cabo pela campanha da burguesia para manchar a luta pelo socialismo. O texto apresenta os avanços econômicos, sociais e tecnológicos proporcionados por uma economia planificada. Ao mesmo tempo, combate a contrarrevolução política realizada pela burocracia stalinista na Rússia, que liquidou totalmente o regime de democracia soviética dos trabalhadores. Alan conclui: “O que fracassou na Rússia e na Europa Oriental não era comunismo ou socialismo, em qualquer sentido em que este era entendido por Marx ou Lênin, mas uma caricatura burocrática e totalitária”.

Já o artigo Revolução Russa: às vésperas da Revolução de Fevereiro, de Hamid Alizadeh, trata dos

antecedentes da revolução que derrubou o já frágil regime czarista. A análise trata das divisões na classe dominante, a impotência e a covardia da chamada burguesia liberal, a deplorável situação da classe trabalhadora e do campesinato, consequência da guerra imperialista, ou seja, do conjunto que vai desembocar na explosão revolucionária que derrubará não apenas o regime czarista em fevereiro, mas que vai levar a classe trabalhadora ao poder em outubro.

Completa a série de artigos sobre o tema o texto de Francis Madlener, 100 anos da Revolução Russa e a luta das mulheres. O texto retoma a orga-



**Sem teoria revolucionária
não há movimento revolucionário**

nização das mulheres trabalhadoras russas, seu papel decisivo no processo revolucionário e as conquistas obtidas, tais como direito ao aborto, ao divórcio, medidas para libertar a mulher da escravidão dos afazeres domésticos, com lavanderias, creches e refeitórios públicos. O texto trata também da reação stalinista que retirou várias destas conquistas e combate o feminismo burguês, que trata a luta pela libertação da mulher como uma luta entre gêneros e não como parte da luta de classes.

A revista segue com o artigo de Carlos Márques, do México, que analisa a Constituição do país de

1917, saída da Revolução Mexicana. O documento, apesar das conquistas sociais contidas, fruto da luta popular, constituiu as bases para um regime capitalista, ou seja, para o triunfo da burguesia no processo revolucionário.

O artigo seguinte trata do Acordo de Paz na Colômbia entre as FARC e o Estado. No texto Jorge Martín e Jonathan Fortich explicam as origens e a história dessa organização guerrilheira, a intervenção do imperialismo estadunidense através do Plano Colômbia, concluindo com uma análise detalhada do atual acordo de paz, seus motivos, suas limitações e as implicações que pode trazer para a luta de classes no país.

Da Espanha, David Rey faz uma contribuição ao debate interno no PODEMOS, que realizou sua segunda Asamblea Ciudadana (o Congresso) em fevereiro deste ano, com uma expressiva vitória da ala esquerda do partido.

No artigo, são analisadas as posições em disputa e as estratégias para a construção do PODEMOS. Enquanto o setor liderado por Errejón advoga pela moderação da linguagem (e do conteúdo) para ganhar as camadas médias da sociedade, o setor liderado por Pablo Iglesias tem defendido maior radicalidade para conquistar estes mesmos objetivos. O artigo combate o reformismo, defendendo a visão marxista da luta de classes.

Os camaradas de Lucha de Clases, na Venezuela, escrevem um artigo bastante duro, mas muito necessário sobre a gravidade da crise econômica e política pela qual passa a Revolução Bolivariana. Esta crise é o resultado de uma combinação de fatores, mas em última instância tem suas raízes na falida tentativa reformista de regular o funcionamento do capi-

talismo. As conquistas da revolução estão ameaçadas e a única maneira de defendê-las é avançando em uma mudança drástica, com a expropriação das grandes empresas, bancos e latifúndios.

Por fim, publicamos extratos do livro de James Cannon, A luta por um partido proletário, um livro de combate a uma fração pequeno

-burguesa no SWP. Tal obra foi escrita por Cannon sob inspiração e supervisão de Trotsky, que a aprovou inteiramente. Tal publicação é antecedida por uma apresentação do camarada Serge Goulart, que relaciona a obra com o surgimento de um pequeno grupo de oposição à maioria da direção da Esquerda Marxista, e que, recentemente,

abandonou nossa organização.

Esperamos que este número da revista, nos 100 anos da Revolução Russa, seja do interesse de nossos leitores e colabore com a formação teórica dos militantes engajados na luta por uma revolução socialista mundial. Grandes batalhas se avizinham, novos outubros virão!



Índice

- 04 **O que a Revolução Russa realizou e por que degenerou**
Alan Woods
- 14 **Revolução Russa: às vésperas da Revolução de Fevereiro**
Hamid Alizadeh
- 27 **100 anos da Revolução Russa e a Luta das Mulheres**
Francis Madlener de Lima
- 30 **A constituição de 1917 e o triunfo da burguesia na revolução mexicana**
Carlos Marques
- 38 **As FARC e o fim do conflito com o Estado colombiano**
Jorge Martín e Jonathan Fortich
- 46 **Para onde vai Podemos? Aporte para o debate interno**
David Rey
- 53 **Venezuela: balanço de 2016 e perspectivas para 2017**
Juan Manaure e Carlos E. Jaurena
- 62 **O que é a “luta contra o esmagamento da democracia” e como lutar contra ela numa organização marxista”**
Serge Goulart

Contato com a Corrente Marxista Internacional (CMI) nas Américas

CANADÁ

Fightback
fightback@marxist.ca
www.marxist.ca

Québec
La Riposte
lariposte@marxiste.qc.ca

ESTADOS UNIDOS

Workers International League
www.socialistappeal.org

MÉXICO

La Izquierda Socialista
www.laizquierdasocialista.org
laizquierdasocialista.org@gmail.com
facebook.com/laizquierdasocialista

EL SALVADOR

Bloque Popular Juvenil
www.bloquepopularjuvenil.org
redaccion@bloquepopularjuvenil.org

REPÚBLICA DOMINICANA

cmi.dominicana@gmail.com

NICARÁGUA

vanguardiamarxistanicaraguense@gmail.com

HONDURAS

izquierdamarxista.hn@gmail.com

VENEZUELA

Lucha de Clases
www.luchadeclasses.org.ve
cmi.venezuela@gmail.com

COLÔMBIA

colombiamarxista@gmail.com

ARGENTINA

Corriente Socialista El Militante
www.argentina.elmilitante.org
elmilitante.argentina@gmail.com

BRASIL

Esquerda Marxista
www.marxismo.org.br
contato@marxismo.org.br
facebook.com/EsquerdaMarxista

INTERNACIONAL

www.marxist.com/es
contacto@marxist.com





Lenin, Trotsky e outros líderes soviéticos na comemoração do 2º aniversário da Revolução de Outubro

O que a Revolução Russa realizou e por que degenerou

Alan Woods (Tradução de Fabiano Leite)

Este ano assinala o 100º aniversário da Revolução de Outubro. Os apologistas do capitalismo e seus leais amplificadores no movimento dos trabalhadores tentam se confortar com o pensamento de que o colapso da URSS significou o fim do socialismo. Mas o que fracassou na Rússia não foi o socialismo, e sim uma caricatura do socialismo. Ao contrário das calúnias frequentemente repetidas, o regime stalinista foi a antítese do regime democrático estabelecido pelos Bolcheviques em 1917.

“O que quer que se pense sobre o Bolchevismo, é inegável que a Revolução Russa é um dos maiores acontecimentos da história da humanidade, e a ascensão dos Bolcheviques ao poder, um fato de importância mundial” (J. Reed, Dez Dias que Abalaram o Mundo, Prefácio do Autor).

O colapso da URSS foi apresentado pelos defensores do capitalismo como o equivalente à vitória final da

“economia de livre mercado” sobre o “comunismo”. Há vinte e cinco anos, isto produziu uma vaga de euforia na burguesia e seus apologistas. Falavam do fim do socialismo, do fim do comunismo e até mesmo do fim da história e, a partir daí, assistimos a uma ofensiva ideológica sem precedentes contra as ideias do marxismo em escala mundial. Esta exuberância irracional não reconhecia quaisquer limites.

O então presidente estadunidense George Bush anunciou triunfalmente a criação de uma “Nova Ordem Mundial” sob o domínio do imperialismo norte-americano. “A União Soviética não existe mais”, escreveu Martin McCauley. “A grande experiência fracassou... O marxismo, na prática, fracassou em todos os lugares. Não existe nenhum modelo econômico marxista capaz de competir com o capitalismo” (M. McCauley, A União Soviética 1917-1991, pp. XV e 378). “Ganhamos!”,

exclamou o editorial de The Wall Street Journal (25/5/89). Foi neste momento que Francis Fukuyama fez sua famosa previsão: “O período da pós-história chegou... A democracia liberal triunfou, e a humanidade alcançou sua mais alta sabedoria. A história chegou ao fim”.

Vinte e cinco anos mais tarde, não sobra uma pedra sobre outra dessas tolas ilusões. O capitalismo entrou na crise mais séria desde a Grande Depressão. Milhões estão enfrentando um futuro de desemprego, pobreza, cortes e austeridade. Guerras e conflitos assolam todo o planeta, cujo próprio futuro é posto em risco pelas depredações causadas pela incontrolável economia de mercado. Agora, à fria luz do dia, aquelas proclamações triunfalistas soam como uma ironia. A crise global do capitalismo e seus efeitos destruíram aquelas previsões confiantes. Todas as pródigas promessas de leite e mel, que se seguiram ao colapso da

União Soviética, feitas pelos líderes ocidentais, evaporaram como uma gota d'água na chapa quente de um fogão.

O sonho dos EUA de dominar o mundo está enterrado sob as ruínas fumegantes de Aleppo. Todos os pronunciamentos triunfalistas dos estrategistas da burguesia mostraram-se irreais. A história voltou para se vingar. Os mesmos observadores ocidentais que exageravam cada defeito da economia soviética estão agora lutando desesperadamente para explicar o fracasso manifesto da economia de mercado. Agora só existe colapso econômico, instabilidade política, incertezas, guerras e conflitos. A euforia anterior deu passagem ao mais sombrio pessimismo.

É por esta mesma razão que o centenário da Revolução Russa será inevitavelmente a ocasião para a intensificação de uma campanha anticomunista imoral. A razão para isto não é difícil de encontrar. A crise global do capitalismo está ocasionando um questionamento geral da “economia de mercado”. Há o renascimento do interesse nas ideias marxistas, o que está alarmando a burguesia. A nova campanha de calúnias é um reflexo não de confiança, mas de medo.

MEDO DA REVOLUÇÃO

A história mostra que derrotar uma revolução não é suficiente para a classe dominante. É necessário cobri-la de calúnias, denegrir o nome de seus líderes e cercá-la com uma nuvem de malícias e suspeitas para que nem mesmo a lembrança dela permaneça para inspirar as novas gerações. Não há nada de novo nisso. No século XIX, quando o historiador Thomas Carlyle estava escrevendo um livro sobre Oliver Cromwell, ele disse que antes que pudesse começar teve que resgatar o corpo de Cromwell de uma montanha de cães mortos.

Depois da restauração da monarquia em 1660, tudo o que lembrava Cromwell e a revolução burgue-

sa inglesa teve que ser apagado da memória coletiva. A monarquia restaurada de Carlos II datava oficialmente seu reinado a partir de 30 de janeiro de 1649, a data da execução de Carlos I, e todas as referências à república e às suas ações revolucionárias deviam ser apagadas. O arrogante Carlos II estava tão dominado pelo espírito do despeito, do ódio e da vingança, que chegou a exumar o cadáver de Oliver Cromwell, que foi então submetido a enforcamento público em Tyburn.

A mesma malícia e rancor nascidos do medo é o que motiva os atuais esforços para negar as conquistas e o significado revolucionário da Revolução Russa e para denegrir a memória de seus líderes. A falsificação sistemática da história que agora empreende a burguesia, embora um pouco mais sutil do que os linchamentos póstumos dos monarquistas ingleses, não é de forma alguma moralmente superior a eles. Em última instância, não será mais eficaz. A locomotiva do progresso humano é a verdade, não a mentira. E a verdade não permanecerá enterrada para sempre.

Durante a melhor parte de três gerações, os apologistas do capitalismo liberaram o seu rancor contra a União Soviética. Nenhum esforço ou gasto foram poupados na tentativa de denegrir a imagem da Revolução de Outubro e a economia nacionalizada e planificada que dela se originou. Nessa campanha, os crimes do stalinismo foram muito úteis. O truque era identificar socialismo e comunismo com o regime burocrático totalitário que surgiu a partir do isolamento da revolução em um país atrasado.

O ódio à União Soviética, compartilhado por todos aqueles cujas carreiras, salários e lucros derivavam da ordem existente baseada na renda, no juro e no lucro, não é difícil de entender. Este ódio não tinha nada a ver com o regime totalitário de Stalin. Os mesmos “amigos da democracia” não tiveram nenhum escrúpulo em elogiar os regimes di-

tatoriais quando convinha aos seus interesses fazê-lo. A “democrática” classe dominante britânica ficou muito feliz ao ver Hitler chegar ao poder, contanto que derrubasse os trabalhadores alemães e dirigisse suas atenções para o Leste.

Winston Churchill e outros representantes da classe dominante britânica expressaram sua fervorosa admiração por Mussolini e Franco, até 1939. No período posterior a 1945, as ‘democracias’ ocidentais, em primeiro lugar os EUA, apoiaram ativamente cada ditadura monstruosa. De Somoza a Pinochet, da junta Argentina ao açougueiro indonésio Suharto, que se elevou ao poder sobre os cadáveres de um milhão de pessoas com o ativo apoio da CIA. Os líderes das democracias ocidentais rastejam diante do regime sanguinário da Arábia Saudita que tortura, assassina, açoita e crucifica seus próprios cidadãos. A lista dessas barbáries é interminável.

Do ponto de vista do imperialismo, esses regimes são perfeitamente aceitáveis, desde que se baseiem na propriedade privada da terra, dos bancos e dos grandes monopólios. Sua hostilidade implacável à União Soviética não foi, então, baseada em algum amor à liberdade, mas no cru interesse de classe. Odiavam a União Soviética, não pelo que ela tinha de mau, e sim precisamente pelo que tinha de positivo e progressista. Opunham-se não à ditadura de Stalin (pelo contrário, os crimes do stalinismo eram-lhes convenientes como um meio necessário para manchar o nome do socialismo no ocidente), mas às formas de propriedade nacionalizada que eram tudo o que restava das conquistas de Outubro.

Esta reescrita da história lembra os velhos métodos da burocracia stalinista que colocavam a história de cabeça para baixo, convertendo figuras importantes em inexistentes, ou demonizando-as, como no caso de Leon Trotsky, e geralmente sustentavam que o preto era branco. Os atuais escritos dos inimigos do socialismo não são nada diferentes, exceto



Yuri Gagarin, primeiro homem a ir ao espaço

pelo fato de que difamem Lênin com o mesmo ódio cego e rancor que os stalinistas reservavam para Trotsky.

Alguns dos piores desses casos se encontram na Rússia. Isto não surpreende, por duas razões diferentes: primeiro, estas pessoas surgiram da escola stalinista de falsificação, que se baseava no princípio de que a verdade era apenas uma ferramenta a serviço da elite dominante. Os professores, economistas e historiadores estavam acostumados, com poucas e honrosas exceções, a adaptar o que escreviam à “Linha” do momento. Os mesmos intelectuais que cantaram elogios a Trotsky, o fundador do Exército Vermelho e líder da Revolução de Outubro, poucos anos mais tarde não tiveram nenhum reparo em denunciá-lo como um agente de Hitler. Os mesmos escritores que adularam em Joseph Stalin o grande Líder e Mestre logo saltaram para o outro lado quando Nikita Khrushchev descobriu o “culto da personalidade”. Os hábitos dificilmente morrem. Os métodos da prostituição intelectual são os mesmos. Só mudou o Mestre.

Há também outra razão totalmente separada. Muitos dos capitalistas na Rússia há muito carregavam o cartão de filiação ao Partido Comunista em seus bolsos e falavam

em nome do socialismo. De fato, nada tinham a ver com socialismo, comunismo ou com a classe trabalhadora. Faziam parte de uma casta governante parasitária que vivia uma vida de luxos nas costas dos trabalhadores soviéticos. Agora, com o mesmo cinismo que sempre caracterizou esses elementos, passaram-se abertamente para o capitalismo. Mas essa transformação milagrosa não pode ser consumada tão facilmente. Estas pessoas sentem uma necessidade imperiosa de justificar sua apostasia amontoando maldições sobre o que acreditavam ainda ontem. Através desses meios, tentam lançar poeira nos olhos das massas, enquanto suavizam suas próprias consciências – supondo-se que possuam tal coisa. Até o pior canalha gosta de encontrar alguma justificativa para suas ações.

O QUE A REVOLUÇÃO REALIZOU

O regime estabelecido pela Revolução de Outubro não era nem totalitário nem burocrático, e sim o regime mais democrático já visto na Terra. A Revolução de Outubro aboliu radicalmente a propriedade privada dos meios de produção. Pela primeira vez na história, a viabilidade de uma economia planificada

foi demonstrada, não na teoria, mas na prática. Em mais de um sexto da superfície da Terra, dentro de uma experiência gigantesca e sem precedentes, se provou que era possível dirigir a sociedade sem capitalistas, latifundiários e agiotas.

Hoje em dia está na moda rebaixar os resultados alcançados, ou mesmo negá-los completamente. No entanto, a mais simples consideração dos fatos leva-nos à conclusão muito diferente. Apesar de todos os problemas, deficiências e crimes (o que, aliás, a história do capitalismo nos fornece em grande abundância), foram realizados avanços impressionantes pela economia nacionalizada e planificada na União Soviética, e dentro de um período de tempo notavelmente curto em termos históricos. Foi isto o que provocou o medo e o ódio que caracterizaram a atitude das classes dominantes do Ocidente. Foi isto o que as obriga até hoje a se entregar às mentiras e calúnias mais sem-vergonhas e sem precedentes (naturalmente, sempre sob o disfarce da mais requintada “objetividade acadêmica”) sobre o passado.

A burguesia tem que enterrar de uma vez por todas os ideais da Revolução de Outubro. Consequentemente, o colapso da URSS foi o sinal para uma avalanche de propaganda contra as conquistas das economias planificadas da Rússia e da Europa Oriental. Esta ofensiva ideológica dos estrategistas do Capital contra o “comunismo” foi uma tentativa calculada para negar as conquistas históricas que surgiram da Revolução. Para estas damas e cavalheiros, a Revolução Russa era uma aberração histórica desde 1917. Para eles, só pode haver uma forma de sociedade. O capitalismo aos seus olhos sempre existiu e deve continuar a existir. Portanto, não poderia haver qualquer conversa sobre conquistas da economia nacionalizada e planificada. As estatísticas soviéticas são consideradas simplesmente como exageros ou falsidades.

“Os números não podem mentir, mas os mentirosos podem numerar”.

*Todos os avanços colossais na alfabetização, na saúde, na assistência social, foram soterrados por um Niágara de mentiras e distorções destinadas a esconder as genuínas conquistas do passado. Todas as falhas da vida soviética – e houve muitas – foram sistematicamente exploradas fora de todas as proporções e utilizadas para “provar” que não há nenhuma alternativa ao capitalismo. Em vez de avanço, houve declínio, dizem-nos eles. Em vez de progresso, houve regresso. “Afirmou-se que a URSS nos anos 1980 estava tão atrás dos EUA quanto estava o Império Russo em 1913”, escreve o historiador econômico, Alec Nove, concluindo que “as revisões estatísticas tiveram o papel político de deslegitimar o regime soviético...” (Alec Nove, *An Economic History of the USSR*, p. 438).*

Contra essa campanha sem precedentes de mentiras e calúnias, é essencial que coloquemos as coisas em ordem. Não desejamos sobrecarregar o leitor com estatísticas. No entanto, é necessário demonstrar sem qualquer dúvida os tremendos êxitos da economia planificada. Apesar dos crimes monstruosos da burocracia, os avanços sem precedentes da União Soviética representam não somente uma conquista histórica, mas são, acima de tudo, um vislumbre das enormes possibilidades inerentes a uma economia nacionalizada e planificada, especialmente se fosse governada de forma democrática. Eles se destacam em completo contraste à crise das forças produtivas do capitalismo em escala mundial atualmente.

AVANÇO SEM PRECEDENTES

A revolução de Outubro de 1917 produziu o maior avanço das forças produtivas de qualquer país na história. Antes da revolução a Rússia czarista era uma economia extremamente atrasada e semifeudal, com uma população predominantemente analfabeta. De uma população total de 150 milhões de habitantes havia aproximadamente só quatro milhões de trabalhadores industriais. Isto sig-

nifica que era mais atrasada do que o Paquistão no momento atual.

Sob assustadoras condições de atraso econômico, social e cultural, o regime de democracia operária estabelecido por Lênin e Trotsky começou a tarefa titânica de erguer a Rússia do atraso na base de uma economia nacionalizada e planificada. Os resultados não têm precedentes na história econômica. Dentro do espaço de duas décadas, a Rússia estabeleceu uma poderosa base industrial, desenvolveu a indústria, a ciência e a tecnologia e aboliu o analfabetismo. Alcançou notáveis avanços nos campos da saúde, cultura e educação. Isto aconteceu em um momento em que o mundo Ocidental se encontrava sob o domínio do desemprego em massa e do colapso econômico da Grande Depressão.

A viabilidade do novo sistema produtivo foi submetida à prova em 1941-45, quando a União Soviética foi invadida pela Alemanha nazista com todos os recursos combinados da Europa à sua disposição. Apesar da perda de 27 milhões de vidas, a URSS conseguiu derrotar Hitler, e avançou, depois de 1945, na reconstrução de sua destruída economia em espaço de tempo notavelmente curto, convertendo-se na segunda potência mundial.

Avanços tão surpreendentes em um país exigem uma pausa para se pensar. Pode-se simpatizar ou não com os ideais da Revolução Bolchevique, mas uma transformação tão notável como essa, em espaço de tempo tão curto, exige a atenção das pessoas que pensam em qualquer lugar.

Dentro de um período de 50 anos, a URSS aumentou seu produto interno bruto em nove vezes. Apesar da terrível destruição da II Guerra Mundial, aumentou o seu PIB em cinco vezes de 1945 a 1979. Em 1950, o PIB da URSS era somente 33% do PIB dos EUA. Em 1979, já era 58%. Pelo final dos anos 1970, a União Soviética era uma formidável potência industrial, que, em termos absolutos, já tinha superado o res-

tante do mundo em toda uma série de setores fundamentais. A URSS era o segundo maior produtor industrial do mundo depois dos EUA, e era o maior produtor de petróleo, aço, cimento, amianto, tratores e de muitas máquinas-ferramentas.

Mas a plena extensão das realizações não se expressa somente nestes números. Tudo isto foi realizado virtualmente sem desemprego ou inflação. O desemprego como aquele no Ocidente era desconhecido na União Soviética. De fato, o desemprego era do ponto de vista legal um crime. (Ironicamente, esta lei ainda permanece nos códigos de lei de hoje, embora não signifique nada). Poderia haver exemplos de casos resultantes de torpezas ou de indivíduos que entraram em conflito com as autoridades e que foram privados de seus empregos. Mas tais fenômenos não surgiam da natureza de uma economia nacionalizada e planificada, e não precisavam existir. Nada tinham em comum ou com o desemprego cíclico do capitalismo ou com o câncer orgânico que afeta agora todo o mundo Ocidental e que, atualmente, condena 35 milhões de pessoas dos países da OCDE a uma vida de ociosidade forçada.

Além disso, durante a maior parte do período do pós-guerra, houve pouca ou nenhuma inflação. A burocracia aprendeu a verdade da advertência de Trotsky de que “a inflação é a sífilis da economia planificada”. Depois da II Guerra Mundial, na maior parte do tempo cuidaram para assegurar que a inflação permanecesse sob controle. Foi este o caso particularmente com os preços dos itens básicos de consumo. Antes da perestroika (reconstrução), a última vez em que o preço da carne e dos produtos lácteos aumentou foi em 1962. O preço do pão, do açúcar e da maioria dos alimentos foram aumentados em 1955. Os aluguéis eram extremamente baixos, particularmente quando comparados ao Ocidente, onde a maioria dos trabalhadores tem de pagar um terço ou mais de seus salários com os custos

de moradia. Somente no último período, com o caos da perestroika, isto começou a vir abaixo. Com a carreira na direção de uma economia de mercado, tanto o desemprego quanto a inflação dispararam para níveis sem precedentes.

A URSS tinha um orçamento equilibrado e até mesmo um pequeno superávit todos os anos. É interessante notar que nem um só governo Ocidental teve êxito em obter resultado semelhante (como o provam as condições de Maastricht), da mesma forma em que não tiveram êxito em alcançar pleno emprego e inflação zero, coisas que também existiam na União Soviética. Os críticos ocidentais da União Soviética se mantiveram muito calados sobre isto, porque demonstrava as possibilidades até mesmo de uma economia transicional, nem pensar no socialismo.

De um país atrasado, semifeudal, e principalmente analfabeto em 1917, a URSS se tornou uma economia moderna e desenvolvida, com um quarto dos cientistas do mundo, um sistema de saúde e de educação igual ou superior a qualquer coisa encontrada no Ocidente, capaz de lançar o primeiro satélite artificial e de colocar o primeiro homem no espaço. Nos anos 1980, a URSS tinha mais cientistas do que os EUA, o Japão, a Grã-Bretanha e a Alemanha juntos. Só recentemente o Ocidente foi obrigado a admitir, a contragosto, que o programa espacial soviético estava muito na frente do programa espacial dos EUA. O fato de que o Ocidente ainda tenha que utilizar foguetes russos para colocar homens e mulheres no espaço é prova suficiente disto.

AS MULHERES E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

O grande socialista utópico francês Fourier via na posição da mulher o indicador mais claro do progresso ou não de um regime social. A tentativa de introduzir o capitalismo na Rússia teve consequências calamitosas a este respeito. Todos os ganhos



Homens e mulheres da classe trabalhadora, lado a lado no combate aos inimigos de classe

para as mulheres feitos pela Revolução Russa, que, aliás, foi iniciada por uma greve de trabalhadores têxteis no Dia Internacional das Mulheres, estão sendo sistematicamente eliminados. A face reacionária do capitalismo revela-se graficamente na posição da mulher na Rússia.

A Revolução Bolchevique lançou as bases para a emancipação social das mulheres, e embora a contrarrevolução política stalinista representasse um retrocesso parcial, é inegável que as mulheres na União Soviética realizaram avanços colossais na luta pela igualdade. “A Revolução de Outubro cumpriu honestamente as suas obrigações com relação à mulher”, escreveu Trotsky. “O jovem governo não só lhes deu todos os direitos políticos e legais em igualdade com os homens, como também, o que é mais importante, fez tudo o que pôde, e em qualquer caso incomparavelmente mais do que qualquer outro governo, para garantir seu acesso a todas as formas de trabalho econômico e cultural”.

A Revolução de Outubro foi um marco na luta pela emancipação da mulher. Antes disso, sob o czarismo, as mulheres eram consideradas meros apêndices da família. As leis czaristas permitiam explicitamente que um homem se utilizasse da violência contra sua esposa. Em algumas áreas rurais as mulheres eram forçadas a usar véus e eram impedidas de aprender a ler e escrever. Entre 1917 e 1927, toda uma série de leis foram aprovadas dando às mulheres igualdade formal com os homens. O programa do Partido Comunista de 1919 proclamou corajosamente: “Não se limitando à igualdade formal das mulheres, o partido esforça-se por libertá-las dos encargos materiais do trabalho doméstico obsoleto, substituindo-o por casas comunais, restaurantes públicos, lavanderias centrais, enfermarias, etc.”.

As mulheres não estavam mais obrigadas a viver com seus maridos ou a acompanhá-los se uma mudança de emprego significasse uma mudança de residência. Foram-lhes

concedidos direitos iguais para serem chefes de família e recebiam pagamento igual. Foi dada atenção ao papel materno das mulheres e leis especiais para a maternidade foram introduzidas, proibindo longas horas de trabalho e o trabalho noturno e estabelecendo licença remunerada no parto, auxílios familiares e creches. O aborto foi legalizado em 1920; o divórcio foi simplificado e introduzido o registro civil do casamento. O conceito de filho ilegítimo foi abolido. Nas palavras de Lênin: “No sentido literal, não deixamos de pé um só tijolo das leis desprezíveis que colocavam as mulheres em situação de inferioridade em comparação com os homens...”.

Foram realizados avanços materiais para facilitar o pleno envolvimento das mulheres em todas as esferas da vida social, econômica e política – a provisão de alimentação grátis nas escolas, leite para as crianças, alimentação especial e roupas para crianças necessitadas, centros de consulta para mulheres grávidas, casas de maternidade, creches e outras instalações. É verdade que o surgimento do stalinismo deu início a uma série de contrarreformas na esfera social, o que afetou drasticamente a posição das mulheres. Mas, com a morte de Stalin, o crescimento econômico do pós-guerra permitiu uma melhora geral constante: aposentadoria aos 55 anos de idade, nenhuma discriminação em termos de remuneração e emprego, e o direito das mulheres grávidas a um trabalho mais leve, com licença maternidade de 56 dias antes e 56 dias após o nascimento do filho, totalmente paga. Nova legislação em 1970 aboliu o trabalho noturno e subterrâneo para as mulheres. O número de mulheres no ensino superior como porcentagem do total aumentou de 28% em 1927, a 43% em 1960 e a 49% em 1970. Os únicos outros países do mundo onde as mulheres constituíam mais de 40% do total no ensino superior eram a Finlândia, a França e os Estados Unidos.

Houve melhoras nos cuidados

pré-escolares para as crianças: em 1960 havia 500 mil vagas, mas, em 1971, estas tinham aumentado para mais de cinco milhões. Os tremendos avanços da economia planificada, com as consequentes melhoras nos cuidados de saúde, se refletiram na duplicação da expectativa de vida para as mulheres, de 30 a 74 anos, e na redução da mortalidade infantil em 90%. Em 1959, um terço das mulheres ocupavam postos de trabalho onde 70% da força de trabalho eram mulheres, mas, em 1970, este número havia aumentado para 55%. Nesta época, 98% dos enfermeiros eram mulheres, bem como 75% dos professores, 95% dos bibliotecários e 75% dos médicos. Em 1950, havia 600 doutores em ciências mulheres, mas, em 1984, este número havia subido a 5.600.

A restauração capitalista rapidamente reverteu os ganhos do passado, empurrando as mulheres de volta a uma posição de escravidão abjeta em nome hipócrita da “família”. A maior parte dos encargos da crise está sendo colocada nos ombros das mulheres.

POR QUE A UNIÃO SOVIÉTICA ENTROU EM COLAPSO

No entanto, apesar desses êxitos extraordinários, a URSS entrou em colapso. A questão que deve ser colocada é por que isto ocorreu. As explicações dos “experts” capitalistas são tão previsíveis quanto vazias. O socialismo (ou o comunismo) fracassou. Fim da história. Mas os comentários dos líderes sindicais, tanto de esquerda quanto de direita, não são muito melhores. Os reformistas de direita como sempre apenas ecoam os pontos de vista da classe dominante. Dos reformistas de esquerda, obtemos um silêncio embaraçoso. Os líderes dos Partidos Comunistas no Ocidente, que ontem apoiavam acriticamente todos os crimes do stalinismo, agora tentam se distanciar de um regime desacreditado, mas não têm nenhuma resposta às perguntas dos trabalhadores e da juven-

tude que exigem explicações sérias.

As conquistas da indústria, ciência e tecnologia soviética já foram explicadas. Mas há o outro lado do quadro. O estado democrático dos trabalhadores estabelecido por Lênin e Trotsky foi substituído pelo monstruosamente deformado estado burocrático de Stalin. Foi um regresso terrível, que significou a liquidação do poder político da classe trabalhadora, mas não das conquistas socioeconômicas fundamentais de Outubro. As novas relações de propriedade, que tinham sua expressão mais clara na economia nacionalizada e planificada, permaneceram.

Nos anos 1920, Trotsky escreveu um pequeno livro com o título: Em direção ao socialismo ou ao capitalismo? Essa sempre foi a questão decisiva para a URSS. A propaganda oficial era que a União Soviética estava se movendo inexoravelmente na direção da conquista do socialismo. Nos anos 1960, Khrushchev se vangloriou de que o socialismo já tinha sido construído e que a URSS estava avançando para construir uma sociedade comunista plena em vinte anos. Mas a verdade era que a União Soviética estava se movendo totalmente em outra direção.

O movimento na direção do socialismo significaria uma redução gradual da desigualdade. Mas, na União Soviética, a desigualdade aumentava continuamente. Um abismo se abriu entre as massas e os milhões de funcionários privilegiados e suas esposas e filhos com suas roupas elegantes, grandes carros, apartamentos e dachas confortáveis. A contradição era ainda mais evidente porque contrastava com a propaganda oficial sobre socialismo e comunismo.

Do ponto de vista das massas, o êxito econômico não pode se reduzir à quantidade de aço, cimento ou eletricidade produzida. Os níveis de vida dependem acima de tudo da produção de produtos de boa qualidade, baratos e facilmente disponíveis: roupas, sapatos, alimentos, máquinas de lavar, televisores

e similares. Mas, nestes campos, a URSS ficou muito atrás do Ocidente. Isto não teria sido tão grave senão pelo fato de que algumas pessoas desfrutavam do acesso a essas coisas enquanto a maioria não o podia fazer.

A razão por que o stalinismo pôde durar tanto apesar de todas as gritantes contradições foi precisamente o fato de que durante décadas a economia nacionalizada e planejada deu extraordinários passos à frente. Mas o papel sufocante da burocracia resultou na corrupção, na má administração, na desordem e no desperdício em escala colossal. Isto socavou os ganhos da economia planejada. À medida em que a URSS se desenvolvia a níveis mais altos, os efeitos negativos da burocracia produziam consequências ainda mais prejudiciais.

A burocracia sempre agiu como um freio sobre o desenvolvimento das forças produtivas. Mas, enquanto a tarefa de construir a indústria pesada era relativamente simples, uma economia moderna e sofisticada, com suas complexas relações entre indústrias pesada e leve, ciência e tecnologia não pode ser administrada por mandato burocrático sem causar as mais graves perturbações. Os custos da manutenção de altos níveis de gastos militares e os custos da manutenção de seu controle sobre a Europa Oriental impuseram novas tensões sobre a economia soviética.

Com todos e colossais recursos à sua disposição, com uma poderosa base industrial e um exército de técnicos e cientistas de alto nível, a burocracia foi incapaz de alcançar os mesmos resultados do Ocidente. Nos campos vitais da produtividade e dos níveis de vida, a União Soviética ficou para trás. A principal razão foi o colossal encargo imposto sobre a economia soviética pela burocracia – os milhões de funcionários gananciosos e corruptos que dirigiam a União Soviética sem qualquer controle por parte da classe trabalhadora.



Como resultado, a União Soviética estava ficando por trás do Ocidente. Enquanto as forças produtivas na URSS continuavam a se desenvolver, a tendência pró-capitalista era insignificante. Mas o impasse do stalinismo transformou completamente a situação. Em meados dos anos 1960, o sistema da economia planejada, controlado burocraticamente, alcançou os seus limites. Isto se expressou claramente pela queda aguda da taxa de crescimento na URSS, que declinou continuamente durante os anos 1970, aproximando-se de zero sob Brezhnev. Uma vez que a União Soviética não era mais capaz de obter resultados melhores do que o capitalismo, seu destino foi selado.

Foi neste momento que Ted Grant concluiu que a queda do stalinismo era inevitável, uma previsão brilhante feita por ele já em 1972. Do ponto de vista Marxista, esta perspectiva era inevitável. O marxismo explica que em última instância a viabilidade de um dado sistema econômico depende de sua capacidade de desenvolver as forças produtivas. Este livro explica todo o processo em

grandes detalhes, e mostra como, no período depois de 1965, a taxa de crescimento da economia soviética começou a cair. Entre 1965 e 1970, a taxa de crescimento foi de 5,4%. Durante os próximos sete anos, entre 1971 e 1978, a taxa média de crescimento foi de apenas 3,7%.

Isto comparado a uma média de 3,5% para as economias capitalistas avançadas da OCDE. Em outras palavras, a taxa de crescimento da União Soviética já não era muito maior do que a alcançada sob o capitalismo, um desastroso estado das coisas. Em consequência, a participação da URSS na produção mundial total diminuiu ligeiramente, passando de 12,5%, em 1960 a 12,3% em 1979. No mesmo período, o Japão aumentou sua participação de 4,7% a 9,2%. Toda a conversa de Khrushchev sobre recuperação e superação dos EUA evaporou no ar. Subsequentemente, a taxa de crescimento da União Soviética continuou a cair, até o final do período Brezhnev (o período da estagnação como foi batizado por Gorbachov) ela foi reduzida a zero.

Uma vez alcançada esta etapa, a burocracia deixou de desempenhar mesmo o papel relativamente progressista que desempenhou no passado. Esta foi a razão pela qual o regime soviético entrou em crise. Ted Grant foi o único marxista a tirar a necessária conclusão disso. Ele explicou que, visto que a União Soviética foi incapaz de obter resultados melhores do que o capitalismo, o regime estava condenado. Em contraste, todas as outras tendências, da burguesia aos stalinistas, consideravam que os regimes aparentemente monolíticos da Rússia, China e Europa Oriental durariam quase indefinidamente.

A contrarrevolução política realizada pela burocracia stalinista na Rússia liquidou totalmente o regime de democracia soviética dos trabalhadores, mas não destruiu as novas relações de propriedade estabelecidas pela Revolução de Outubro. O domínio da burocracia se baseava na economia nacionalizada e planejada e desempenhou um papel relativamente progressista no desenvolvimento das forças produtivas, embora a um custo três vezes maior que o capitalismo, com enorme desperdício, corrupção e má gestão, como Trotsky afirmou ainda antes da guerra, quando a economia estava avançando a 20% ao ano.

Mas, apesar de seus êxitos, o stalinismo não resolveu os problemas da sociedade. Na realidade, representou uma monstruosa anomalia histórica, o resultado de uma peculiar concatenação histórica de circunstâncias. A União Soviética sob Stalin baseava-se em uma contradição fundamental. A economia nacionalizada e planejada estava em contradição com o estado burocrático. Mesmo no período dos primeiros Planos Quinquenais, o regime burocrático foi responsável por colossais desperdícios. Esta contradição não desapareceu com o desenvolvimento da economia, mas, pelo contrário, tornou-se cada vez mais intolerável até que o sistema terminou por desmoronar completamente.

Isto agora é de conhecimento comum. Mas ser sábio depois dos acontecimentos é relativamente fácil. Não é tão fácil prever os processos históricos de antemão, mas foi certamente este o caso com os notáveis escritos de Ted Grant sobre a Rússia, que traçaram com precisão o gráfico do declínio do stalinismo e previram seus resultados. Somente aqui encontramos uma análise exaustiva das razões para a crise do regime burocrático, que ainda hoje permanece como um livro fechado com sete selos para todos os outros comentaristas sobre os acontecimentos na antiga URSS.

A ANÁLISE DE TROTSKY

O ponto de partida da presente obra foi a brilhante análise feita por Leon Trotsky em sua obra-prima *A Revolução Traída*, escrita em 1936, que ainda hoje retém todo o seu vigor e relevância original. Ninguém que seriamente quiser entender o que aconteceu na Rússia pode ignorar esta grande obra de análise marxista. No entanto, por razões compreensíveis, Trotsky não proporcionou uma análise final de uma vez por todas da natureza de classe do Estado soviético, mas deixou em aberto a questão de qual direção ele finalmente tomaria.

O grande marxista russo entendeu que o destino da União Soviética seria determinado pela luta de forças vivas, o que estava, por sua vez, inseparavelmente conectado com desenvolvimentos em escala mundial: tais desenvolvimentos não podiam ser antecipados com precisão. De fato, a forma peculiar como a II Guerra Mundial se desenvolveu teve efeito decisivo no destino da União Soviética, o que ninguém esperava. Trotsky escreveu:

“É impossível no momento responder de forma definitiva e irrevogável a questão de se saber em que direção as contradições econômicas e os antagonismos sociais da sociedade soviética vão se desenvolver no transcurso dos próximos três, cinco ou dez anos. O

resultado depende da luta de forças sociais vivas – não em escala nacional, mas em escala internacional. Em cada nova etapa, portanto, é necessária uma análise concreta das verdadeiras relações e tendências em sua conexão e contínua interação” (Trotsky, *A Revolução Traída*, p. 49).

Trotsky foi cuidadoso ao colocar um ponto de interrogação sobre o futuro do Estado soviético. Sua previsão de que a burocracia stalinista, para preservar seus privilégios, “deve inevitavelmente, no futuro, buscar apoio nas relações [capitalistas] de propriedade”, demonstrou-se absolutamente correta. O espetáculo asqueroso dos líderes, dirigentes e funcionários de longa data do partido rasgando seus cartões de filiação ao Partido e se transformando abertamente em “empreendedores”, com a mesma facilidade com que um homem se traslada de um compartimento do trem a outro, revela quão longe o regime stalinista estava do genuíno socialismo.

Trotsky não esperava que o regime stalinista durasse todo o tempo que durou. É verdade que em seu último trabalho, *Stalin*, ele sugeriu que o regime poderia durar décadas na sua forma atual, mas o livro estava inacabado no momento de seu assassinato, e ele não pôde desenvolver esta ideia. A União Soviética emergiu da II Guerra Mundial enormemente fortalecida. O regime stalinista, que Trotsky considerava como uma aberração histórica temporária, sobreviveu durante décadas. Isto teve um efeito profundo em tudo, particularmente na consciência das massas e da própria burocracia.

Trotsky esperava que o regime stalinista fosse derrubado por uma revolução política da classe trabalhadora. Mas, se isto não acontecesse, ele levantou a possibilidade de que, em determinado momento, o processo de contrarrevolução burocrática levaria à derrubada das relações de propriedade estabelecidas pela Revolução de Outubro:

“A contrarrevolução se instala quando o carretel das conquistas so-

ciais progressistas começa a se desenvolver. Este desdobramento parece não ter fim. No entanto, alguma porção das conquistas da revolução sempre é preservada. Dessa forma, apesar das monstruosas distorções burocráticas, a base de classe da URSS permanece proletária. Mas tenhamos em mente que o processo de desdobramento ainda não foi concluído, e que o futuro da Europa e do mundo durante as próximas décadas ainda não foi decidido. O Termidor russo poderia ter aberto, sem dúvida, uma nova era de domínio burguês, se esse domínio não tivesse se mostrado obsoleto em todo o mundo. Seja como for, a luta contra a igualdade e o estabelecimento de diferenciações sociais muito profundas até o momento foram incapazes de eliminar a consciência socialista das massas ou a nacionalização dos meios de produção e da terra, que foram as conquistas socialistas básicas da revolução. Embora derroque estas realizações, a burocracia ainda não se aventurou a recorrer à restauração da propriedade privada dos meios de produção” (Ibid., pp. 405-6)

A perspectiva de restauração capitalista na Rússia e suas repercussões foi explicada com notável previsão por Trotsky em 1936:

“Um colapso do regime soviético levaria inevitavelmente ao colapso da economia planificada e, assim, à abolição da propriedade estatal. O vínculo de coerção entre os trustes e as fábricas dentro deles debilitaria. As empresas mais bem-sucedidas teriam êxito em sair pelo caminho da independência. Poderiam se converter em sociedades anônimas ou poderiam encontrar alguma outra forma transicional de propriedade – uma, por exemplo, na qual os trabalhadores participassem dos lucros. As fazendas coletivas se desintegrariam ao mesmo tempo e muito mais facilmente. A queda da atual ditadura burocrática, se não for substituída por um novo poder socialista, significaria, dessa forma, um retorno às relações capitalistas com um declínio catastrófico da indústria e da cultura” (Leon Trotsky, *A Revolução Traída*, pp. 250-1).



Stalinismo, a degeneração burocrática do Estado operário

O que chama a atenção é a brilhante forma com que Trotsky antecipou as principais linhas do que efetivamente ocorreu na Rússia. Em completo contraste à clareza da abordagem de Trotsky, vemos a bancarrota teórica e prática da teoria do “capitalismo de estado”, que, de diferentes formas, ocupou as mentes de diferentes seitas ultra-esquerdistas durante décadas. Depois da II Guerra Mundial, Ted Grant desenvolveu e ampliou a análise de Trotsky do Bonapartismo proletário, particularmente em *A Teoria Marxista do Es-*

tado, que de forma ampla demoliu a ideia de capitalismo de estado na Rússia.

De acordo com esta “teoria”, o regime na URSS já era capitalista há muito tempo. Por que, então, os trabalhadores deveriam se preocupar em defender as velhas formas de propriedade estatal (capitalismo de estado) contra a nascente burguesia, visto que não há nenhuma diferença entre eles? Esta linha de argumentação, que desarmaria completamente a classe trabalhadora frente à contrarrevolução capitalista, é um

exemplo flagrante de como uma teoria falsa leva inevitavelmente a um desastre na prática.

A crise do stalinismo não tinha nada em comum com a crise do capitalismo (ou “capitalismo de estado”). Este último é o resultado da anarquia do mercado e da propriedade privada. Mas não havia nenhum problema de uma crise de superprodução no caso da URSS, que estava baseada em uma economia nacionalizada e planejada, embora afligida por todos os males da burocracia, da corrupção e da má gestão.

A isto deve-se adicionar o caráter limitante do estado-nação, que sobreviveu a sua utilidade e se tornou em um gigantesco entrave às forças produtivas. Isto explica por que todos os países, inclusive a maior superpotência, são obrigados a participar no mercado mundial. Isto foi previsto com antecedência por Marx. Também é a razão por que a ideia de socialismo em um só país é uma utopia reacionária.

CARICATURA DO SOCIALISMO

O que fracassou na Rússia e na Europa Oriental não era comunismo ou socialismo, em qualquer sentido em que este era entendido por Marx ou Lênin, mas uma caricatura burocrática e totalitária. Lênin explicou que o movimento na direção do socialismo requer o controle democrático da indústria, da sociedade e do estado pelo proletariado. O verdadeiro socialismo é incompatível com o domínio de uma elite burocrática privilegiada, que inevitavelmente virá acompanhado por colossal corrupção, nepotismo, desperdícios, má gestão e caos.

As economias nacionalizadas planejadas da URSS e da Europa Oriental alcançaram resultados surpreendentes nos campos da indústria, ciência, saúde e educação. Mas, como Trotsky previu já em 1936, o regime burocrático, em última instância, minou a economia nacionalizada planejada e preparou o caminho para o seu colapso e para o

retorno do capitalismo.

Qual é o balanço da Revolução de Outubro e do grande experimento de economia planejada que a acompanhou? Que implicações têm para o futuro da humanidade? E que conclusões devem ser tiradas delas? A primeira observação deve ser evidente por si mesma. Seja-se a favor ou contra a Revolução de Outubro, não pode haver a menor dúvida de que este evento único mudou o curso da história mundial de forma sem precedentes. Todo o século XX foi dominado por suas consequências. Este fato é reconhecido mesmo pelos comentaristas mais conservadores e hostis à Revolução de Outubro.

É desnecessário dizer que o autor destas linhas é um firme defensor da Revolução de Outubro. Eu a considero o maior evento da história humana. Por que digo isto? Porque aqui pela primeira vez, se excluirmos o glorioso, mas efêmero, evento que foi a Comuna de Paris, milhões de homens e mulheres comuns e correntes derrubaram seus exploradores, tomaram o seu destino em suas próprias mãos e, pelo menos, começaram a tarefa de transformação da sociedade.

O fato de que esta tarefa foi desviada, sob condições específicas, ao longo de caminhos imprevistos pelos líderes da revolução não invalida as ideias da Revolução de Outubro, nem diminui o significado das realizações colossais feitas pela URSS durante os 70 anos que se seguiram.

Os inimigos do socialismo responderão desdenhosamente que o experimento terminou em fracasso. Nós respondemos, utilizando as palavras do grande filósofo Spinoza, que nossa tarefa não é chorar ou rir, mas compreender. Mas buscaríamos em vão em todos os escritos dos inimigos burgueses do socialismo para encontrar qualquer explicação séria do que ocorreu na União Soviética. Suas supostas análises carecem de qualquer base científica porque são motivadas pelo ódio cego que reflete interesses de classe definidos.

Não foi a degenerada burguesia

russa, que foi lançada na lata de lixo da história em outubro de 1917, mas a economia nacionalizada planejada que arrastou a Rússia para a era moderna, construindo fábricas, estradas e escolas, educando homens e mulheres, criando cientistas brilhantes, construindo o exército que derrotou Hitler e colocando o primeiro homem no espaço.

Apesar dos crimes da burocracia, a União Soviética foi rapidamente transformada de uma economia atrasada e semifeudal em uma nação industrial avançada e moderna. No final, contudo, a burocracia não estava satisfeita com a colossal riqueza e privilégios que obteve com a pilhagem do estado soviético. Como previu Trotsky, eles se passaram para o campo da restauração capitalista, transformando-se, de uma casta parasitária, em classe dominante.

O movimento na direção do capitalismo significou um grande passo atrás para o povo da Rússia e das ex-Repúblicas da URSS. A sociedade foi jogada para trás e teve que aprender todas as “bênçãos” da civilização capitalista: religião, prostituição, drogas e todas as outras “bênçãos” do capitalismo. Por enquanto, o regime de Putin conseguiu se consolidar. Mas sua aparência de força é ilusória. O capitalismo russo, como a cabana do conto de fadas russo, está construído sobre pernas de galinha.

O calcanhar de Aquiles do capitalismo russo é que ele agora está ligado com um cordão umbilical ao destino do capitalismo mundial. Está sujeito a todas as tormentas e pressões de um sistema que se encontra em crise terminal. Isso terá um impacto profundo sobre a Rússia, tanto econômica quanto politicamente. Mais cedo ou mais tarde os trabalhadores russos se recuperarão dos efeitos da derrota e entrarão em ação. Quando isto acontecer, eles rapidamente redescobrirão as tradições da Revolução de Outubro e as ideias do genuíno Bolchevismo. Este é o único caminho a seguir para os trabalhadores da Rússia e do mundo inteiro.

Revolução Russa: às vésperas da Revolução de Fevereiro

Hamid Alizadeh

Na manhã de 30 de dezembro de 1916¹, o povo de Petrogrado acordou com a notícia de que o infame padre Gregori Rasputin havia sido assassinado com veneno. Rasputin era um charlatão, bêbado e assediador em série de esposas e filhas da classe alta, mas o mais importante é que ele era o conselheiro mais próximo do casal real.

Enquanto a czarina passava dias rezando no túmulo de Rasputin e guardava sua camisa manchada de sangue como uma relíquia, ocorriam celebrações nas ruas de

Petrogrado, onde espalhavam-se os rumores de que o padre morrera afogado – o que o tornaria inelegível à canonização. O real significado da morte de Rasputin, no entanto, era que ela revelava uma divisão aberta no alto da classe dominante da Rússia.

O assassinato foi realizado por um grupo de nobres liderado pelo príncipe Felix Yusupov, pelo grão-duque Dmitri Pavlovich e pelo monarquista de extrema-direita Vladimir Purishkevich, enquanto o liberal Maklakov, aparentemente,

teria proporcionado o veneno aos conspiradores. Isto indicava que o czar e a czarina haviam se tornado completamente isolados dentro da classe dominante.

O embaixador francês, Maurice Paléologue, escreveu em suas memórias sobre o papel de Purishkevich na trama:

“Purishkevich, que tem mais de 50 anos, é um homem de doutrina e ação. Ele se fez o campeão do absolutismo ortodoxo; ele traz a mesma veemência e habilidade à sua defesa da teoria do Czar Autócrata, do Emissário de Deus. Em 1905 ele era o presidente da liga famosa e reacionária Associação do Povo Russo e foi ele quem inspirou e dirigiu os terríveis pogroms contra os judeus. Sua participação no assassinato de Rasputin lança luz sobre toda a atitude da extrema-direita nos meses recentes; significa que os campeões da autocracia, sentindo-se ameaçados pela loucura da imperatriz, estão determinados a se defenderem apesar do imperador; e, se necessário, contra ele” (Memórias de um Embaixador – Maurice Paléologue).

A GUERRA

Os últimos meses da dinastia Romanov foram cheios de complôs e conspirações. Uma após outra, quase todas as camadas da classe dominante – alarmadas com as perspectivas de colapso militar e revolução – viraram-se contra o czar, a czarina e a camarilha da corte ao seu redor.

Havendo assumido o comando direto do exército, o czar agora teve que se colocar bem no centro da crise da Rússia. Embora o exército tivesse realizado alguns pe-



A família do Czar, descolados da realidade

¹Todas as datas estão de acordo com o calendário Gregoriano, que está 13 dias à frente do calendário Juliano usado na Rússia em 1917.

quenos avanços a partir de março de 1916, o ponto de inflexão veio com a ofensiva de Brusilov, entre junho e setembro. Mesmo que essa ofensiva tenha alcançado seus principais objetivos – pequenos ganhos territoriais ao mesmo tempo em que aliviou a pressão sobre os exércitos aliados do front ocidental –, o fez a um custo enorme. Um milhão de soldados russos morreram no que se tornou a batalha mais sangrenta da história mundial.

A batalha também quebrou a espinha do exército Austro-Húngaro, mas o exército alemão foi relativamente pouco afetado e poderia recuperar-se facilmente de suas perdas. O exército russo, por outro lado, foi empurrado para trás e em grande parte destruído no front oriental. A falta de sentido na matança levou ao colapso do moral do exército. Um sentimento de desesperança se espalhou através das trincheiras. O czar foi acusado de ter ignorado o bom conselho de não mergulhar em tal aventura. Ele provou ser um mal comandante militar e se transformou no responsável por todo o esforço de guerra. Além disso, ele ciumentamente demitiu todos os melhores e mais perspicazes homens que o rodeavam.

Ao mesmo tempo, ele estava experimentando o terreno para uma paz em separado com a Alemanha. Estava se tornando óbvio que a Rússia nunca seria capaz de alcançar seu próprio objetivo de estender sua esfera de influência até Constantinopla pela força. Em todo caso, a Inglaterra e a França nunca teriam permitido tal saída.

O czar esperava que a Alemanha concordasse em retirar seu apoio à Turquia. Isto a Alemanha estava disposta a aceitar, sob a condição de que a Rússia assinasse uma paz em separado. Tal fato teria alterado o equilíbrio de forças no front ocidental em benefício da Alemanha.

O czar estava aberto a essa ideia, e, de fato, foi essa uma das

razões para substituir pessoalmente o grão-duque Nicholas, o comandante-em-chefe anterior. No entanto, a burguesia russa, embora não se opusesse em princípio a um acordo de paz em separado, considerava que sua própria posição seria enfraquecida se tal acordo fosse negociado diretamente pelo czar. Assim, com o apoio dos britânicos e dos franceses, eles embarcaram em uma campanha patriótica histórica contra os “germanófilos” da corte real – visando particularmente a czarina.

ESCASSEZ DE ALIMENTOS

A guerra estava colocando uma pressão enorme sobre a economia. A produção estava sendo cada vez mais interrompida e o suprimento de alimentos estava se esgotando. Todas as debilidades da economia russa estavam se evidenciando. A perda das regiões ocidentais colocou ainda mais pressão sobre as importações de maquinaria industrial, enquanto a produção nacional das fábricas declinou em 50%. Em consequência, as compras de maquinaria agrícola em 1916 foram apenas 10% do nível anterior à guerra. Ao mesmo tempo, dois milhões de cavalos e de gado maior foram requisitados pelo exército.



Grigori Yefimovich Rasputin

Nessa situação, os kulaks ricos ficaram mais fortes enquanto os camponeses médios e pobres, sem acesso à maquinaria moderna e com seus animais recrutados pelo exército, empobreceram e se ar-

ruinaram. O rendimento bruto da produção de grãos e a área semeada diminuíram. Com o exército engolindo a maioria das lavouras e a demanda se elevando nas cidades, os preços começaram a subir.

Ao mesmo tempo, a rede ferroviária tinha uma capacidade demasiado baixa para satisfazer as demandas do front, bem como as das cidades. Em muitos casos, mesmo quando os suprimentos estavam disponíveis, os estrangulamentos na rede ferroviária os impediam de chegar às cidades. Latifundiários, kulaks e intermediários estavam escondendo os grãos para forçar os preços. Apareceu um mercado negro enquanto as mercadorias desapareciam das lojas. As tentativas de fixar os preços não deram em nada para deter o comércio especulativo. Para as explorações menores, isto conduziu a uma virada em direção ao isolamento e à autossuficiência. No final, o czarismo não pôde intervir com rigor contra os kulaks e os grandes latifundiários, devido ao fato de eles formarem o pilar central de apoio para ele no meio rural. Para as massas trabalhadoras, o efeito da crise foi devastador. Em um artigo intitulado Fome em Meio à Abundância, publicado no The Times em 29 de janeiro de 1917, o autor escreveu:

“Provavelmente há comida suficiente no país para alimentar a população nos próximos dois anos. O único problema a resolver é como distribuí-la. Eis aqui um par de exemplos conhecidos pelo autor. Um milhão e meio de puds [24.100t] de centeio estão depositados nos elevadores da estação T. A menos de 400 quilômetros de distância por linha ferroviária direta encontra-se o moinho de farinha de centeio em D, com capacidade de 3 mil puds de farinha ao dia. O moinho, apesar de operar exclusivamente para as exigências do exército, ainda está parado por falta de grãos. Um moinho com grandes estoques de grãos situado dentro de duas milhas de um campo de petróleo ficou inoperante

por mais de um mês porque foi impossível obter carros-cisternas para trazer óleo combustível dos poços ao moinho (...)

“Tudo o que é necessário à vida, exceto o chá, aumentou de duas a 10 vezes os seus preços anteriores à guerra. A manteiga, por exemplo, é oito vezes o seu preço de varejo anterior, tendo aumentado de 45 copeques a três rublos e 60 copeques por cerca de 400g. A carne de cordeiro é 71 vezes mais cara, custando agora 1 rublo e 50 copeques por cerca de 400g. Pão de qualidade variável, em vez da bela e uniforme cor branca pela qual era famosa a Rússia, custa 21 vezes mais do que anteriormente. De fato, as despesas caseiras, com todos os luxos cortados, com quatro dias sem carne por semana e com todos os esforços para economizar, são agora cerca de quatro vezes o que eram nos dias normais de paz” (The Times, 29 de janeiro de 1917).

Qualquer tentativa de resolver o problema dentro da organização da economia de guerra levou a uma luta feroz entre a burguesia e a burocracia estatal. Os organismos liberais, tais como a Cruz Vermelha e o Zemgor (o Comitê Unificado da União dos Zemstvos e da União das Cidades), estavam desenvolvendo um papel importante no esforço de guerra. Eles operavam como ministérios semioficiais. Mas isto causou alarme dentro do regime czarista e da burocracia estatal. James L. Houghteling era um jovem estadunidense ingênuo de uma família de banqueiros que chegou na Rússia exatamente antes da revolução para servir como adido especial do cônsul dos EUA. Com ingenuidade desinformada, ele escreveu sobre o conflito entre os liberais e a burocracia do estado:

“A União dos Zemstvos tem um grande edifício de pedra com seis ou oito andares em Petrovka, uma das principais ruas de negócios; cada polegada dele é ocupada e é um lugar que alegra o coração de um estadunidense. A atmosfera é absolutamente diferente daquele cheiro

de mofo e espera que nos oprime nos enormes prédios ministeriais de Petrogrado. Os transportadores aéreos para ‘passar a bola’ são inteiramente inexistentes. A União está cuidando de todos os feridos, alimentando e vestindo os exércitos, operando curtumes, sapatarias e comissariados, trabalhando com e dirigindo as Sociedades Cooperativas Camponesas; em suma, está fazendo três quartas partes do trabalho do moribundo Escritório de Guerra. Além do mais, o faz de forma eficiente e honesta. O bom trabalho da União é um espinho no flanco da burocracia, visto que a comparação dos resultados é muito desacreditadora para o governo. Assim, este último interfere sob quaisquer pretextos. Há alguns meses, o governador militar de Moscou proibiu todas as reuniões públicas da União e dissolveu a convenção dos presidentes de Zemstvo que estava discutindo os cuidados aos feridos, o suprimento de botas e outros assuntos traiçoeiros. Esta interferência estúpida privou o governo do apoio dos últimos ‘moribundos’ entre a nobreza latifundiária. Está em pé de igualdade com a recente e ultrajante prisão dos membros trabalhistas do Comitê da Indústria de Guerra em Petrogrado” (Um Diário da Revolução Russa – James L. Houghteling).

A própria unificação da Rússia tinha sido obtida com o estabelecimento de um brutal aparato opressor e de uma burocracia todo-poderosa. O que os liberais não compreenderam, ou não quiseram admitir, era que o absolutismo russo por sua própria natureza era um obstáculo ao pleno desenvolvimento da burguesia e não podia compartilhar o poder com ela. Ao mesmo tempo, a burguesia não estava preparada para realizar sua própria revolução até o fim por medo da classe operária em ascensão.

“[Na Rússia] nenhuma manifestação de atividade política ou social escapa da interferência, supervisão ou aperto estrangulador da autoridade central, e toda a vida da nação

é escrava de uma burocracia onipotente” (Memórias de um Embaixador – Maurice Paléologue).

Uma parte enorme da riqueza nacional era absorvida pela burocracia. Além de sustentar a burocracia, o efeito dessa drenagem da riqueza sobre a nação foi o de impedir a ascensão de quaisquer forças sociais concorrentes – algo em que o absolutismo se apoiava cada vez mais. O conservadorismo estava incrustado no DNA do estado czarista.

“Ao dar a tempo os centímetros de reforma, que eram necessárias, ele poderia ter salvo os metros que um país desiludido tomaria pela força depois. Aqueles mais próximos dele, no entanto, viam o assunto sob outra luz. Disseram-lhe que qualquer concessão agora seria considerada como uma fraqueza fatal e que o apetite dos reformadores somente seria estimulado. Esse foi um argumento que nunca deixou de convencer a imperatriz (...)” (Memórias de um Agente Britânico – Bruce Lockhart).

A burocracia estatal encontrou um aliado em Rasputin, que havia constituído uma ampla camada de aliados em posições-chave. Reconhecia-se amplamente que nenhuma nomeação importante era feita sem a aprovação de Rasputin. Isto fez de Rasputin o ponto focal na batalha entre o estado e a oposição.

MEDO DA REVOLUÇÃO

“Devemos tentar... mostrar ao imperador, de forma firme e lógica, mas com a devida moderação, que ele está levando a Rússia diretamente ao desastre... não há tempo a perder! O perigo é urgente; cada hora conta. Se a salvação não vier de cima, haverá revolução a partir de baixo. E isto significará a catástrofe!” (Grã-duquesa Maria Pavlovna, em 23 de fevereiro de 1917).

O que realmente trouxe abertamente o conflito para dentro da classe dominante foi a ascensão

da maré revolucionária a partir de setembro. O movimento estava ganhando ímpeto diariamente. As greves, os tumultos e os protestos estavam se tornando ocorrências diárias. Os liberais estavam pedindo que o czar fizesse concessões a partir de cima para evitar uma revolução a partir de baixo (naturalmente, as concessões que eles pediam simplesmente equivaliam a um acordo de poder compartilhado com os liberais e nada para as massas).

“Com o advento de dezembro, o tom das várias resoluções antigovernamentais tornou-se mais ousado. Nas fábricas, os socialdemocratas e os socialistas revolucionários estavam agora conduzindo uma ativa propaganda revolucionária. Empurrada até à fúria pelas futilidades de Protopopov, um antigo liberal membro da Duma que, como ministro do interior, revelou-se como mais reacionário que qualquer membro das Centenas Negras. As Uniões dos Zemstvos e das Cidades desafiaram sua ação de proibir seu congresso passando uma resolução secreta que, na violência de sua linguagem, excedia todas as suas demandas políticas anteriores. Não havia, é verdade, nenhuma palavra contra o imperador, mas, depois de um longo preâmbulo no qual foi dada plena ênfase aos males que a Rússia estava sofrendo, a resolução declarava que ‘o governo, agora convertido em um instrumento de forças obscuras, está levando a Rússia à ruína e está destruindo o trono imperial. Nesta grave hora de sua história, o país requer um governo digno de um grande povo. Que a Duma, na luta decisiva que está travando, justifique as expectativas do povo. Não há um só dia a perder!” (Memórias de um Agente Britânico – Bruce Lockhart).

Com o czar no front, a administração do país foi assumida por sua esposa, que por sua vez era fortemente influenciada por Rasputin. Os dois se tornaram o ponto focal dos ataques da classe dominante – não tanto por causa de sua influ-

ência, mas porque a “oposição” era demasiado covarde para atacar o próprio czar por sua flagrante incompetência.

A maré revolucionária em ascensão aterrorizou a classe dominante que implorava concessões ao czar e à czarina. Mas mesmo quando a Rússia estava levantando sua voz mais alto do que nunca, o casal real parecia mais distanciado da sociedade do que antes. Por volta de meados de dezembro de 1916, Paléologue conta uma conversa entre a grã-duquesa Victoria Feodorovna e a imperatriz:

“É com pesar e horror,” disse ela, ‘que tenho observado o crescimento de sentimentos hostis em relação à sua majestade...’

“A imperatriz interrompeu:

“Você está completamente errada, minha querida. De fato, eu mesma me equivoquei. Até recentemente ainda pensava que a Rússia me odiava. Sei agora que é somente a sociedade de Petrogrado que me detesta, a corrupta e ímpia sociedade que não pensa em outra coisa senão bailar e jantar, e não se interessa por qualquer outra coisa além de seus prazeres e adultérios, enquanto que por todos os lados o sangue flui em córregos!... Sangue”... Sangue!

“Ela parecia estar quase sufocada de raiva enquanto pronunciava aquelas palavras, e teve que parar por um momento. Em seguida continuou:

“Mas agora tenho o grande consolo de que toda a Rússia – a Rússia real, pobre, humilde, a Rússia camponesa, está comigo. Se lhe mostrasse os telegramas e cartas que recebo todos os dias de todas as partes do Império, você veria tudo por si mesma. Mas ainda me sinto muito grata por você falar tão francamente’.

“O que a pobre czarina não sabe é que Sturmer teve a brilhante ideia – continuada e melhorada por Protopopov – de conseguir que a Okhrana enviasse todos os dias dezenas de cartas e telegramas redigidos da seguinte forma:

“Oh, nossa amada soberana,

mãe e guardiã de nosso adorado czarévich... Guardiã de nossas tradições... Oh, nossa grande e boa czarina... Proteja-nos dos malvados... Salve-nos de nossos inimigos... Salve a Rússia” (Memórias de um Embaixador – Maurice Paléologue).

Diante da ira crescente nas ruas, a elite dominante ficou em pânico. Mas o czarismo era incapaz de transigir, e quando isso acontecia era sobretudo demasiado tarde e demasiado pouco. Quando o embaixador britânico se aproximou do czar em 13 de janeiro de 1917 para adverti-lo do desastre iminente (e para pressioná-lo a não ceder aos agentes alemães), o czar respondeu friamente: *“Você me diz, embaixador, que devo merecer a confiança de meu povo. Não seria antes o meu povo que deve merecer minha confiança?”*. E continuou: *“Você parece pensar que peço conselhos na escolha de meus ministros. Está completamente errado; escolho-os eu mesmo, sem ajuda...”* (Memórias de um Embaixador – Maurice Paléologue).

A classe dominante pensava que matando Rasputin removeriam a “influência obscura” sobre o czar, mas isto somente acelerou o processo de desintegração. Diariamente, dentro do establishment, tramas e conspirações eram discutidas e planejadas. A camarilha da corte em torno do trono ficou crescentemente isolada e inclusive havia rumores de que um assassinato tinha sido tentado contra a czarina.

Bruce Lockhart escreveu:

“A narrativa dos primeiros meses que antecederam a primeira revolução é uma crônica de um pessimismo quase irrefreável: fracassos no front (a ofensiva de Brusilov contra a Áustria fora elogiada de forma enganosa), tédio e aborrecimentos nos círculos oficiais da retaguarda, mudanças desconcertantes de ministros, protestos impotentes da Duma, descontentamento crescente e murmúrios não somente nas aldeias, como também nas trincheiras.

“Em São Petersburgo e mesmo em Moscou, a guerra se tornou de importância secundária. O cataclismo que se aproximava já estava nas mentes e nos lábios de todos. A classe dominante, despertada finalmente ante o desastre iminente, tratou de advertir o imperador. As resoluções políticas agora aprovadas não somente pelos liberais como também pela nobreza caíam sobre o imperador como as folhas do outono. Não havia deslealdade nessas petições. Simplesmente pediam ao czar para mudar seus conselheiros, para substituí-los por homens que gozassem da confiança do país. O imperador fez mudanças com a rapidez de um especialista em truques de cartas de baralho, e muito raramente elas satisfaziam a opinião pública. Em nenhum momento foram feitas em resposta à demanda, mesmo que discreta, de um organismo público. Porque este homem que reunia todas as virtudes domésticas, sem vícios e sem força de vontade, era um autocrata por direito divino. Ele poderia mudar de ideia quatro vezes em alguns minutos, mas nunca poderia esquecer sua herança. ‘Que é isto de confiança do povo?’, disse ele. ‘Que o povo mereça a minha confiança’” (Memórias de um Agente Britânico – Bruce Lockhart).



Maurice Paléologue, embaixador francês na Rússia

Uma revolução normalmente começa no topo com uma crise dentro da classe dominante. Isso reflete o beco sem saída da velha ordem. Os velhos métodos de governo não satisfazem mais as necessidades do momento e as encenações políticas normais, bem como as concessões menores, não podem deter o crescente movimento das massas. Vendo o desastre iminente, as divisões dentro da classe dominante se aprofundam enquanto as distintas facções tentam encontrar uma saída. Uma facção argumenta que as reformas a partir de cima são necessárias para evitar uma revolução a partir de baixo, a outra argumenta que as reformas somente encorajarão uma revolução e que o movimento deve ser esmagado pela força. Mas ambas as facções estão certas e erradas ao mesmo tempo. No momento em que tais questões são colocadas, na maior parte das vezes, já é tarde demais. Mas o vácuo criado por esta divisão é o pré-requisito para as massas entrarem em cena.

A Rússia não era nenhuma exceção a esta regra geral. Os liberais e a nobreza estavam pedindo reformas, mas nenhuma reforma poderia satisfazer as principais aspirações das massas. Qualquer reforma ou retirada somente liberaria a ira reprimida de anos de opressão e de matança insensata no front. Ao mesmo tempo, nenhuma reforma poderia tirar as massas da pobreza e miséria crônicas de suas vidas.

A corte, por outro lado, não via nenhum espaço para concessões. Com Protopopov como seu ponta de lança, ela começou um contra-ataque. Tão agressivas foram as ações de Protopopov que circulavam rumores de que a czarina estava provocando uma revolução para lhe permitir assinar uma paz em separado com os alemães.

Por um lado, estavam sendo feitos os preparativos para o fechamento da Duma. Por outro, foi forjado um plano para mergulhar em

sangue o próximo levante em Petrogrado. As forças militares na capital, que estavam sob o comando do Front Norte, foram desligadas e colocadas sob as ordens do General S. S. Khabalov, uma pessoa próxima a Protopopov e à czarina. Tropas e armas também foram transferidas para fortalecer a força na capital. Khabalov desenvolveu um plano detalhado para manter a ordem, unificando os papéis de polícia e de forças armadas. Tropas, polícia e gendarmes foram designados para distintos setores da cidade, guardando fábricas específicas, pontes, estradas e instituições públicas. O czarismo estava se preparando para afogar qualquer dissidência em sangue.

IMPOTÊNCIA DOS DEMOCRATAS

Diante de tal degeneração e de uma maré revolucionária em ascensão, a burguesia liberal revelou duas de suas características mais básicas: impotência e covardia.

Em 8 de fevereiro, um grupo de liberais se reuniu com o embaixador francês e o ministro francês das colônias, M. Doumergue, que estava visitando Petrogrado para a conferência aliada. Os outros participantes eram o General Polivanov, o matemático Vassiliev – membros liberais do Conselho do Império –, bem como Miliukov, Maklakov e Shingarev, todos eles líderes do partido “Cadete” na Duma. Como de costume com esse tipo de conversações em janeiro e fevereiro, eles chegaram à questão de persuadir o czar. Em certo momento, Doumergue tentou acalmar a discussão e pediu “paciência”. Isto levou Milyukov e Maklakov à explosão, “Já tivemos paciência suficiente!... Nossa paciência já se esgotou! Além disso, se não agirmos logo, as massas não nos ouvirão mais”. Maklakov repetiu as palavras do contrarrevolucionário francês Mirabeau, “Cuidado ao pedir tempo! O desastre nunca o dá!”.

Essa foi toda a “coragem” da

burguesia russa – sentar-se em almoços e jantares dia após dia, nas casas dos embaixadores e nobres, para propor grandes planos de uma revolução palaciana e golpes, mas sem sequer levantar um dedo. Diante do colapso político e militar do czarismo, não podia fazer nada porque temia a revolução mais do que temia ao czar ou mesmo aos alemães. Mesmo quando souberam que o czar estava planejando dissolver a Duma, os liberais foram incapazes de agir. Milyukov admitiu isto orgulhosamente quando disse na primeira sessão da Duma em 27 de fevereiro: “*Nossos únicos atos são nossas palavras e somente palavras*”.



Polícia czarista vigia a fila do pão

Mesmo suas palavras, no entanto, somente foram pronunciadas com relutância. Em novembro de 1916, (esperançosos) rumores se espalharam dentro da classe dominante sobre os Cadetes organizando manifestações violentas do lado de fora da Duma. O embaixador francês perguntou a Milyukov se havia quaisquer planos sérios. Sua resposta resume o liberalismo russo: “Não, nada sério. Mas certas coisas terão que ser ditas da tribuna. Caso contrário, perderíamos toda a nossa influência com nossos eleitores e eles iriam para o lado dos extremistas”.

Protopopov, por outro lado, era um homem de ação. Ele começou gradualmente a desgastar os libe-

rais, proibindo suas reuniões e emitindo seus seguidores no estado. Em 12 de fevereiro, ele procedeu à prisão de todos os membros, exceto dois – que eram espões policiais –, do grupo trabalhista do Comitê das Indústrias de Guerra de Petrogrado. Este último era o órgão de colaboração de classe estabelecido entre os grandes industriais e os mencheviques de direita, bem como o Partido Social-Revolucionário. Sua própria existência, sem dúvida, havia detido muitas greves e protestos, mas Protopopov o considerava como uma ameaça. Os líderes presos do Grupo Trabalhista convocaram os trabalhadores não à luta, mas, em vez disso, organizaram uma manifestação pró-guerra em frente à Duma em seu dia de abertura, 27 de fevereiro.

Ironicamente, os dois membros remanescentes, que eram agentes provocadores, conseguiram convencer 58 fábricas – 90 mil trabalhadores – a irem à greve, e ninguém foi à abertura da Duma. Protopopov e Khabalov ficaram encantados e encorajados pelo êxito. Por outro lado, o estado de ânimo na Duma era depressivo. Rodzianko, o presidente da Duma, explicou:

“A abertura da Duma se passou em silêncio. Não havia sinais de nenhuma delegação trabalhista, mas grandes forças policiais haviam sido reunidas nos pátios vizinhos. Para não adicionar mais combustível ao fogo já aceso (sic), limitei-me em meu discurso inaugural (sic) a uma menção ao exército ao seu pleno e leal cumprimento do dever. Em vez de tratar da situação política geral, os debates foram desviados para o abastecimento alimentar (...)

“O ânimo estava baixo. Mesmo o discurso de Purishkevich careceu de vigor. A Duma sentia-se impotente, cansada da luta inútil, quase reduzida, de fato, ao papel de espectador passivo. No entanto, apesar de tudo, a Duma manteve sua velha posição e não procedeu a uma ruptura aberta com o governo. Sua única arma

era a palavra falada – e isto foi enfatizado por Milyukov quando disse que a Duma ‘agiria com palavras e somente com palavras’” (O Reino de Rasputin: O colapso de um Império – M. V. Rodzianko).

Esses cavalheiros podiam falar do atraso da Rússia e da ineficiência do czarismo, mas quanto mais falavam, mais claramente exposta ficava sua própria covardia e impotência. A tarefa de extirpar o czarismo semifeudal caiu sobre outra classe que estava irada e buscando uma saída.

AS CONDIÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA

O absolutismo sempre colocou uma grande pressão sobre as condições de vida das massas trabalhadoras, mas a guerra elevou essas pressões a novos níveis.

Apesar do crescimento anual de 6-8% na indústria, as condições da classe trabalhadora russa pioraram nos 10 anos anteriores à revolução de 1917. O estado de ânimo dentro da classe trabalhadora era cada vez mais amargo e os poucos direitos que tinham sido conquistados pelo movimento dos trabalhadores foram gradualmente minados nos anos de reação e da I Guerra Mundial.

A administração czarista das fábricas refletia o desenvolvimento desigual e combinado da Rússia. Inicialmente, administrou as extremamente modernas fábricas com a mesma crueza e violência da etapa inicial do capitalismo. Ameaças, sanções, multas e violência física eram métodos aceitáveis de “encorajamento” para elevar os níveis de produtividade. A revolução de 1905 produziu um efeito educador sobre os industriais, mas depois que ela foi derrotada o gerenciamento quis reafirmar-se e restaurou muitos de seus velhos métodos.

Bater nos trabalhadores, o ritual degradante de vistoriar os trabalhadores quando deixavam as fá-



Trabalhadores da fábrica Putilov em Petrogrado

bricas e de multá-los pelas razões mais arbitrárias eram uma prática normal. Os odiados capatazes, os gerentes hierarquicamente mais baixos que governavam os pisos das oficinas como seus próprios e pequenos reinos privados, se encarregavam de aplicar estes métodos, apoiados pelos até mesmo mais odiados *sluzhashchie*, uma camada de trabalhadores de colarinho branco que eram utilizados como uma extensão do braço gerencial entre os trabalhadores.

Quando a guerra começou, a classe dominante ficou temporariamente fortalecida pelo estado de ânimo patriótico. Sob a bandeira de “defesa da pátria” as horas-extras foram aumentadas – a jornada de trabalho realmente aumentou pela primeira vez desde 1905 – e as leis de proteção ao trabalho feminino e infantil foram anuladas. A administração, desimpedida pela lei e com o apoio ativo do estado, usava cada vez mais as ameaças de envio dos trabalhadores ao front, à prisão ou ao exílio para se afirmar.

A segurança e o bem-estar dos trabalhadores eram preocupação secundária para os industriais. Em 1912, o diretor da fábrica de explosivos Okhta, General Somov,

informou à Duma depois de um acidente que matou cinco e feriu cinquenta: “Esses acidentes acontecem e continuarão acontecendo. Nunca entro na fábrica sem antes fazer o sinal da cruz”. Essa declaração é reveladora da atitude dos capitalistas russos em relação à classe trabalhadora. Uma trabalhadora descreveu as condições na seção da substância explosiva melinite da mesma fábrica em 1915: “No setor onde fazem a lavagem e a fumigação, o ar é tão sufocante e venenoso que alguém que não está acostumado não pode tolerá-lo por mais de cinco ou dez minutos. Todo o seu corpo se envenena”. É verdade que a fábrica de explosivos Okhta era notoriamente insegura, mas a atitude do General Somov não era muito diferente da atitude da burguesia em geral.

Do lado de fora dos portões das fábricas, os patrões infligiam um tipo de violência mais brutal aos trabalhadores – o da pobreza crônica. Sergei Prokopovich, um menchevique russo, estimou que se necessitavam de três vezes o salário médio anual de um trabalhador para se manter uma família em Petrogrado. No contexto da expansão da produção em tempos de

guerra, os salários – que partiram de uma base baixa – aumentaram ligeiramente, principalmente em consequência do aumento das horas extraordinárias e do aumento da jornada de trabalho. Mas este aumento foi logo comido pela inflação em espiral. Por todo o país os salários reais caíram durante a guerra, em particular no transcurso de 1916. Petrogrado, lar das cruciais indústrias de defesa, foi provavelmente a única região da Rússia onde os salários reais aumentaram na indústria. Mas isto só durou até o março de 1916, após o que os salários caíram rapidamente. No momento da Revolução de Fevereiro, os salários de Petrogrado estavam em torno de 15% a 20% abaixo do nível de 1913.

Os alimentos, o maior item no orçamento das famílias da classe trabalhadora, absorvia cerca da metade de toda a renda. Uma pesquisa realizada no estaleiro do Báltico em 1917 mostrava que 60% da renda era gasta em alimentos e iluminação. O segundo maior item das despesas das famílias trabalhadoras era o alojamento. Somente uma minoria podia se permitir um alojamento separado. A maioria dos trabalhadores viviam em habi-

tações compartilhadas em bairros insalubres.

Concentrados em áreas geograficamente pequenas, amontoados em fábricas gigantescas que utilizavam as mais modernas técnicas de produção do mundo, a relativamente pequena classe trabalhadora estava imersa no ambiente capitalista mais moderno. Parcialmente, o czarismo utilizou o fluxo de camponeses nas fábricas para combater a crescente influência socialista, mas a mentalidade camponesa foi rapidamente abalada pelas exigências que as novas condições exerciam sobre ela. O individualismo e a natureza resignada dos camponeses ao entrarem na fábrica imediatamente ficavam sob a pressão do ambiente fabril que rapidamente levava à colaboração nos locais de trabalho e à luta coletiva contra os patrões. A. Buiko, um trabalhador de primeira geração em Petrogrado, recordou a revolução interna que os camponeses sofreram ao se integrarem no proletariado de Petrogrado:

“Nos primeiros anos antes de superar minhas atitudes ainda camponesas, sentia-me só e com um constante medo de outras pessoas. Mas, quando me aproximei de meus camaradas, comecei a sentir o solo firme sob meus pés. Apareceram a confiança e a segurança: Não estou só – existem muitos de nós. Todos somos como um. A consciência deste fato produziu tanta energia que durou por toda a luta subsequente” (Os trabalhadores de Petrogrado e a Queda do Velho Regime – David Mandel).

Mas embora a tendência subjacente entre a classe trabalhadora fosse de ações coletivas para fazer frente aos seus problemas, para o absolutismo czarista e para os industriais – que costumavam ser a mesma coisa – a dissidência não era permitida e com frequência enfrentava a repressão policial e militar. Sob o pretexto da guerra, a maioria dos sindicatos foram fechados e a ação coletiva sanciona-

da. Em fevereiro de 1917 somente 11 minúsculos sindicatos ilegais e três legais (imprensa, farmácia e atendentes de lojas) foram deixados em Petrogrado. Até mesmo as reuniões e a organização de cantinas e cooperativas foram proibidas. As menores tentativas dos trabalhadores de se expressarem foram esmagadas sob o calcanhar de ferro do czarismo. Os menores conflitos tenderiam imediatamente a tomar caráter político. A passagem à política revolucionária não demorou muito a chegar nessas condições.

O CAMPESINATO

“O subsolo da revolução estava no problema agrário” (História da Revolução Russa – Leon Trotsky).

A vida no meio rural também era sombria, e ainda mais exacerbada pela guerra. A reforma de 1861 tinha abolido a servidão, mas não erradicou completamente os remanescentes do feudalismo e colocou o peso intolerável do pesado reembolso nos ombros dos camponeses russos. Nada foi resolvido e, em 1900, cerca de 85% dos russos ainda eram camponeses, vivendo em pobreza extrema enquanto a nobreza ainda possuía a melhor terra. As reformas agrárias de Stolypin durante os anos de reação que se seguiram à derrota da Revolução de 1905 tentaram quebrar as velhas comunas aldeãs e criar uma camada de camponeses capitalistas ricos (Kulaks) como uma base de apoio ao regime. Mas isto apenas minou ainda mais a posição da vasta maioria dos camponeses, que odiavam as reformas. Em algumas regiões, os camponeses precisavam de 20 anos para obter sua terra. Muitos foram forçados a pagar preços inflacionados pela terra e a maioria recebeu parcelas inadequadas, das quais mal conseguiam sobreviver. O principal efeito foi o de forçar um grande número de camponeses a vender sua terra aos kulaks ricos e juntar-se ao

proletariado ou assumir um trabalho sazonal nas cidades. Quando a guerra começou, quase um milhão de famílias camponesas (cinco milhões de pessoas) tinham se juntado às fileiras do proletariado. Junto à desintegração do campesinato veio o início da desintegração da antiga lealdade ao czarismo. Esta tendência foi acelerada pela guerra que mobilizara 10 milhões de camponeses jovens e os organizara em um exército liderado pelo próprio czar que perdia batalha após batalha ao custo de incontáveis vidas.

Mesmo antes da guerra, tumultos e protestos violentos dos camponeses estavam em ascensão. A mentalidade passiva e resignada dos camponeses estava dando lugar a um ânimo de rebelião e raiva. Maurice Paléologue descreveu os dois principais elementos da consciência dos mujiques:

“O mujique é famoso por sua resistência e fatalismo, por sua mansidão e docilidade; sua ternura e resignação não raras vezes alcança o sublime. Mas, de repente, você o verá erguer-se e rebelar-se. (...) Não conheço nenhum país onde o fato social esteja tão impregnado com o espírito da tradição e da religião; vida doméstica tão solene, patriarcal, inspirada por tanta ternura e carinho, envolta em tanta poesia e reverência. Em nenhum lugar os deveres e as responsabilidades familiares são aceitos mais facilmente; e as adversidades da vida cotidiana suportadas com mais paciência.

“Por outro lado, em nenhum outro país são as revoltas individuais mais frequentes e súbitas, e em nenhuma parte criam tal sensação. Neste ponto, os registros dos crimes passionais escandalosos abundam de exemplos surpreendentes. Não há nada excessivo que os russos, homens e mulheres, não sejam capazes de fazer no momento em que decidirem ‘afirmar-se como seres livres’” (Memórias de um Embaixador – Maurice Paléologue).

O enorme fardo da guerra sobre as massas camponesas inclinou

ainda mais o ponteiro para uma direção insurrecional. Além da crise econômica, milhões das mais fortes mãos foram removidas do campo. O descontentamento começou a se espalhar às áreas mais conservadoras. Paléologue relembra uma conversa em 9 de fevereiro de 1917 com um príncipe que tinha chegado recentemente de uma visita à cidade rural de Kostrovna:

“É uma das províncias do Império onde a lealdade dinástica é mais intensa e as tendências hereditárias, os hábitos sociais e os sentimentos nacionais do povo russo são preservados em toda a sua integridade. Estou, portanto, algo ansioso para conhecer o estado de ânimo público nessa região (...):

“As coisas estão indo mal! Estão cansados da guerra, não entendem nada sobre isto exceto que a vitória é impossível. E, no entanto, não clamaram pela paz até agora. Vi um descontentamento melancólico e resignado por todos os lados. O assassinato de Rasputin causou uma vívida impressão sobre as massas’.

“Oh, que tipo de impressão?”

“É um fenômeno muito curioso e completamente russo. Para os mujiques, Rasputin tornou-se um mártir. Ele era um homem do povo; ele deixou o czar ouvir a voz do povo; ele defendeu o povo contra a gente da corte, o pridvorny. Então, o pridvorny o matou! É isto o que está sendo dito em todas as isbas’.

“Mas o público em Petrogrado ficou muito feliz quando a morte de Grishka foi conhecida! Por que o povo correu para as igrejas para acender velas ao ícone de Santo Dimitri? Porque eles logo pensaram que foi o grão-duque Dimitri quem matou o cão’.

“Em Petrogrado os homens sabiam das orgias de Rasputin e rezoziar-se com sua morte era uma forma de mostrar hostilidade ao imperador e à imperatriz. Mas tenho a ideia de que, falando no geral, todos os mujiques da Rússia pensam o mesmo como os de Kostrovna” (Memórias de um Embaixador – Mau-

rice Paléologue).

Embora de forma distorcida, esta conversa revela um crescente ódio de classe entre o campesinato que via em Rasputin um crente, um homem do povo, que tinha sido morto pela parasitária e privilegiada camarilha da corte. Trotsky assinala em seu livro, História da Revolução Russa, que a única razão pela qual o campesinato não se rebelou mais se deveu ao fato de que seus elementos mais ativos tinham sido mobilizados no exército.

Em 3 de março de 1917, Paléologue relata que o bispo de Viatka, aliado próximo de Rasputin, pintou um quadro ainda mais sombrio em uma conversa com a czarina. O Bispo disse que *“observou que a desmoralização do povo estava fazendo um progresso alarmante a cada dia. Os homens que retornavam do exército, doentes, feridos ou de licença, estavam fazendo declarações escandalosas; professavam abertamente a descrença e o ateísmo e sequer recuavam da blasfêmia e do sacrilégio... O bispo explicou o número inusitado de crimes de violência explícita que tinha sido registrado nos meses recentes não somente na diocese de Viatka, como também nas dioceses vizinhas. O bispo disse que era necessária uma forte ação do clero. ‘Mas confesso com pesar à sua majestade’, admitiu ele, ‘que a desmoralização geral não poupou os nossos sacerdotes, particularmente nos distritos rurais. Alguns são verdadeiros santos, mas a maioria está abandonada e degradada. Não têm nenhuma influência com seus paroquianos”.*

NAS TRINCHEIRAS

A guerra sempre é uma espada de dois gumes para a classe dominante. Traz consigo, em primeiro lugar, uma onda de patriotismo, mas, ao revelar os antagonismos de classe na sociedade, o mesmo patriotismo e autossacrifício logo dão lugar ao seu oposto. A guerra trouxe à tona toda a podridão e mi-

séria da Rússia czarista.

Os soldados camponeses foram arrancados de suas aldeias isoladas e estagnadas e brutalmente lançados às realidades da vida moderna. O czarismo não somente organizou o campesinato, também destruiu suas grandes ilusões e crenças míticas no “paizinho”.

Um interessante estudo de Allan K. Wildman (O Fim do Exército Imperial Russo: O Velho Exército e a Revolta dos Soldados – Março-Abril, 1917) revela o profundo descontentamento e a rebelião fervente cativando os soldados no front durante os meses que precederam a Revolução.

Os horrores e sofrimentos no front produziram um profundo impacto na consciência dos camponeses. Uma avaliação feita por um censor de 170 mil cartas enviadas ao e do Segundo Exército (Front Ocidental) em fevereiro de 1917 reportava “um ânimo depressivo se aproximando do desespero no front interno, devido às requisições, que forçavam as esposas dos soldados a vender o gado, e à inflação”. Das 170 mil cartas, cerca de 18.300 foram destruídas, enquanto cerca de 13.000 passaram com supressões parciais. Das cartas restantes, 34.000 foram marcadas como “alegres”, 8.000 como “depressivas”.

Um soldado escreveu em 15 de fevereiro:

“É vergonhoso que tenhamos de sofrer um terceiro ano por Deus sabe o quê... Será que somos culpados de que o governo tenha adquirido inimigos deixando entrar colonos alemães, dando-lhes terras, deixando-os assumir posições de autoridade sobre o povo russo? O alemão agora está governando nosso país. O camponês russo não tem como conseguir qualquer coisa, nem educação nem uma vida livre. Foi-lhe dado apenas um direito – o de mendigar em nome de Cristo, e agora eles o fazem defender não à pátria, mas aos ‘barões’ latifundiários”.

Além da matança insensata de

soldados em ofensivas sem esperança, a questão da alimentação e da inflação – que, de acordo com a carta de um soldado, “engorda os ricos e arruína os pobres, psicológica e materialmente” – tornou-se um tema incandescente nos últimos meses de 1916. A crise alimentar era tão severa no front quanto nas cidades. As rações de pão foram reduzidas, primeiro de 1,3kg a 900g ao dia e, em seguida, a 450g. Às vezes o pão estava completamente ausente das refeições e era substituído por outro alimento ou dinheiro, o qual era inútil quando não havia suprimentos para comprar. Um substituto do pão eram as lentilhas (chechevitsa), que os soldados odiavam.

As cartas vindas do front reportadas no estudo de Allan Wildman estavam cheias de observações sobre a situação alimentar: “A comida é pior do que lixo, você poderia morrer de fome”. “A comida é tão ruim que adoce os cavalos”. “Tudo o que você tem é mais ervilhas com água e, é claro, chechevitsa”. “Eles nos alimentam pior do que aos cães”. No momento da revolução de fevereiro, a situação se tornou crítica: “Não há mais pão, nada para comer”. “Ficamos aqui sentados durante dias sem pão”. “Frio e fome, nada além de privação!”. “Prefiro ser assassinado a morrer de fome como um cão”.

Quando o czar extinguiu os rumores sobre uma paz iminente, um soldado escreveu a um amigo na retaguarda: “Eles emitiram uma ordem de que não haverá paz até a vitória total. E você sabe o quanto eles nos alimentam mal – somente feijões para o jantar e para a sobremesa. Diga aos seus camaradas que todos devemos organizar uma revolta contra a guerra”.

As medidas punitivas dos oficiais eram outra fonte de raiva. Às vezes os oficiais chicoteavam os soldados apenas para excitá-los antes de um ataque, ou às vezes sem motivo algum. Mas os soldados resistiam cada vez mais. Uma car-

ta vinda do front no final de 1916 dizia:

“Estávamos em batalha por nove dias e os alemães deram-nos uma boa lambida, derrubando um terço do regimento e deixando somente 30 homens por companhia, e agora mais uma vez eles querem que empurremos os alemães para fora de nossas trincheiras; e concordamos, mas dois de nós sofremos um ataque de bombas e fomos à enfermaria. Ali, o coronel e o padre os pegaram e bateram neles com 25 golpes de vara e os enviaram de volta à linha de frente. Quando vimos isto, explodimos e gritamos, ‘enviem-nos o padre, o coronel e o médico, e então lutaremos!’. Enviamos um telegrama ao czar, dizendo-lhe para nos levar e nos fuzilar, mas que não lutaríamos mais” (O Fim do Exército Imperial Russo: o Velho Exército e a Revolta dos Soldados – Março-Abril de 1917 – Allan K. Wildman).

Os motins eram comuns desde o início da guerra, mas aumentaram em número e magnitude. Entre setembro e dezembro de 1916, foram relatados 86 motins envolvendo regimentos inteiros. Cada caso estava centrado na questão da ordem de lançar ataques. Como Wildman informa:

“Os oficiais subalternos que mandavam seus homens avançar seriam respondidos, tipicamente, por gritos vindos da escuridão ou das fileiras da retaguarda: ‘Nós não iremos!’ ‘Asseguraremos o front, mas não atacaremos!’ ‘Quem se mover, levará um tiro!’ ‘Deem-nos botas e roupas quentes primeiro!’ O problema usualmente começava em uma companhia e se espalhava a outras com ameaças de tiros se avançassem. Meros rumores de que uma unidade vizinha tinha se recusado a avançar despertaram o temor de um flanco exposto e isto poderia imobilizar um regimento inteiro” (O Fim do Exército Imperial Russo: o Velho Exército e a Revolta dos Soldados – Março-Abril de 1917 – Allan K. Wildman).

A temerosa Okhrana registrou o

colapso do moral. Um informe da censura militar do Sexto Exército de 18 de outubro de 1916 registrava que as cartas ao front e vindas do front revelavam “uma insatisfação universal extremamente aguçada e ameaçadora com o aumento dos preços e com a impunidade dos especuladores”, e que muitos soldados estavam convencidos de que “depois da guerra, teremos que ajustar contas com o inimigo interno”. Outro soldado escreveu: “os pomeshchik [proprietários – NDT] começaram a guerra para acabar com os mujiques e para evitar que se apoderem de suas terras”.

O ânimo estava adquirindo um caráter de classe e os mujiques estavam se aproximando dos trabalhadores. Durante a onda de greves do final de 1916, informa Wildman, a Comissão Central de Censura Militar escreveu:

“É impossível não notar nas cartas, tanto para o exército quanto do exército, as manifestações cada vez mais agudas de insatisfação com a situação política interna em conexão com a desorganização geral do front interno e dos preços cada vez mais elevados dos objetos de primeira necessidade. Os rumores de desordens, greves nas fábricas, distúrbios nas unidades de retaguarda etc. estão chegando ao exército e estes rumores, frequentemente exagerados e fantasistas, evocam o afundamento do moral nas tropas e a extrema ansiedade em relação às suas famílias”.

A comissão disse que 40% das cartas vindas do interior contêm referências a greves e que “recentemente têm aumentado os rumores de que os soldados na retaguarda estão se juntando aos trabalhadores ou estão demonstrando sua insatisfação por conta própria”.

O campesinato estava pronto para a rebelião, mas, como classe, o campesinato é incapaz de desempenhar um papel independente. Historicamente, a questão agrária foi resolvida nas revoluções burguesas onde o campesinato era

caudatário da classe capitalista em ascensão, mas aqui a classe capitalista era incapaz de destruir o velho regime. Essa foi a base para a união do movimento dos trabalhadores com a rebelião camponesa. Trotsky explicou o processo em jogo:

“A lei do desenvolvimento combinado, própria dos países atrasados – no sentido de uma combinação original dos elementos retardatários com os fatores mais modernos – é-nos formulada em sua expressão mais perfeita, dando-nos, ao mesmo tempo, a chave do enigma da Revolução Russa. Se a questão agrária, herança da barbárie da antiga história russa, tivesse sido resolvida pela burguesia, caso pudesse ter recebido uma solução, o proletariado russo não teria, jamais, conseguido subir ao poder em 1917. Para que o estado soviético fosse fundado foi necessária a aproximação e a penetração recíprocas de dois fatores de natureza histórica inteiramente diferentes: uma guerra de camponeses, movimento característico da aurora do desenvolvimento burguês; e uma insurreição proletária, isto é, um movimento que marca o ocaso da sociedade burguesa. É isto a essência do ano de 1917” (História da Revolução Russa – Leon Trotsky).

PÃO

Em última análise, um regime que é incapaz de satisfazer as necessidades mais básicas – como a do pão – está condenado. O czarismo não foi capaz de resolver essa questão na sua forma mais simples e básica. A escassez de alimentos foi a questão mais explosiva no período que antecedeu a Revolução de Fevereiro. Ela era discutida em todos os círculos e em todas as ocasiões. Filas para obter alimentos, que começaram como ocorrências excepcionais, tornaram-se a norma.

“No verão passado, as pessoas mais pobres tomavam seus lugares nas filas dos açougues municipais de

Petrogrado às 10 horas da noite. O sol mal se tinha posto sobre a ilha Elagin, onde os ricos e elegantes desfrutavam de suas facilidades e das maravilhas das noites brancas, antes que os pobres, cestas nas mãos, começassem sua cansada vigília. Alguns esperavam de 10 a 12 horas por um pedaço de carne, o qual, em caso algum, excedia 1,3kg. Desde então, vimos as filas se tornarem a regra – para a carne, para o pão, para o leite, farinhas, legumes, para o açúcar as pessoas esperavam em longas ‘caudas’. Ricos e pobres participavam delas, os últimos pessoalmente, os primeiros através de seus serviçais” (The Times, 29 de janeiro de 1917).

A polícia começou a patrulhar as “caudas” e as proibiu de se reunirem antes das 6 horas da manhã. Em janeiro e fevereiro, com temperaturas abaixo de -30°C, as filas estavam se transformando cada vez mais em motins. A situação era desesperadora.

Entretantes, entre os ricos e os privilegiados, a situação era diferente. No banquete de estado por ocasião da conferência aliada no final de janeiro de 1917, o embaixador francês queixou-se de que o cardápio (potage crème d’orge, fruites glacés de Gatchina, longe de veau Marengo, poulets de grain rôti, salade de concombres, glace mandarine) era simplesmente burguês e não correspondia “ao famoso esplendor da cozinha imperial”. Com a típica ignorância e desapego liberal, James L. Houghteling, o jovem filho de banqueiro estadunidense em Moscou, explicou um incidente no início de fevereiro:

“No jantar, sentei-me entre a anfitriã e a Sra. Lockhart, esposa do cônsul britânico, ambas encantadoras. Conversamos principalmente sobre a situação internacional, nada de original, e muita conversa fiada. Alguém falou que outro dia em uma padaria, no momento em que o pão acabou, a multidão descobriu três vagões de farinha no pátio traseiro. Apoderaram-se deles e descobriram

que estavam consignados ao chefe dos correios de Moscou e a mais dois outros funcionários. As pessoas começaram a se rebelar e a gritar que havia de tudo para os ricos e poderosos, mas somente cartões de racionamento do pão e escassez para os pobres. Os modos dos russos são um tanto diferentes dos nossos. Antes de entrar na sala de jantar, estávamos em torno de uma mesa no corredor, cheia de todos os tipos de aperitivos e licores, e havia uma boa quantidade de comida. Ao longo da ceia, o Sr. G. continuava se levantando e circulando pela mesa com uma garrafa em cada mão, enchendo os copos de seus convidados”.

O acompanhante de Houghteling no banquete, o cônsul britânico, Mr. Lockhart, via as coisas com mais clareza:

“Encontrei a atmosfera de São Petersburgo mais depressiva do que nunca. O champanhe fluía como água. O Astora e o Europa – os dois melhores hotéis da capital – estavam abarrotados de oficiais que deviam estar no front. Não havia desgraça alguma em ser um ‘mandrião’ ou em encontrar uma sinecura na retaguarda. Tive um sentimento de tédio infundável e de fin de siècle. E nas ruas estavam as longas filas de homens malvestidos e de mulheres tagarelas, esperando pelo pão que nunca chega”.

OS PRIMEIROS ABALOS

Contudo, nas ruas o ânimo estava aquecendo. Com fome e excesso de trabalho, os trabalhadores e os soldados começaram a se rebelar. Em outubro de 1916, uma série de greves políticas em massa contra a inflação e contra a guerra e envolvendo mais de 120 mil trabalhadores já tinha varrido Petrogrado. Em uma fábrica, depois que os grevistas esmagaram a polícia, dois regimentos dos quartéis próximos foram enviados para destroçar a greve. Em vez de disparar sobre os trabalhadores, no entanto, os regimentos dispararam sobre a polícia

e tiveram que ser desarmados pelos regimentos de cossacos.

Nos seis meses que vão de setembro de 1916 ao início da revolução, pouco mais de 1 milhão de diárias de trabalho foram perdidas em Petrogrado, três quartos delas em greves políticas. Os primeiros dois meses de 1917 sozinhos tiveram 575 mil trabalhadores tomando parte em greves políticas. Em todas as fábricas, grupos revolucionários foram formados, frequentemente em torno dos trabalhadores bolcheviques. Havia reuniões, greves e protestos diariamente. Um relatório policial registra:

“De acordo com o porta-voz do grupo de trabalhadores da indústria de guerra, o proletariado da capital está à beira do desespero. Acredita-se que, à menor perturbação ou ao menor pretexto, isso levará a tumultos incontroláveis com milhares de vítimas. De fato, as condições para tal explosão já existem. A condição econômica das massas, apesar de grandes elevações nos salários, está próxima do ponto da angústia... Mesmo que os salários sejam dobrados, o custo de vida triplicou. A impossibilidade de obter produtos, a perda de tempo gasto nas filas das lojas, a crescente taxa de mortalidade devido às más condições de habitação, ao frio e à umidade resultante da falta de carvão... Todas essas condições criaram uma situação tal que a massa dos trabalhadores industriais está pronta para irromper nos mais selvagens distúrbios de fome.

“As restrições legais que pesam sobre os trabalhadores tornaram-se insustentáveis e intoleráveis. A proibição de mudança de emprego de uma fábrica para outra ou de um emprego para outro reduziu os trabalhadores a um estado de bens móveis, apenas como ‘bucha de canhão’. A restrição de todas as reuniões, mesmo com o propósito de organizar cooperativas ou cantinas, e o fechamento dos sindicatos são as razões por que os trabalhadores, liderados pelos mais educados e talvez

os mais revolucionários entre eles, adotaram uma atitude abertamente hostil ao governo e o protesto contra a continuação da guerra” (A Revolução Russa de 1917 – Marc Ferro).

A propaganda revolucionária e a propaganda contra a guerra eram cada vez mais procuradas. Os bolcheviques estavam crescendo rapidamente, mas o movimento crescia mais rápido. Não era apenas em Petrogrado, mas também em Moscou, Nizhni-Novgorod e em outros lugares. Os bolcheviques de todas as partes relatavam, escreveu Shlyapnikov, que *“panfletos e proclamações ilegais não eram mais evitados, mas procurados, solicitados e lidos com interesse e confiança. O ódio ao governo havia sondado as profundezas da sociedade e isto aterrorizava os cães burgueses liberais”*.

No entanto, os bolcheviques não estavam sempre em contato com o estado de ânimo real e se confundiram em várias situações. Em 9 de janeiro, entre 200 e 300 mil trabalhadores foram reprimidos por comemorarem o aniversário do Domingo Sangrento e início da revolução de 1905.

Os mencheviques de direita organizados no Grupo Trabalhista se opuseram às greves e, em seu lugar, pediram protestos em apoio ao esforço de guerra na abertura da Duma em 14 de fevereiro. O comitê bolchevique se opôs a isso e convocou greves em 10 de fevereiro, aniversário da prisão dos deputados bolcheviques da Duma.

A greve de 10 de fevereiro foi bem-sucedida, mas não tão bem-sucedida quanto a greve do dia anterior. Dessa vez saíram 90 mil trabalhadores. O comitê bolchevique viu o declínio dos grevistas como um sinal de que o estado de ânimo ainda não estava pronto para uma luta total. Assim, seus preparativos se dirigiam à acumulação de um movimento a tempo para o Dia do Trabalho daquele ano. Em 8 de março (23 de fevereiro do velho calendário), eles optaram por convocar uma manifestação em vez de

greves.

Em meados de fevereiro, só restava uma reserva de farinha para 10 dias em Petrogrado. Khabalov decidiu introduzir cartões de racionamento do pão em 28 de fevereiro. Na manhã seguinte, 1 de março, havia filas massivas em frente às padarias e em frente a todas as lojas de alimentos, as quais se esvaziaram rapidamente. Em seguida, as multidões começaram a invadir as lojas. Isso ocorreu durante vários dias, principalmente quando as pessoas esperavam sob um frio de -20°C durante horas somente para serem informadas de que *“não há mais nada”*. Era este o clima entre milhares de pobres que haviam mantido uma presença quase permanente nas ruas pouco antes da revolução de fevereiro.

O elemento final adicionado à mistura veio em 3 de março, quando irrompeu uma greve em uma pequena oficina da fábrica Putilov. Os trabalhadores exigiam aumento salarial para compensar o que perderam com a inflação em espiral. Foram realizadas reuniões em solidariedade aos trabalhadores por toda a fábrica, mas os patrões não concederiam. A greve se espalhou por toda a fábrica. Então, em 7 de março, os patrões reagiram bloqueando todos os 26 mil trabalhadores da Putilov. Um comitê de greve foi formado e despachadas delegações a outras fábricas para obter apoio. Assim, à beira da revolução de fevereiro, os trabalhadores mais conscientes da Putilov e as massas enfurecidas das filas do pão já estavam em movimento, anunciando a iminente irrupção da Revolução.

Muitos experts burgueses colocaram a culpa pela revolução nas ações *“irracionais”* do czar e do regime czarista nos últimos meses de sua existência. Se o czar tivesse cooptado os liberais, dizem eles, se ele fizesse grandes reformas, poderia ter evitado a revolução e a Rússia teria embarcado em um período de democracia burguesa. Isso é típico dos acadêmicos burgueses,



Explosão revolucionária das massas e queda do czarismo

reduzir os grandes acontecimentos históricos a ações acidentais destes ou daqueles indivíduos. Mas uma revolução, mais do que qualquer outra coisa, mostra como, em última análise, as ações dos indivíduos são dirigidas pelo processo histórico.

A revolução russa tinha sido preparada durante décadas antes desses meses. Décadas de podridão se desenvolvendo em cada poro do czarismo, décadas de opressão e raiva reprimida, séculos de tormentos para o campesinato, todos reunidos na grande matança da Primeira Guerra Mundial. Em tudo isso, a incompetência do czar era uma expressão da decadência senil do próprio czarismo. Um acordo com os liberais e a introdução de algum tipo de governo de unidade nacional não teriam mudado fundamentalmente as coisas, exceto talvez desacreditar os liberais ainda antes que a revolução finalmente estalasse. Mesmo no melhor dos casos, a democracia liberal, na forma em que existia na Rússia,

não tinha nenhuma intenção de se ocupar com qualquer um dos candentes problemas das massas. Trotsky deu uma resposta definitiva à questão:

“Como, porém, a Rússia, com um desenvolvimento atrasado, a última de todas as nações europeias, repousando sobre medíocres bases econômicas, teria podido elaborar esse ‘maleável espírito conservador’ nas formas sociais – feito sob medida para o liberalismo acadêmico e para a sua esquerda, os socialistas reformistas? A Rússia permaneceu em atraso por um tempo excessivamente longo e, quando o imperialismo mundial a agarrou com suas manoplas, viu-se forçada a viver a sua história política com importantes alienações. Se Nicolau tivesse acolhido bem o liberalismo e colocado Milyukov no lugar de Sturmer, a marcha dos acontecimentos teria sido, talvez, um pouco diferente quanto à forma, mas não quanto ao fundo. Foi precisamente este o caminho seguido por Luís XVI na segunda fase da revolução, chaman-

do a Gironda ao poder, o que não o livrou da guilhotina, nem também aos girondinos. Os antagonismos sociais acumulados deveriam explodir e, após a explosão, realizar uma limpeza completa. Diante do impulso das massas populares que, por fim, manifestaram abertamente os seus infortúnios e vexames, paixões, esperanças, ilusões e reivindicações, as combinações superficiais da monarquia com o liberalismo não tinham senão um valor episódico e só poderiam influenciar a ordem de sucessão dos acontecimentos, talvez o número de atos representados; de forma alguma, porém, o desenvolvimento geral do drama e ainda menos o seu terrível desenlace”.

A Revolução Russa estava madura. Independentemente da vontade e dos planos de todos os governantes, instituições, partidos e organizações – e, de fato, em oposição a eles –, as massas estavam determinadas a tomar o seu destino em suas próprias mãos e nenhuma força poderia detê-las quando estivessem em movimento.

100 anos da Revolução Russa e a Luta das Mulheres

Francis Madlener de Lima



A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RUSSAS

A sociedade russa pré-revolucionária continha diversos elementos de opressão à mulher, assim como as demais sociedades ao redor do mundo, mas com alguns elementos ainda mais atrasados em relação ao papel da mulher na sociedade.

A Rússia era um país predominantemente agrário e governado por czares. Às mulheres russas cabiam o matrimônio, o trabalho doméstico ou a prostituição. A cultura camponesa e o baixo desenvolvimento industrial do país eram complicadores para a discussão sobre a questão da mulher naquele contexto.

Uma vez que a questão da mulher era uma das preocupações das

organizações naquele período, em 1908 foi realizado o I Congresso de Todas as Mulheres Russas, iniciativa das feministas burguesas russas, com o objetivo de tentar reunificar as mulheres após a revolução de 1905. Nesse evento, Alexandra Kollontai organizou uma delegação de mulheres trabalhadoras, que apresentaram uma resolução. Nesta resolução, apresentaram a posição contrária à criação de um movimento feminista integrado por mulheres de todas as classes sociais, defendendo a consolidação de um movimento de proletárias, reivindicando, naquele momento, o sufrágio universal.

Em 1914, Kollontai escreveu um panfleto no qual apresentava sua concepção da “nova mulher”:

“A nova mulher é essencialmente uma unidade de trabalho inde-

pendente, cuja energia é usada não para servir aos interesses de uma economia privada familiar, mas para transformar um trabalho socialmente útil e necessário”.

Para ela, a função dos atos no Dia Internacional das Mulheres era servir de meio para mobilizar as mulheres trabalhadoras. Era uma forma de despertá-las para a necessidade da sua organização no movimento operário, para lutar pela revolução socialista.

Em 1916, em meio à Primeira Guerra Mundial, os atos do Dia Internacional da Mulher tiveram como objetivo protestar contra a guerra. No ano seguinte, as mulheres desempenharam um papel central no início da Revolução Russa. Com o motim iniciado pelas operárias no dia 8 de março (23 de fevereiro pelo calendário juliano, ado-

tado no império), colocou-se em marcha o processo revolucionário. Segundo estudiosos, essa ação das mulheres russas foi definitiva para marcar o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, celebrado em todo o mundo. Uma série de atos das mulheres naqueles dias fizeram avançar o processo de tomada do poder. No dia anterior ao motim, as mulheres de Petrogrado saíram às ruas, donas de casas que estavam na fila do pão somaram-se ao movimento, assim como as operárias das fábricas e oficinas. Já eram 190 mil mulheres quando entoaram a palavra “Pão para nossos filhos!”. Dois dias depois, iniciou-se uma greve geral e em 12 de março os revolucionários constituíram o soviete de Petrogrado.

Ainda em março de 1917, o Partido Bolchevique criou o Secretariado de Mulheres Trabalhadoras. Em 1918, aplicaram mudanças que visavam melhorar a condição social das mulheres russas. Alterações legislativas foram feitas e programas de educação e trabalho foram planejados. Em relação ao casamento, as mulheres passaram a ter os mesmos direitos dos homens, de conservar seus nomes e de pedir o divórcio. O casamento foi separado da Igreja e o aborto foi legalizado em 1920. Aprovou-se o direito das mulheres receberem salários iguais por trabalhos iguais e a licença maternidade remunerada. As mulheres tiveram o direito ao voto em 1917, tornando a Rússia o primeiro país a aprovar o sufrágio universal feminino.

Em 1919 foi criado o Departamento da Mulher do Partido Comunista (Zhenotdel), responsável por coordenar o trabalho voltado à mulher. O trabalho era intenso e, para atingir todas as mulheres trabalhadoras, eram realizadas reuniões com a leitura dos materiais para as trabalhadoras analfabetas. Além de Kollontai e Clara Zetkin, Lênin e Trotsky apontavam a importância da emancipação da mulher e da sua participação na vida



Manifestação de mulheres em Petrogrado

política, libertando-a das funções domésticas e criando condições, através do Estado, de criar espaços coletivos para esses fins, como creches, restaurantes e lavanderias públicas.

Zetkin reconhecia a necessidade do trabalho com as mulheres, mas dentro do Partido:

“Não às organizações especiais para as mulheres. Uma mulher comunista é um membro do partido, da mesma forma que é um homem comunista, com os mesmos direitos e deveres. (...) No entanto, não devemos fechar nossos olhos ao fato que devemos ter organismos, grupos de trabalho, comitês, secretarias, o que você quiser, cujo dever principal é despertar as massas de trabalhadoras, para colocá-las em contato e mantê-las sob sua influência. Isso, obviamente, implica trabalho sistemático entre elas. Devemos formar aquelas que despertamos e ganhamos e equipá-las para a luta proletária sob a liderança do Partido Comunista”.

No terceiro Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1921, foram aprovados os princípios e táticas do trabalho entre as mulheres, dentre os quais destacamos:

“O que o comunismo pode dar às mulheres, o movimento feminino burguês não poderá dar. Durante o tempo em que existir a dominação do capital e a propriedade privada,

a libertação da mulher é impossível.

O 3º Congresso da Internacional Comunista confirma os princípios fundamentais do marxismo revolucionário, seguindo aqueles pontos ‘especialmente femininos’; toda relação da operária com o feminismo burguês, assim como todo apoio dado por ela à tática de meias-medidas e franca traição dos social-colacionistas e dos oportunistas só enfraquecem as forças do proletariado, retardando a revolução social e impedindo, ao mesmo tempo, a realização do comunismo, isto é, a libertação da mulher.

Chegaremos ao comunismo pela união na luta de todos os explorados e não pela união das forças femininas de classes opostas.”

No mesmo período foi realizada a 2ª Conferência Internacional de Mulheres Comunistas. Neste evento foi aprovada a resolução que propunha celebrar oficialmente o Dia Internacional das Mulheres no dia 8 de março, em referência ao dia em que as mulheres russas foram às ruas por pão e paz.

Com as complicações derivadas da estrutura econômica atrasada da Rússia e aplicação da Nova Economia Política (NEP), posteriormente distorcida no período stalinista, passou-se a retomar a antiga moral ligada à família. Utilizou-se o discurso de que os avanços econômicos propiciados pela NEP davam condições para que as famílias

voltassem a crescer. Esse período marcou um retrocesso na luta das mulheres russas.

O dia da Mulher passou então a ser celebrado como o “Dia das Mães”, retirando-se o caráter revolucionário da data, retomando ideias da mulher mãe, responsável pela geração dos filhos da nação.

AS CONQUISTAS DAS MULHERES RUSSAS: UM EXEMPLO A SER SEGUIDO

O período revolucionário trouxe diversos avanços para as mulheres russas, avanços que países capitalistas nunca atingiram. Certamente essas conquistas foram fruto de intensos debates e formulações, que buscavam superar a moral camponesa e atrasada que ainda permanecia após a tomada do poder pelos Bolcheviques.

Uma das discussões dizia respeito ao papel da legislação no processo revolucionário. Parte dos juristas defendia o argumento de que as leis deveriam espelhar a realidade e, portanto, manter as relações sociais pautadas na moral da maioria da população. Outro grupo afirmava que as leis do Estado Operário deveriam levar ao avanço da moral e das relações sociais, apontando para um novo horizonte. Essa perspectiva foi vitoriosa em diversos momentos e materializou-se em leis importantes para as mulheres.

Nesse bojo encontram-se a legalização do aborto, realizado em hospitais públicos e de forma gratuita; a alteração da lei do divórcio, que passou a permitir que as mulheres também fizessem o pedido; o Novo Estatuto da Família, que igualava mulheres e homens em seus direitos dentro do casamento; a determinação de salário igual para trabalho igual de homens e mulheres; a instituição de programas que visavam a construção de creches, refeitórios e lavanderias públicas, fundamentais para retirar da mulher a responsabili-

de por esses trabalhos.

Outro debate travado ao longo da revolução dizia respeito ao salário família versus salário igual para homens e mulheres. Apesar da tomada do poder político, diversos aspectos culturais e morais permaneciam na Rússia, entre eles a percepção, de parte do movimento sindical, de que a mulher não deveria sair do lar e que, portanto, deveria ser pago um salário família, que fosse pago ao marido e suficiente para o sustento familiar. Esse debate nos mostra um caráter revolucionário importantíssimo, que ainda diz respeito à luta das mulheres: a necessidade da independência financeira e a liberação das mulheres dos trabalhos domésticos. Os marxistas defendiam a necessidade da implementação do salário igual para trabalho igual.

EM DEFESA DE OUTUBRO

Neste ano em que a Revolução Russa completa 100 anos, cabe aos marxistas resgatar seu legado, defendendo as conquistas daquele período, que ainda servem de exemplo e inspiração para toda a classe trabalhadora. Devemos afastar, de forma definitiva, a sombra stalinista que destruiu o Estado Operário e que ainda hoje serve de escudo para as críticas pós-estruturalistas e pós-modernas que florescem em



Cartaz para o 8 de março

todas as esferas da sociedade, principalmente na academia.

É preciso pontuar o retrocesso do período contrarrevolucionário, que voltou a proibir o aborto, defendendo um retorno da família tradicional burguesa como núcleo social, acarretando uma série de retiradas dos direitos das mulheres na década de 1930.

Devemos retomar os trabalhos de Lênin, Trotsky, Clara e Kollontai acerca da necessidade da superação do modo de vida moralista burguês, sobre a importância da participação da mulher na vida política e, especialmente, a diferenciação entre a pauta do feminismo burguês e a pauta de luta das mulheres trabalhadoras. É preciso superar as posições conciliadoras e reformistas, libertando as mulheres da ideia de que a disputa deste Estado seria um caminho para a libertação das mulheres.

Não haverá libertação das mulheres no capitalismo. As conquistas são volúveis e são as primeiras a serem retiradas pela burguesia nos momentos de crise do capital. É preciso realizar um trabalho entre as mulheres trabalhadoras, partindo das suas pautas mais sentidas, ampliando suas consciências e levando-as à compreensão da necessidade da organização lado a lado com os trabalhadores.

Estamos em um momento decisivo, todos e todas serão levados à luta, todos deverão tomar uma posição de classe e reafirmamos aqui o nosso lado: o lado dos trabalhadores!

Referências bibliográficas:

ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Ana Isabel. As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres. Tradução Alessandra Ceregati et al. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014

A constituição de 1917 e o triunfo da burguesia na Revolução Mexicana

Carlos Marques

O ano de 1917 costuma ser o marco do fim do processo revolucionário iniciado em 1910 no México. Na realidade, o processo durou mais que isso, mas é verdade que o estabelecimento da constituição (que significou, por sua vez, a derrota da Convenção Revolucionária e, com ela, dos Villistas e Zapatistas) e o triunfo de Venustiano Carranza marcaram um ponto de viragem que erigiu a ala burguesa da revolução como a vencedora, embora para conseguir isso, tiveram que realizar importantes concessões às massas de operários e camponeses.

A NAÇÃO MEXICANA E SUAS CONSTITUIÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

As nações são formações relativamente recentes na história da humanidade. Em geral, contam com um território, idioma - embora haja exceções a isto -, vida econômica e psicologia. São formadas a partir de todo um processo histórico comum.

A nação mexicana se constituiu a partir de revoluções e lutas de libertação nacional contra tiranos espanhóis, estadunidenses e franceses. Os ideais da revolução burguesa internacional influíram em seu desenvolvimento. A primeira tentativa de estabelecer uma constituição se dá em meio à guerra de independência. Miguel Hidalgo e Ignacio Allende iniciam a luta em 1810 com uma insurreição de massas. Posteriormente, José Maria Morelos y Pavón encabeçou a insurreição e controlou boa parte do território do que hoje é a nação mexicana. De uma forma que impulsionou um ideal político, que se expressa em seu famoso discurso conhecido como “Os sentimentos

de uma nação”, aqui ainda se fala de liberdades para os americanos. Os revolucionários independentistas instauraram um congresso ao que chamaram de Anáhuac. Este congresso era itinerante, pois as condições da guerra assim o exigiam, e aprovou a constituição em Apatzingán em 1814. Finalmente os insurgentes foram derrotados e, com eles, sua constituição. Essa constituição continha ideias revolucionárias para o seu tempo e foi um guia para as posteriores revoluções burguesas no país.

Em meados do século XIX, deram-se novos acontecimentos tempestuosos. Uma geração brilhante derrubou o ditador Santa Anna e impulsionou reformas importantes, o que desatou uma guerra civil e a invasão francesa que instaurou um império. Mas os reformistas (jacobinos mexicanos), liderados por Benito Juárez, finalmente ganharam a guerra e estabeleceram a constituição aprovada em 1857. Esse processo conhecido como A Reforma foi uma revolução burguesa praticamente sem burguesia, que permitiu a unidade nacional e o início do desenvolvimento capitalista. Naquele momento inicial do Juarismo já víamos uma minoria constitucionalista que defendia reformas sociais, como o foram Ignacio Ramírez, Ponciano Arriaga, Isidoro Olvera e José Maria Castilo Velazco. As massas operárias e camponesas, contudo, não se viram favorecidas e, em meio a condições de pobreza e repressão, fizeram meio século depois uma nova revolução.

VENUSTIANO CARRANZA

Venustiano Carranza Garza foi o impulsionador da constituição

de 1917. Nasceu em Cuatro Ciénegas, Coahuila, em 29 de dezembro de 1859. Seu pai foi combatente Juarista, posteriormente seguidor de Porfirio Díaz e também membro da nascente burguesia local. Os Carranza estabeleceram um forte grupo político. Lutas locais os aproximaram de outros grupos nortenhos, destacando-se o de Bernardo Reyes, governador de Nuevo León, e de Evaristo Madero, coahuilense e avô de Francisco I. Madero. A carreira política de Venustiano ascendeu, e isto, por sua vez, permitiu-lhe aumentar sua fortuna pessoal com a aquisição de terras. Foi prefeito de Cuatro Ciénegas e senador porfirista; em 1909, foi o candidato natural para governar Coahuila e, tanto reystas quanto maderistas (incluindo Francisco I. Madero), o apoiaram.

As revoluções costumam se iniciar com divisões no alto. Estava claro que o ditador Porfirio Díaz, de idade avançada, teria em alguns anos de deixar de governar. Ninguém no regime questionava sua liderança, mas a luta pela vice-presidência, que poderia marcar a continuidade do regime com a morte do ditador, abriu as brechas através das quais se expressou uma nova geração de políticos que pediam algumas reformas para obter mais espaços de debate políticos. Também aspiravam um maior desenvolvimento capitalista e viam como um risco aos seus interesses a intromissão cada vez maior na economia das empresas imperialistas.

Os reystas que apoiavam a candidatura governamental de Carranza, na realidade fiéis a Porfirio Díaz, opuseram-se a que Ramón Corral encabeçasse a candidatura a vice-presidente do país e isso

gerou uma luta e, como resposta, uma ofensiva do Porfiriismo contra eles. O resultado foi que Venustiano Carranza perderia uma eleição cheias de irregularidades e se veria obrigado, contra sua vontade, a entrar na oposição, somando-se à luta contra a reeleição que Francisco I. Madero impulsionou.

Coahuila deu dois dos principais dirigentes da revolução: Francisco I. Madero e Venustiano Carranza. Os seguidores de Madero, em sua maioria, engrossariam as forças da Divisão do Norte de Pancho Villa, enquanto que os provenientes do reyismo formariam as forças constitucionais de Venustiano Carranza.

A REVOLUÇÃO MEXICANA

Porfírio Diaz assumiu a presidência em 1876 e governou o país por três décadas. Os trabalhadores haviam iniciado a luta contra o porfiriato com greves muito militantes, como as de Cananea (1906) e Rio Blanco (1907), que foram reprimidas com brutalidade. As massas queriam sair de sua situação de miséria e da repressão; os camponeses ansiavam pela terra. A revolução mexicana inicia-se em 1910 com uma campanha pela presidência encabeçada por Francisco I. Madero. Madero, depois de uma fraude eleitoral, que incluiu sua prisão, logra chegar à presidência em 1911, graças a um levantamento armado que pôs um fim à ditadura de Porfírio Diaz. Madero dizia que Porfírio Diaz havia rompido a ordem legal e que havia que se aplicar a constituição de 1857.

Madero foi derrocado e assassinado em fevereiro de 1913 com um golpe militar, e Victoriano Huerta, um general porfirista que formou parte do governo maderista, se erigiu presidente. Nessa ocasião, Venustiano Carranza já era governador de Coahuila e não reconheceu o governo de Victoriano Huerta, e isso o erigiu como o con-

tinuador da luta de Madero e como o principal dirigente da Revolução.

Em março de 1913, Venustiano Carranza redigiu na fazenda de Guadalupe, em Ramos Arizpe, Chihuahua, um programa muito curto que assinalava a ilegalidade do governo huertista, dos poderes legislativo e judiciário e de todo aquele governo estatal que o apoiasse, aos quais não reconhecia e convocava à luta para substituí-los por governos constitucionais. Francisco J. Múgica disse que este Plano *“Era conciso, breve e iletrado como o seu autor. Em todo ele só aparecia a ideia legalista, princípio e motivo daquela campanha”*.

Ao apresentá-lo ao grupo de insurgentes presentes gerou muitas críticas; várias vozes propuseram incluir nesse programa demandas agrárias, pelas quais estava realmente lutando o camponês. Múgica recordaria as palavras de Venustiano Carranza:

“Querem vocês que a guerra dure dois anos ou cinco anos? A guerra será mais rápida quanto menos resistência encontrar. Os latifundiários, o clero e os industriais são mais

*poderosos que o governo usurpador; há que se acabar primeiro com este e atacar depois os problemas que com juízo entusiasmas a todos vocês”*¹. Finalmente o Plano de Guadalupe foi aceito.

Carranza organizou certo número de grupos armados que se declararam como o Exército Constitucionalista. Ele era o principal representante da nascente burguesia, mas o constitucionalismo não era homogêneo desde sua origem. Podemos ver, por exemplo, que Lucio Blanco e, com ele, Francisco J. Múgica (que assinaram o Plano de Guadalupe), fizeram a primeira repartição agrária da revolução, apesar do desagrado de Carranza, deixando depois de si um grande precedente.

Na revolução os camponeses lutavam para sair de sua pobreza e eram representados fielmente por Pancho Villa e Emiliano Zapata. Mas também havia camponeses que seguiram representantes de uma nascente burguesia representada por dirigentes como Venustiano Carranza e Álvaro Obregón.

Essa aliança que lutou conjun-



Encontro dos líderes revolucionários Pancho Villa e Emiliano Zapata

¹Citado em Arnaldo Córdova, *La ideología de la revolución mexicana*, ediciones Era, página 196.

tamente contra o velho regime em certo momento tinha que se diferenciar em linhas de classe. Isso aconteceu quando, com o avanço da Divisão do Norte, conseguiram o controle do estado de Chihuahua e erigiram a Pancho Villa como governador no final de 1913. O governo de Pancho Villa expropriou os inimigos da revolução, repartiu terras e criou centenas de escolas para dar educação ao povo (um par de anos depois, Zapata tomara medidas similares em Morelos – eles não precisavam de leis para avançar as medidas revolucionárias necessárias). Porém, Carranza entrou em cólera e tratou de subordinar a Villa. Formalmente, esses dois personagens pertenciam ao mesmo exército, mas entraram em conflito. A luta desses personagens era na realidade um conflito de classe.

O chicote da contrarrevolução com a derrubada de Madero somente generalizou a luta armada no país e já em 1914 era tal o avanço das tropas opositoras que a nova ditadura entrou em colapso deixando o poder aos revolucionários.

Derrotado, Victoriano Huerta propôs uma Convenção Revolucionária para dirimir os conflitos entre os dirigentes. Os setores mais representativos das massas camponesas se uniram e se erigiram como triunfadores na Convenção. Eles avançaram para a tomada da capital e estabeleceram um governo revolucionário, embora os principais dirigentes, Villa e Zapata, concordassem em voltar a defender seus territórios e não a fortalecer uma aliança duradoura. Depois desta etapa se dá a maior guerra civil na revolução, que foi uma luta entre a ala burguesa contra os setores mais representativos das aspirações das massas.

Em primeiro lugar, Pancho Villa é derrotado pelas tropas dirigidas por Álvaro Obregón e, mais tarde,

os Constitucionalistas destruíram a Comuna de Morelos de Emilio Zapata. Foi então que Carranza lançou a convocatória ao Congresso Constituinte para terminar de esmagar os resíduos da Convenção Revolucionária.

Os revolucionários russos, durante muito tempo, agitaram em favor de uma Assembleia Constituinte. Esta consigna pode ser correta em países com governos ditatoriais ou que contem em sua população uma grande massa camponesa. As massas camponesas na revolução mexicana haviam chegado mais longe ao derrocar o velho regime e estabelecer a Convenção Revolucionária que era o poder nascente dos trabalhadores. Para que esta triunfasse era necessário concretizar a aliança com a classe operária nas cidades, mas a ausência de uma direção revolucionária o impediu. Pelo contrário, a direção anarquista oportunista levou por um momento a classe operária ao bando de Carranza, embora os trabalhadores rompessem com ele e respondessem em 1916 com uma greve geral contra Venustiano Carranza na Cidade do México. Neste contexto, o congresso constituinte foi uma medida para fortalecer o avanço da contrarrevolução e esmagar o nascente poder dos trabalhadores representado pela Convenção Revolucionária, pelo Exército Libertador do Sul e a Comuna de Morelos de Zapata e pela Divisão do Norte de Pancho Villa.

A CONVOCATÓRIA À CONSTITUINTE

Com a ala revolucionária quase derrotada, Venustiano Carranza lançou, em 14 de setembro de 1916, a convocatória ao congresso constituinte. Em sua convocatória tinha que usar um discurso revolucionário que realmente fosse aceito e reconhecido pelas massas que fizeram a revolução. Sobre o primeiro comando do exército constitu-



Venustiano Carranza

cionalista dizia que:

“Expediu disposições diretamente encaminhadas para preparar o estabelecimento daquelas instituições que tornem possível e fácil o governo do povo e que assegurem a situação econômica das classes operárias, que haviam sido as mais prejudicadas com o sistema de açambarcamento e monopólio adotado por governos anteriores”.

Tomou medidas para manter o controle da constituinte e evitar que os setores mais revolucionários influíssem. Carranza põe no mesmo saco os huertistas junto com os villistas e zapatistas, aos quais declara inimigos da revolução e os exclui de serem eleitos deputados constituintes:

“Para ser eleito deputado ao Congresso Constituinte, necessitam-se os mesmos requisitos exigidos pela Constituição de 1857 para ser Deputado ao Congresso da União, mas não poderão ser eleitos, ademais dos indivíduos que tiveram os impedimentos que estabelece a expressada Constituição, os que tiverem ajudado com as armas ou servindo empregos públicos aos governos ou facções hostis à causa Constitucionalista”².

A constituição de 1857 foi a bandeira do início da revolução e Venustiano Carranza planejou

²Venustiano Carranza, Decreto que convoca a un constituyente constitucion1917.gob.mx/work/models/Constitucion1917/Resource/251/1/images/001.pdf

reformular essa constituição, o que reflete que não aspirava a uma revolução social profunda, e sim dar continuidade às passadas revoluções burguesas.

Além das medidas para excluir aos villistas e zapatistas, Carranza foi muito cuidadoso e escolheu fazer a reunião em Querétaro – local sob seu controle. O debate era bastante limitado, devia passar em um anteprojeto entregue pelo próprio Carranza que deu um prazo de apenas dois meses para a realização do Congresso. A nova constituição devia ser promulgada em 5 de fevereiro de 1917, justamente 60 anos depois da promulgada em 1857. A grande força da revolução mexicana fez com que o plano de Carranza não fosse levado como ele o tinha pensado.

REFORMADORES CONTRA JACOBINOS

Carranza nunca teve a profundidade política de um Zapata, nem a capacidade estratégica e militar de um Álvaro Obregón, muito menos de um Francisco Villa. O anteprojeto constitucional continha suas ideias, mas foi redigido por um grupo de colaboradores que foram deputados durante o governo de Madero, e mesmo antes com Porfirio Díaz, e se converteram na voz de Carranza dentro do congresso constituinte. Falamos de José Natividad Macías, Luis Manuel Rojas, Félix F. Palavicini e Alfonso Cabrioto. Eles encabeçariam o grupo Renovador, a ala liberal burguesa e, portanto, conservadora do congresso. Estes elementos eram profissionais, advogados, com experiência legislativa.

As eleições para os deputados constituintes se realizaram em 22 de outubro de 1916, para o que se formaram diversos partidos e clubes políticos. A maior parte dos deputados provinha das classes e camadas médias, enquanto havia somente um punhado de deputa-

dos operários e militares revolucionários.

Também se formou uma ala de esquerda, que se proclamava como os radicais ou Jacobinos, destacando-se Francisco J. Múgica, Esteban Baca Calderón, Amado Aguirre, Juan de Dios Bojórquez, Pastor Rouaix, Heriberto Jara, Luís G. Monzón e Enrique Colunga.

É de se ressaltar o papel de Francisco J. Múgica. Em seus discursos se nota orgulhoso ao mostrar-se como o mais radical dos parlamentares, disposto a tomar todas as medidas possíveis em favor das massas. Mas Múgica é importante não somente na constituinte, como também no conjunto de sua trajetória de luta. Como já dissemos, foi impulsor da primeira repartição agrária da revolução, participou em importantes batalhas durante a guerra civil e fez, posteriormente, parte do gabinete de Lázaro Cárdenas. Nesse tempo manteve contato com o revolucionário russo Leon Trotsky exilado no México (ele próprio advogou antes para que Trotsky obtivesse o asilo político). Múgica foi um dos redatores do decreto expropriatório do petróleo, uma das grandes conquistas da revolução.

No total, foram 219 deputados que participaram no Congresso Constituinte, dos quais 209 assinariam a constituição. No final da constituinte, 94 deputados assinaram um manifesto jacobino, mas esta ala chegou a ganhar votações com 4/5 partes dos assistentes, o que reflete a força da esquerda. O Congresso foi instaurado na cidade de Querétaro, em 1 de dezembro de 1916.

O Congresso Constituinte se converteu em um novo campo de batalha entre a ala revolucionária, que aspirava à revolução social e a ala burguesa, que planejava mudanças para que o Estado Capitalista se fortalecesse e continuasse de pé. Ao finalizar o congresso, a

ala radical publicou um manifesto à Nação com um balanço desta luta.

“Sabe-se muito bem da República que, no Congresso Constituinte que acaba de terminar seu período único de sessões, houve dois grupos denominados liberal jacobino, o da maioria, e liberal clássico, o da minoria; mas, na realidade, não houve tais jacobinos nem tais clássicos, mas simplesmente: grupo revolucionário constitucionalista e grupo de renovadores; ou melhor, grupo de retardatários, de aduladores, de obstrucionistas”⁹⁴.

OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

No bando opositor, os setores proletários desempenhariam um papel importante nos debates. A verdadeira batalha no congresso foi quando se iniciou o debate sobre o trabalho. O projeto carrancista colocava a liberdade de trabalho, que, sob o capitalismo, é a liberdade de ser explorado. Carlos L. Gracida, sindicalista das Artes Gráficas, tomou a palavra e disse:

“Os sindicatos de ofícios, as uniões operárias de todas aquelas corporações de trabalhadores que fazem resistência ao capital, vão atrás de um objetivo: alcançar o máximo de remuneração contra a ambição do capitalista, que é alcançar o mínimo de salário; obter a máxima jornada entre isso e as oito horas de trabalho contra a ambição do capitalista, o trabalho de sol a sol. O sindicalismo, como outras corporações operárias, tem, para obter o concurso de todos os trabalhadores, uma tendência, suprimir todo tipo de preconceitos religiosos de seus aderentes para que não se entreguem de corpo completo ou de alma, se ela existe, completamente a um só fim: contornar a exploração”.

Carlos L. Gracida fazia parte da Casa do Operário Mundial e participou das ações trágicas em que a classe trabalhadora enfrentou as

⁹⁴94 deputados jacobinos, Manifiesto a la Nación. Tomado de Djed Bórquez, Crónica del Constituyente, SER Instituto de Investigación jurídica de la UNAM e INEHRM, página 394



Casa do Operário Mundial, organização que combateu Villa e Zapata

tropas villistas, mesmo assim expressa por sua voz às demandas operárias. Outro operário, este trabalhador ferroviário originário de Yucatan, chamado Héctor Victoria, assinalou na tribuna:

“Venho manifestar meu desacordo com o artigo 5o na forma em que o apresenta a Comissão, assim como pelo projeto do cidadão Primeiro Chefe, porque em nenhuma das opiniões se trata do problema operário com o respeito e a atenção que merece. Digo isto, senhores, porque creio nisto, repito que sou operário, que cresci nas oficinas e que tive a alta honra de vir falar nesta tribuna pelos interesses de minha classe”.

E, mais adiante, assinalou:

“Por conseguinte, o artigo 5o a discussão, a meu ver, deve traçar as bases fundamentais sobre as quais há de se legislar em matéria de trabalho, entre outras, as seguintes: jornada máxima, salário mínimo, descanso semanal, higienização das oficinas, fábricas, minas, convênios industriais, criação de tribunais de conciliação, de arbitragem, proibição do trabalho noturno às mulheres e crianças, acidentes, seguros e indenizações, etc.”⁴.

Victoria propôs formar uma comissão para elaborar uma proposta sobre direitos trabalhistas. Os reformadores apresentaram

argumentos de falso cunho legalista dizendo que as constituições deveriam ser pequenas e colocar as linhas gerais do funcionamento do país, em todo caso essas demandas poderiam ser incluídas nas leis secundárias. Jacobinos como Heriberto Jara, que havia desempenhado um papel-chave dentro do magonismo na organização das históricas greves têxteis de 1907 em torno à fábrica Rio Branco, rejeitaram esses argumentos de falso cunho legalista e pugnaram para incluir na própria constituição os direitos trabalhistas.

Para o caso desses argumentos não serem suficientes para os elegantes advogados reformadores, permaneceriam os argumentos que fizeram a revolução. O deputado Jorge Von Veren se deteve na tribuna mostrando sua enorme pistola e disse que os comissionados não deveriam ter medo, mas perneiras do tipo do rifle 30-30.

Pastor Rouaix Méndez, sendo governador em Durango durante a luta armada, havia já decretado a primeira Lei Agrária da Revolução e participado em batalhas épicas como a tomada de Torreón. Este jacobino, junto ao advogado reformador José Natividad Macías, redigiram o anteprojeto de um longo parágrafo que se converteria

no artigo 127 constitucional que legalizava os direitos trabalhistas. Deve-se assinalar que mesmo esses avanços foram vistos como insuficientes por constituintes operários, como Héctor Victoria, embora fossem um passo à frente.

Assim, de forma constitucional, foram estabelecidos o salário mínimo, a jornada de 8 horas, o direito de greve, o direito ao descanso, os direitos das mães trabalhadoras, a ilegalidade do trabalho infantil, pagamento maior por trabalho excedente, trabalho igual salário igual, participação nos lucros, direito à sindicalização, entre outros. Mesmo que se tenha avançado na legalização de direitos, também o Estado é erigido como árbitro estabelecendo a Junta de Conciliação e Arbitragem (que, na prática e na imensa maioria dos casos, se posicionou do lado dos patrões) e a luta de classes é regularizada; embora se reconheça o direito de greve, ele é limitado, declarando-se ilegal a greve em tempo de guerra ou quando os operários cometerem atos violentos.

AGRARISMO

A causa principal da revolução mexicana foi a desigualdade provocada pela obscena concentração da terra. O camponês foi a força motriz e não havia derramado o seu sangue para não ganhar nada. A revolução agitou as bases mais profundas da sociedade e, apesar das derrotas de Villa e Zapata e da greve geral de 1916, o perigo de novos levantamentos de massas era latente. A ala burguesa compreendeu que precisava fazer concessões se quisesse pacificar o país e gerar estabilidade para o novo Estado Burguês mexicano.

Depois de uma batalha importante, logrou-se estabelecer o artigo 27 constitucional. Como dissemos, a constituição mexicana, que tem um caráter capitalista com importantes direitos sociais, é uma

⁴1916 Discursos sobre los artículos 5º y 123. Carlos L. Gracidas, Héctor Victoria y Froylán C. Manjarrez



Francisco J. Múgica e outros delegados constituintes

constituição nacionalista revolucionária. A repartição da terra tem um carácter capitalista, pois não abole a propriedade privada. Lênin levou à frente na Rússia uma reforma agrária deste tipo porque era a única forma de se fazer uma aliança real com o campesinato pobre e as condições de atraso econômico não permitiam ir de imediato à coletivização da terra. Mas os bolcheviques colocavam que, sob a planificação democrática da indústria estatizada, a economia se desenvolveria e, com um trabalho de convencimento do campesinato, permitiria uma industrialização paulatina do campo e sua coletivização.

Mesmo quando a constituição mexicana legaliza a propriedade privada da terra, o faz de forma peculiar. O artigo 27 aprovado em 1917 diz:

“A propriedade das terras e águas compreendidas dentro dos limites do território nacional corresponde originariamente à nação, a qual teve e tem o direito de transmitir o domínio delas aos particulares, constituindo a propriedade privada”.

“Esta não poderá ser expropriada a não ser por causa de utilidade pública e mediante indenização”.

“A nação terá em todo o tempo o direito de impor à propriedade privada as modalidades que exija o interesse público, assim como o de regular o aproveitamento dos

*elementos naturais suscetíveis de apropriação, para fazer uma distribuição equitativa da riqueza pública e para cuidar de sua conservação”*⁵.

Na nação cabem os camponeses, operários, pequenos proprietários, capitalistas, banqueiros e latifundiários. Estes têm interesses distintos e muitas vezes conflitantes. Como explicamos, a nação mexicana foi produto de lutas revolucionárias e de libertação nacional. O nacionalismo tem um significado revolucionário ou progressista para muitos setores das massas. Enquanto que a burguesia nacional revolucionária aspirava a um desenvolvimento capitalista independente do imperialismo, as massas aspiravam a justiça social. Mas a nação mexicana é governada pelo Estado que tem com fim último preservar o capitalismo e os interesses da classe burguesa.

A revolução mexicana foi uma forte luta de classes e o discurso empregado tinha muitos elementos classistas que foram sendo substituídos pelo nacionalismo cheio de populismo, na maior parte das vezes demagógico. A constituição de 1917 é na realidade um pacto social interclassista que permite ao capitalismo funcionar, mas legalizando concessões sérias às massas.

O artigo 27 também desconhece todas aquelas medidas que legalizaram o despojo que se fez anteriormente das terras e legaliza a repartição agrária, embora esta se realize em última instância somente se o presidente assim o quiser.

ANTICLERICALISMO E EDUCAÇÃO PÚBLICA

A igreja católica havia desempenhado um papel contrarrevolucionário na história do país. Em certo momento foram os principais latifundiários e seu domínio ideológico foi instrumento de domina-

ção de classe desde a sua chegada no continente com a conquista. Podemos mencionar algumas exceções dentro da igreja, como os insurgentes independentistas, mas em termos gerais foi uma instância de dominação de classe.

Um tema muito discutido no congresso constituinte foi o papel da igreja. Francisco J. Múgica fez apelos para se manter alto o radicalismo também nesse assunto. Em um dos debates disse:

*“Peço que a imprensa, não só a imprensa do país, como também a imprensa associada que tem aqui um representante, transcreva estes documentos se possível integralmente no exterior, para que se veja qual foi a grande justiça que o povo mexicano teve quando procedeu com tanta sanha, com tanta crueldade, às vezes com tanta e incrível ferocidade, para perseguir o que aqui chamamos de Clero e que devia se chamar de uma quadrilha de ladrões, de foragidos e estafadores, porque os padres no México não foram outra coisa que estafadores do dinheiro dos trabalhadores para poder enriquecerem-se e se darem uma grande vida. Isto, senhores deputados, os fará votar pelo menos com mais consciência”*⁶.

Na constituição de 1917, às igrejas foi retirado o direito de ser proprietária de terras, de bens de raiz e capital. Os templos foram declarados de propriedade da nação da mesma forma que os seminários, asilos etc. A constituição não legaliza nem torna ilegal religião alguma. Os ministros das igrejas são considerados como qualquer outra profissão; foi-lhes retirado o direito ao voto e a crítica às leis e ao governo. A aprovação dessas leis pode se compreender pelo papel retrógrado e contrarrevolucionário que havia desempenhado a igreja.

Por outro lado, o estabeleci-

⁵Constitución promulgada el 5 de febrero de 1917, Diario oficial.

www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/ref/cpeum/CPEUM_orig_05feb1917_ima.pdf

⁶Francisco J. Múgica, Francisco J. Mújica un romántico rebelde, Fondo de Cultura Económica, página 161

mento da educação pública, laica e gratuita, retira o papel da igreja de educador da sociedade. Isso também é uma conquista muito importante para uma sociedade analfabeta onde as famílias trabalhadoras e camponesas tiveram um acesso muito restrito.

O PRESIDENCIALISMO

A constituição de 1857 tinha um caráter burguês liberal, que buscava o bom funcionamento e desenvolvimento do capitalismo superando as barreiras feudais e retirando o poder da igreja. Era necessária a consolidação do Estado Nacional. Embora propusesse uma república parlamentar, Juárez tentou realizar um plebiscito que desse mais poderes ao presidente. Porfirio Díaz, na prática, se converteria em um ditador quando todo o aparato estatal se subordinou a sua figura.

A revolução mexicana foi uma revolução de caudilhos que eram seguidos pelas massas. Isso se explica parcialmente pelo atraso econômico do país que contava com um enorme campesinato e com a ausência de partidos revolucionários sólidos dos trabalhadores. Estes elementos desempenhariam um papel na aprovação de algumas leis que permitiram dotar ao presidente de enormes poderes.

Os reformadores carrancistas não conseguiram impedir a aprovação de leis sociais, mas conseguiram dotar de enormes poderes o executivo e, em particular, o presidente. De tal forma que a aplicação das leis sociais dependeria em grande medida de que o presidente as quisesse levar à frente ou não. Essa legalidade facilitou o estabelecimento de um regime bonapartista, embora a cada certo período de tempo se mudasse de Bonaparte com a eleição de um novo presidente.

O estabelecimento de uma república parlamentar mais sólida sem dúvida teria sido melhor, embora (como o demonstrou o porfiriato) não seja garantia de nada e uma lei

por si mesma não muda as condições materiais. Venustiano Carranza enfrentava um capital imperialista poderoso que incursionava na economia com uma burguesia nacional ainda débil e massas de operários e camponeses conscientes de sua força revolucionária que ameaçavam ao nascente e flutuante poder burguês.

A constituição de 1917 resultou ser muito diferente do que tinha pensado Venustiano Carranza, mas refletiu a real correlação entre as classes. Por um lado, um campesinato revolucionário que não foi capaz de dirigir a nação em seu conjunto, era necessário que a classe trabalhadora desempenhasse um papel decisivo abandonando a revolução com um programa socialista. Lamentavelmente isto não aconteceu devido à ausência de um partido com uma direção revolucionária. O Partido Liberal mexicano de Ricardo Flores Magón podia haver desempenhado esse papel, mas a repressão porfirista e seus erros sectários os isolaram do processo. Os dirigentes operários anarco-sindicalistas desempenharam um papel oportunista e até contrarrevolucionário. Isso condenou a revolução mexicana. Contudo, por outro lado, a nascente burguesia não era tão poderosa para esmagar definitivamente as massas revolucionárias de operários e camponeses. Para consolidar seu poder tiveram que fazer concessões. O novo Estado mexicano se viu obrigado a se equilibrar entre as classes para permitir o funcionamento do capitalismo. O novo Estado se formou sob a incapacidade dos trabalhadores para tomar o poder e da burguesia para esmagá-los.

Enquanto no México, produto da revolução, se configurava o novo Estado burguês, na Rússia os operários começavam uma nova revolução. Em poucos meses, no final de 1917, a classe trabalhadora em aliança com o campesinato tomava o poder estremecendo o mundo inteiro. Pela primeira vez, as classes exploradas assumiam as rédeas da sociedade. A Rússia tinha uma economia atrasada, da mesma forma que o México,

com uma população majoritariamente camponesa. O governo dos operários e camponeses estabeleceu uma economia planificada, expropriando as classes proprietárias, da mesma forma que o fizeram Villa e Zapata, mas chegando até ao final. Seu governo não ficou em uma parte do território, mas assumiu no país inteiro, de tal forma que conseguiram esmagar definitivamente o poder burguês. Os trabalhadores estabeleceram uma república parlamentar, mas não ao estilo clássico burguês e sim baseada em deputados operários eleitos a partir da base e organizados nos Soviéticos (comitês) de operários, soldados e camponeses, que se organizavam regional e nacionalmente, exercendo o poder legislativo e executivo ao mesmo tempo.

A Rússia mostrava o caminho que a revolução mexicana poderia haver seguido. As aspirações de justiça social somente poderiam ser cumpridas plenamente com a tomada do poder pelos trabalhadores e com o estabelecimento de uma economia planificada que somente era possível de realizar com a expropriação das terras dos latifundiários e a indústria. A revolução mexicana teria que ter caminhado rumo ao socialismo para fazer justiça plena às massas que a levaram adiante. A diferença substancial entre a revolução mexicana e a russa não foi a capacidade e disposição de luta das massas, mas que na Rússia os trabalhadores contaram com o Partido Bolchevique, com dirigentes como Lênin e Trotsky e com a clareza programática e estratégica que nos dá o verdadeiro marxismo.

CONTRARREVOLUÇÃO CAPITALISTA

Carranza se erigiu como presidente depois do congresso constituinte. Assassinou a Emiliano Zapata e a Felipe Ángeles, companheiro de armas de Pancho Villa. Quis se perpetuar no poder e gerou novas divisões no constitucionalismo que terminariam com seu assassinato. Mas os primeiros passos para estabelecer

o novo Estado Mexicano estavam dados. Emilio Portes Gil fortaleceria as instituições do novo Estado e formaria o Partido Nacional Revolucionário (que depois se chamaria PRI), baseado em uma frente interclassista dirigida pela burguesia.

Na segunda metade dos anos 1930, Lázaro Cárdenas assume a presidência e com ele várias aspirações das massas foram satisfeitas, levando adiante a maior repartição agrária que o país conheceu. O capitalismo mexicano, para se desenvolver, teve que se apoiar neste novo Estado que, por sua vez, teve que nacionalizar alavancas fundamentais da economia, em oposição ao imperialismo, que permitiram desenvolver a economia.

O regime do PRI teve como objetivo primordial o desenvolvimento nacional do capitalismo e os interesses da burguesia. Usou a força bruta contra as massas para cumprir esse objetivo, mas tinha que se equilibrar entre as classes e fazer concessões aos operários e camponeses que nunca deixaram de lutar para melhorar suas condições de vida. Produto da revolução mexicana as massas conseguiram educação, saúde, terras, moradias e direitos trabalhistas. O capitalismo do pós-II Guerra viveu internacionalmente um importante crescimento econômico e permitiu fazer concessões inclusive em países atrasados economicamente como o México.

Atualmente o capitalismo é decadente e incapaz de sobreviver senão atacando os níveis de vida das massas. Hoje não há reformas e sim contrarreformas. As indústrias nacionais são privatizadas, os recursos naturais são postos à disposição dos lucros das empresas imperialistas, o campo está em ruínas enquanto os direitos operários estão em extinção. A constituição mexicana sofreu mais de 600 modificações, a maioria nos últimos 30 anos, que coincidiram com a



Os irmãos Flores Magón na cadeia de Los Angeles, 1917

ofensiva da burguesia contra as conquistas da revolução. Resta somente 20% da redação original da constituição de 5 de fevereiro de 1917 que, com todas as suas limitações e seu caráter burguês, foi a constituição mais avançada no que se refere a direitos sociais.

O México também mudou muito. Se há 100 anos 20% da população vivia nas cidades, hoje são cerca de 80%. O proletariado é mais poderoso, o campesinato e os povoados indígenas continuam contando com fortes tradições revolucionárias. O México de hoje nos lembra muito ao México da época de Porfirio Díaz. A tradição revolucionária de nosso povo continua viva e mesmo que demore viveremos novas explosões sociais. Uma explosão vulcânica ou um terremoto não são eventos comuns, mas são inevitáveis; o mesmo ocorre com as revoluções dentro da sociedade de classes. É necessário construir a ferramenta que faltou aos revolucionários mexicanos há 100 anos: um partido operário de massas com um programa socialista.

Para levar as reformas sociais até as suas últimas consequências, tem-se que chegar ao objetivo central de levar adiante a revolução socialista. Os reformadores liberais da época de Benito Juárez geraram uma tradição e um exemplo. Os lutadores porfiristas formaram círculos liberais, um deles se chamaria Ponciano Arriaga, em homenagem a um constituinte liberal social de 1856-1857, daí surgiria o Partido Liberal Mexicano e os irmãos Flo-

res Magón, que levaram até as suas últimas consequências a luta pela justiça social e chegaram a conclusões revolucionárias e socialistas.

Quando os trabalhadores tomaram o poder na Rússia, Ricardo Flores Magón, que se declarava anarquista, a saudou entusiasticamente, se lamentou por não poder incluir no jornal *Regeneración*, devido ao espaço reduzido, todas as declarações de Lênin e Trotsky. Flores Magón, um ano depois de finalizado o congresso constituinte no México, escreveu:

*“Lênin, o líder russo, é nestes momentos a figura revolucionária que mais brilha no caos das condições existentes em todo o mundo, porque se acha à frente de um movimento que tem que provocar, queira-o ou não os presunçosos com o sistema atual de exploração de todos os povos; a grande revolução mundial que já está batendo às portas de todos os povos; a grande revolução mundial que realizará mudanças importantíssimas no modo de convivência dos seres humanos”*⁷.

Cem anos depois é mais necessária e objetivamente possível a revolução socialista mundial.

Os problemas que afligem as massas no México são resultado de um sistema capitalista mundial em crise, decadência e decomposição. A luta não é nacional, mas internacional. Na própria experiência mexicana podemos ver exemplos de combatentes internacionalistas como Francisco Javier Mina, o espanhol que lutou pela independência do México; o batalhão de São Patrício que veio invadir e uniu suas armas com o povo do México e na Revolução iniciada em 1910 contamos com combatentes italianos, armênios, suecos, estadunidenses... A luta que temos não é nacional, é um conflito de classes internacional e a futura revolução mexicana terá que desfraldar a bandeira do internacionalismo proletário e da revolução socialista mundial.

⁷Ricardo Flores Magón, *La revolución Rusa*.
antorcha.net/biblioteca_virtual/historia/guerra/23.html

As FARC e o fim do conflito com o Estado colombiano

Jorge Martín e Jonathan Fortich



Santos, Raúl e Timoshenko na assinatura dos acordos de paz

A HISTÓRIA DAS FARC

As FARC nasceram em 1964, mas suas origens remontam ao “Bogotazo” de 1948. Essa revolta popular foi desencadeada após o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, popular político de esquerda anti-imperialista. Gaitán tornou-se uma figura proeminente porque denunciou a matança dos trabalhadores do setor bananeiro da United Fruit Company em 1928, na qual se acredita que 2 mil grevistas foram assassinados pelas forças governamentais comandadas pelo general Cortes Vargas. Gaitán foi um líder de massas que lutou contra os partidos Liberal e Conservador, e fundou seu próprio partido, a União Nacional da Esquerda Revolucionária (UNIR).

“Até 1946, no entanto, a expansão das massas urbanas esquecidas na periferia, expansão esta induzida pelo avanço da industrialização, obrigou o Partido Liberal a ampliar sua ação a partir de 1930 para capturar o novo fenômeno em sua base de lealdade. Jorge Eliécer Gaitán, que tinha tentado capitalizar e mo-

bilizar essas massas como chefe de um partido socialista (a UNIR) sem conseguiu-lo, acabou alcançando seu intento de atraí-las como chefe liberal”.¹

Em 1946, ele foi candidato presidencial da esquerda do Partido Liberal, opondo-se ao candidato conservador e ao também candidato oficial do Partido Liberal, Gabriel Turbay. Ele alcançou o terceiro lugar, mas conseguiu ganhar na maioria das áreas urbanas, onde teve o apoio dos trabalhadores e de importantes setores da classe média, atacando as oligarquias, erguendo seu programa de justiça social, defendendo a reforma agrária e o anti-imperialismo. Sem ser um marxista, Gaitán, com seu discurso, estimulava a luta de classes, opondo o país político (os oligarcas) ao país nacional (o povo).

Em 1947, o Partido Liberal ganhou a eleição parlamentar e os partidários de Gaitán tinham uma maioria dentro da fração parlamentar liberal. Gaitán tornou-se o chefe máximo do partido depois da morte de Turbay e era seu candidato presidencial para as eleições de

1950. A oligarquia estava em pânico diante da perspectiva de Gaitán chegar ao poder.

Em 9 de abril de 1948, a uma hora e quinze minutos da tarde, Gaitán foi assassinado em Bogotá. Isso provocou um levante popular contra o governo conservador, o qual as massas culpavam pelo assassinato.

O assassinato de Gaitán marcou o início do período conhecido como La Violencia; realmente, uma violência conservadora contra o povo liberal que foi forçado a estabelecer organizações guerrilheiras e de autodefesa entre os camponeses. O Partido Comunista também estava ativo naquele momento. Em 10 de abril de 1948, o Partido Comunista Colombiano (PCC) emitiu uma declaração de seu secretário-geral, Gilberto Vieira: “(...) Chamamos o povo para a construção das milícias populares integradas pelos democratas para dar fim ao vergonhoso regime que oprime o povo e desonra a Pátria”.²

A base liberal esperava a orientação de seus chefes para tomar o poder, porém eles negociaram um governo de “unidade nacional” com o presidente conservador Mariano Ospina Pérez

À repressão que ocorreu depois de 9 de abril se somou a La Violencia conservadora, que passa a se direcionar à luta anticomunista. Isso acontecia tanto no Estado, por meio do presidente Ospina, quanto entre as massas, com Laureano Gómez, que depois de um ano em seu exílio voluntário ao lado de Francisco Franco na Espanha promoveu a luta contra o que ficou conhecido como o “basilisco” liberal – que caminhava “com o peito da

¹Fernando Guillén Martínez. “El poder político en Colombia”. Bogotá D.C.: Editorial Planeta, 2008. p. 449.

²Medófilo Medina. “Historia del Partido Comunista de Colombia”. Bogotá: CEIS, 1980. Tomo I. p. 563.

raiva, braços maçônicos e uma pequena e diminuta cabeça comunista, mas que seguia sendo a cabeça”.³ O autêntico interesse econômico era a acumulação de terras para dedicá-las ao cultivo do café: a aventura agroexportadora que alimentou os sonhos de progresso na Colômbia durante boa parte do século XX.

Diante da violência que saía do controle e do apoio popular que recebia o ditador Gustavo Rojas Pinilla, os líderes dos dois partidos, Liberal e Conservador, assinam o Pacto de Benidorm finalizando o conflito em 24 de julho de 1956, o que encerrará a crise política e inaugurará a Frente Nacional (1958-1974). Um acordo das elites para repartir o poder a cada quatro anos entre as duas forças políticas, o que excluía qualquer iniciativa de origem popular. Boa parte dos camponeses envolvidos no conflito se negou a aceitar o que enxergavam como uma traição de seus líderes. Alguns foram inspirados pela vitória da Revolução Cubana de 1959. Uma aliança entre as guerrilhas comunistas e os liberais continuou a luta pela formação de Marquetalia: uma pequena área de terreno defendida por um grupo de 44 homens armados dirigidos por Manuel Marulanda (Tirofijo) e Jacobo Arenas. Foi o esmagamento brutal e desproporcional deste pequeno enclave pelo exército o que levou à formação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em 1964. Seu programa se constituía em lutar pela reforma agrária através da tomada dos latifúndios e da distribuição da terra aos camponeses.⁴

Assim as FARC fincam suas raízes na extrema desigualdade existente em relação à distribuição da terra, na brutal violência dos latifundiários e do Estado (contando com o pleno apoio do imperialismo dos EUA) e no repúdio das elites

à participação dos trabalhadores e camponeses na vida política. Essas condições se alteraram pouco nas últimas cinco décadas e se constituíram em fatores importantes para a continuidade da organização.

A história das anteriores tentativas fracassadas de acordos de paz entre o Estado colombiano e as FARC e outras organizações guerrilheiras também desempenharam um papel importante. Em 1985, as FARC e outras organizações de esquerda tentaram estabelecer uma organização política legalizada, a União Patriótica (UP), como parte das conversações de paz com o presidente Betancur. A UP converteu-se rapidamente no terceiro partido do país e seu apoio foi crescendo entre os trabalhadores e camponeses. A classe dominante não podia permitir que isso acontecesse. A UP se converteu em uma “*escuela de construcción de lideranças de todas as idades*”, porém sobretudo “*significou em muitas regiões do país uma mudança nas estruturas de poder*”⁵. Entre 1984 e 1997 foram assassinados dois candidatos presidenciais, seis congressistas, onze deputados, quinze prefeitos, 148 vereadores e 1.600 membros do partido. Segundo algumas ONGs, o número pode chegar a mais de 3 mil mortos se nesta cifra forem somados os simpatizantes. A maior parte desses crimes permanece impune.⁶ Essa operação, denominada “Baile Rojo”, foi levada adiante por grupos estatais e paramilitares para evitar que a UP se desenvolvesse, particularmente nos estados de Antioquia e Meta, os quais possuem grandes extensões de terra e prodigiosas riquezas em recursos naturais.

Em 1990, outro processo de paz levou à desmobilização da guerrilha M-19, que em seguida defendeu sua posição nas eleições. Seu candidato presidencial, Carlos



Cartaz eleitoral de Jorge Eliécer Gaitán

Pizarro, foi assassinado dentro de um avião quando embarcava em um vôo que o levaria para Barranquilla. O assassino seria morto pela escolta que o Departamento Administrativo de Segurança (DAS) – órgão de inteligência – tinha fornecido a Pizarro.

Mais uma vez, de 1998 a 2002, durante o governo do presidente Pastrana, houve uma tentativa de negociações de paz com as FARC, o que era um reconhecimento de que a organização guerrilheira controlava grandes áreas do país e não poderia simplesmente ser derrotada por meios militares. O objetivo real do governo com essas negociações era ganhar tempo para aplicar o Plano Colômbia.

Por certo período, o tráfico ilegal de drogas já havia se tornado a única indústria em expansão na Colômbia. Os narcos se infiltraram em grandes setores do Estado burguês e nos partidos políticos capitalistas. Eles também estabeleceram suas próprias gangues armadas para defender os seus negócios. Progressivamente esses grupos paramilitares fundiram-se com os guardas brancos locais criados por fazendeiros e criadores de gado,

³Arturo Alape. “Las vidas de Pedro Antonio Marín”. Manuel Marulanda Vélez. Tirofijo. Bogotá D.C.: Editorial Planeta, 2004. p. 47.

⁴<http://www.farc-ep.co/octava-conferencia/programa-agrario-de-los-guerrilleros-de-las-farc-ep.html>

⁵Alejandra Gaviria Serna & Omer Calderón. “Unión Patriótica: Imágenes de un sueño”. Bogotá D.C.: CPDH, 2015. p. 6

⁶Roberto Romero Ospina. “Unión Patriótica: Expedientes contra el olvido”. Bogotá D.C.: Alcaldía Mayor, 2011. pp. 135-140.

são desencadeada pelo exército, polícia, inteligência e paramilitares (todos atuando em uníssono), a estratégia da guerra de guerrilhas na prática separou as FARC do movimento dos trabalhadores e jovens nas cidades e, em certa medida, de setores do campesinato. Na década de 1960, na época da fundação das FARC, a população rural representava 55% da população da Colômbia. Hoje esse percentual foi reduzido para menos de 25%. Esse êxodo rural em massa deveu-se, em parte, à violência no campo, que deslocou cerca de 7 milhões de pessoas, mas também pelo processo de desenvolvimento do capitalismo que ocorreu de maneira semelhante em outros países da América Latina.

A eleição de Álvaro Uribe como presidente em 2002 marcou um ponto de virada. Ele representava os interesses da podre oligarquia colombiana, que se baseia nos criadores de gado e nos traficantes de drogas, e foi apoiado pelos paramilitares. Seu objetivo era simples: esmagar as FARC por todos os meios necessários. Seu principal objetivo era criar um país seguro para os negócios capitalistas e por essa razão tinha o apoio dos principais grupos capitalistas na Colômbia, assim como do governo dos Estados Unidos e das multinacionais, incluindo aqui o Plano Colômbia.

O Washington Post inclusive descreveu as políticas de Uribe em termos extremamente sombrios em um artigo intitulado *“Plano Colômbia: Como Washington aprendeu a amar a intervenção na América Latina novamente”*: *“Com o apoio dos EUA, o governo da Colômbia lançou uma contraofensiva de terra arrasada contra redutos rurais das FARC depois que o presidente Álvaro Uribe foi eleito em 2002. As tropas do governo eram muitas vezes acompanhadas por milícias de direita que perseguiram suspeitos de simpatizarem com os rebeldes e massacraram civis. Mais colombianos foram forçados a deixar suas casas durante as*

primeiras fases do Plano Colômbia do que durante qualquer outro momento no conflito de meio século”.



Uribe e Santos, dois setores da classe dominante

A combinação de paramilitarismo, Plano Colômbia, intervenção dos EUA e abusos generalizados dos Direitos Humanos pelo exército teve o efeito de enfraquecer seriamente as FARC e sua capacidade de continuar lutando. Em uma série de ações especiais de alto nível, muitos de seus líderes foram assassinados.

A presidência de Uribe terminou em meio a vários escândalos, como o da “parapolítica”, que vinculou ele e seus aliados políticos muito estreitamente aos grupos paramilitares; o das escutas ilegais de seus opositores políticos por meio do DAS; e finalmente o dos “falsos positivos”, nos quais as unidades do exército matavam civis e em seguida os faziam passar por guerrilheiros.

A remoção de Uribe do poder em 2010 – quando foi sucedido na presidência pelo seu ex-ministro da Defesa, Juan Manuel Santos – foi outro ponto de inflexão. Embora ambos sejam políticos capitalistas reacionários, eles representam diferentes setores da classe dominante colombiana, com estratégias diferentes. Uribe representa os proprietários de terras e criadores de gado cujos conflitos com os agricultores foram a base da criação da guerrilha. Eles criaram e financiaram os grupos paramilitares sanguinários que usam o

terror para defender os interesses da oligarquia. Sua estratégia para alcançar a paz era aniquilar os guerrilheiros por todos os meios necessários.

Santos, por outro lado, vem de uma família capitalista rica de Bogotá, representa a ala da classe dominante que considera a guerrilha como um obstáculo para um maior “desenvolvimento” capitalista e para a pilhagem imperialista. Santos reconheceu que as FARC, estando bem entrincheiradas, não poderiam ser completamente derrotadas por meios militares. Sua estratégia era alcançar a paz levando a guerrilha para a vida civil.

Por outro lado, as FARC perceberam que depois de meio século de luta armada não estavam mais perto de alcançar seus objetivos. Pelo contrário, suas forças estavam sempre perseguidas e progressivamente reduzidas, seu apoio entre a população diminuía e seus líderes eram eliminados um após o outro. Essa foi a base para o processo de paz em curso, o qual começou em 2012.

A experiência da revolução bolivariana na Venezuela também desempenhou um papel importante de empurrar as FARC em direção a uma estratégia diferente, afastando-se do guerrilheirismo e se aproximando de uma estratégia de movimento de massas que participa nas eleições. Para a direção cubana, seu papel chave na negociação desse acordo também foi uma demonstração de boa vontade que abriu o caminho para a restauração das relações com os EUA.

EM QUE CONSISTE O ACORDO DE PAZ?

Se alguém olha para os detalhes do acordo de paz (o texto completo em espanhol), poderá ver que sua essência é a desmobilização das FARC com o fim de fazer com que o país seja mais seguro para os investimentos estrangeiros, incluindo a agricultura.

A primeira seção do acordo trata da reforma agrária. A distribuição da terra na Colômbia é extremamente desigual, sendo a principal causa do conflito que levou à guerrilha há mais de cinco décadas. De acordo com um recente censo agrícola, 0,4% dos proprietários controla 46% das terras agrícolas, enquanto 70% dos proprietários de terra têm apenas 5% das terras agrícolas. Nos últimos 20 anos, 10 milhões de hectares de terra foram tomados de seus antigos proprietários. A maioria corresponde a grandes proprietários de terra tomando das mãos de pequenos agricultores. Nas áreas rurais, 65% da população vivem abaixo da linha de pobreza (30% nas cidades) e 33% são extremamente pobres. No campo, 60% não têm acesso à água potável e 18,5% das pessoas são analfabetas.

O acordo de paz contém muitas palavras bonitas e grandes promessas, mas poucos detalhes concretos. Diz-se que um fundo de terra de 3 milhões de hectares será criado nos próximos 10 anos para serem distribuídas entre os camponeses. Isso é menos de um terço da área de terra que foi tomada deles.

A segunda parte do acordo trata da “abertura democrática”. Ela consiste inteiramente de uma série de compromissos que soam agradáveis ao Estado colombiano para “promover o pluralismo político”, “fortalecer a participação” e “lutar contra a perseguição dos líderes dos partidos e movimentos políticos”.

A terceira seção trata da finalização do conflito, o cessar-fogo e a renúncia às armas. Essa é uma das partes mais importantes do acordo, pois é ela que lança as bases sob as quais as FARC se tornariam um partido político legal. Os combatentes das FARC receberão um montante fixo de 2 milhões de pesos (US\$675) no momento da desmobilização, terão acesso a US\$2.700 para investir em projetos produtivos e receberão um pagamento equivalente a 90% do

salário mínimo por dois anos. Em troca complementarão sua educação básica ou aprofundarão seus estudos técnicos. As campanhas políticas do novo partido terão garantido o financiamento público para duas eleições consecutivas, assim como cinco assentos garantidos no Senado e cinco na Câmara dos Deputados por dois períodos.

As FARC concentrarão seus combatentes em uma série de áreas de reuniões por um período de 180 dias, enquanto o processo de abandono das armas é realizado. Aos que entregarem as armas será dada anistia pelos “crimes ligados à rebelião” e aqueles acusados de responsabilidade por crimes de guerra ou crimes contra a humanidade serão julgados sob uma jurisdição separada, o que é explicado na seção cinco do acordo. O processo de renúncia às armas será supervisionado conjuntamente pelo governo, as FARC e as Nações Unidas.

A quarta seção do acordo aborda o problema das drogas ilegais. O acordo centra-se na substituição de culturas (em oposição à atual política de fumigação). Isso, no entanto, não vai ser uma tarefa fácil, pois enquanto prevalecer a pobreza rural as drogas serão muito mais lucrativas do que outros tipos de culturas.



Combatentes das FARC

O acordo aborda a questão das vítimas do conflito na quinta seção. Estabelece-se uma justiça especial de “verdade, justa, de reparação e

de não repetição” liderada por 24 juizes para abordar os membros das FARC e do aparelho do Estado. Aos guerrilheiros que cometeram “crimes relacionados com a rebelião” será dada anistia. Qualquer pessoa que tenha cometido crimes de guerra ou crimes contra a humanidade, confesse-os totalmente e colabore com o sistema de justiça especial criado receberá uma pena máxima de oito anos sob prisão domiciliar em vez de prisão comum. Nenhum deles será desqualificado da participação política. Aqueles que não cooperarem e forem declarados culpados poderão receber uma pena de prisão de até 20 anos.

As FARC já começaram a colaborar com esse sistema e organizaram uma série de reuniões com as comunidades onde massacres foram realizados, a fim de buscar o perdão.

Finalmente, a sexta seção do acordo trata da aplicação, verificação e aprovação. Essa seção basicamente se ocupa dos aspectos técnicos da supervisão internacional da aplicação do acordo, o plebiscito atual (que rejeitou o acordo) e outros aspectos de quando e como diferentes itens do acordo devam ser executados.

Isso é o que realmente está escrito no acordo que o governo da Colômbia e as FARC assinaram em uma cerimônia pública em 26 de setembro na presença de representantes internacionais. Que significa isso? Em essência, é um acordo pelo qual o governo colombiano concordou com uma série de condições pelas quais as FARC irão renunciar à sua luta guerrilheira. Elas incluem a integração dos guerrilheiros na vida civil, transformando as FARC em um partido político, e a anistia ampla para a maioria de seus membros.

O que as FARC querem é abandonar a luta de guerrilhas sem que os seus membros sejam assassinados, e a possibilidade de defender suas políticas através de meios legais. O governo colombiano quer

acabar com o conflito armado, a fim de criar melhores condições para a exploração capitalista, especialmente no campo, incluindo a atração de um potencial capital estrangeiro.

O acordo certamente não vai resolver nenhum dos problemas que levaram à formação das FARC (em particular a questão da reforma agrária). Acabar com a violência política, isso também é duvidoso. Após a desmobilização dos paramilitares alardeada há dez anos, esses grupos simplesmente reapareceram sob um disfarce diferente, conhecido como “bacrimis” (bandos criminosos), que ainda estão ativos e cometendo assassinatos de ativistas sindicais e camponeses, bem como ataques contra as comunidades camponesas em nome dos capitalistas e latifundiários. Em termos concretos, o acordo obriga o Governo a cumprir parte de suas responsabilidades para assegurar as condições mínimas de uma democracia liberal burguesa.

Um problema adicional com as FARC é o fato de que a estratégia política de seus líderes é a de etapismo. Eles têm sempre insistido na ideia de uma ampla aliança de todos os setores patrióticos do país, incluindo setores da classe capitalista e proprietários de grandes empresas, para promover o seu desenvolvimento dentro dos limites do capitalismo. Só mais tarde, depois que o país tenha se desenvolvido, se colocaria a questão do socialismo. Em termos concretos, as FARC não têm dado a sua definição do socialismo; pelo contrário, pedem às organizações de base para construir uma proposta socialista sem fornecer qualquer orientação. Ou seja, uma palavra agradável que pode ser preenchida com qualquer coisa.

De fato, a realidade não se corresponde com esse esquema que herdaram do stalinismo. Não há nenhum setor significativo da classe dominante que esteja disposto a fazer uma reforma agrária genuína

e lançar as bases para o desenvolvimento progressista do país enquanto, ao mesmo tempo, defenda a soberania nacional. A classe dominante colombiana está dividida (como demonstrado pelo choque entre Santos e Uribe no referendo), porém todas as suas alas estão unidas em seu medo do movimento revolucionário dos operários e camponeses. Existe o perigo de que a transformação do movimento condiz à formação de um partido político no qual seus líderes defendem políticas reformistas tímidas como aconteceu há 25 anos com o M-19.

Temos visto muitos casos em que antigas guerrilhas se converteram em movimentos políticos através dos quais seus líderes defenderam políticas socialdemocratas suaves ou em alguns casos se ligaram completamente ao campo da burguesia (como no caso de Joaquín Villalobos em El Salvador).

Evidências disso foram observadas durante as negociações de paz, quando os líderes das FARC perderam o seu caminho e insistiram que eles não eram contra a propriedade privada. Em uma extensa entrevista realizada pela revista *Semana* e publicada sob o título “Vamos dar uma chance para a paz na Colômbia”, foi perguntado ao comandante das FARC, Rodrigo Londoño “Timoshenko”, sobre os pontos de vista dos guerrilheiros em relação ao capitalismo e à livre iniciativa. Ele respondeu: “*Nós nunca dissemos que somos contra a propriedade privada. Opomos-nos à superexploração, somos contra a enorme desigualdade na distribuição de riqueza que temos na Colômbia*”. Na mesma entrevista ele explica como as FARC tiveram uma reunião com importantes empresários colombianos em Havana como parte das negociações de paz. Ele disse que eles estavam “*satisfeitos com a explicação que lhes foi dada sobre as perspectivas para o processo (...), que este processo não estava dirigido contra os patrões.*”

Timoshenko também explicou: “*O que queremos é uma Colômbia que se desenvolva. Que se desenvolvam as forças produtivas. Temos que resgatar a indústria nacional, a nossa própria riqueza*”.

O REFERENDO

A derrota do acordo de paz no referendo pegou todos de surpresa. A maioria das pesquisas de opinião dava ao “sim” uma maioria substancial de dois para um sobre o “não”. O acordo foi apoiado pelo partido no poder, a maioria da esquerda, as FARC, Cuba, Venezuela, a UE e os EUA, além do papa.

O bando do “não” estava dominado principalmente pelo ex-presidente Uribe. Ele se opôs ao acordo com uma raivosa campanha anticomunista que alcançou níveis de delirante demagogia. Ele argumentou que o acordo poderia levar a uma ditadura “castro-chavista” e em seguida o líder das FARC, Timoshenko, se tornaria presidente e, acima de tudo, ele estava sim a favor da paz, porém ela não era uma rendição às FARC.

O resultado da votação foi muito apertado. Com uma participação de apenas 37,43% (13 milhões de votos em 34,9 milhões de eleitores), 50,21% votou “não” e 49,78% votou a favor do “sim”. O comparecimento às urnas foi o menor em qualquer eleição nacional em 20 anos, mas não tão longe dos 40% no primeiro turno das eleições presidenciais de 2014.

Um fator que favoreceu o abstencionismo foi o impacto do furacão Matthew, que afetou as zonas da costa do Caribe no dia da consulta. O referendo foi interrompido nessas áreas onde o “sim” ganhou, mas a afluência foi inferior à esperada. O referendo foi apenas um acidente que fez pender a balança. A questão é, por que Santos e a campanha do “sim” não foram capazes de mobilizar o eleitorado?

De modo mais geral, se olharmos para o mapa dos resultados

podemos ver que ele segue de perto o que aconteceu no segundo turno das eleições presidenciais de 2014, que opôs Santos ao candidato de Uribe, Zuluaga.

As áreas costeiras e fronteiriças votaram pelo “sim”, enquanto o centro da Colômbia votou a favor do “não”, com exceção da capital Bogotá, onde o “sim” ganhou com 56%

Todas essas áreas centrais tinham votado em Zuluaga no segundo turno das eleições presidenciais. As exceções foram Santander e Norte de Santander, que votaram em Santos em 2014, mas votaram “não” no referendo. Nesse caso, a proximidade com a Venezuela, onde há uma crise econômica profunda e grave escassez, provavelmente desempenhou um papel fundamental dado o alarmismo de Uribe sobre uma ditadura “castro-chavista”.

No segundo turno das eleições presidenciais de 2014, a participação foi superior aos 47,8% (15,3 milhões de votos no total). No entanto, neste momento a questão do acordo de paz também foi central: seu futuro estava em jogo. Santos ganhou 7,8 milhões de votos, enquanto o candidato de Uribe, Zuluaga, recebeu pouco mais de 7 milhões. Se compararmos esses resultados com o referendo, podemos ver que Santos perdeu 1,5 milhão de votos, enquanto o movimento de Uribe perdeu pouco mais de meio milhão. A razão que conduziu o “sim” a perder se deve ao fato de que a proposta do acordo, que nunca foi suficientemente defendida pelo governo, não respondeu à insatisfação política do povo. O furacão foi apenas um fator acidental.

É importante notar que as áreas que têm suportado o maior peso da violência durante o conflito foram aquelas que tiveram o maior número de votos pelo “sim”. Esse foi especialmente o caso em El Choco (79% dos votos no “sim”), Cauca

(67%), Nariño (64%), Putumayo (65,5%) e Vaupé (78%). No município de Bojayá, em Chocó, onde houve um massacre em 2002 durante um dos combates entre paramilitares e as FARC, a votação foi mais de 95% pelo “sim”.

Portanto, o voto pelo “não” foi mais intenso nas áreas que são fortemente dominadas por Uribe e pela rede de clientelismo político, pelo paramilitarismo e pelos interesses dos capitalistas e criadores de gado. Foi uma votação fortemente anticomunista, além de ser um voto contra Santos.

Além dos fatores já mencionados, devemos lembrar que a economia colombiana tem sido duramente atingida pela queda dos preços das matérias-primas, com a queda dos preços do petróleo na Colômbia que despencaram em mais de 50% nos últimos dois anos. Nesse contexto, a ideia de pagar impostos para destiná-los à desmobilização das FARC não era uma proposta atraente para grandes setores da pequena burguesia, especialmente com a ameaça de uma reforma tributária que os afeta diretamente.

Santos é um presidente extremamente impopular, criticado não só pela direita de Uribe, mas também pela esquerda, sindicatos, estudantes, agricultores e movimentos sociais que se mobilizaram contra as suas políticas de austeridade e privatizações, contra seu assalto aos direitos democráticos e contínua repressão. Nesse contexto, ficaram justamente céticos diante de suas promessas para o acordo de paz.

Amplas camadas das massas colombianas querem uma solução para seus problemas urgentes de acesso à terra, combate à pobreza, acesso à educação, saúde, habitação, fim da violência estatal, da inflação, da impunidade por violações dos Direitos Humanos por paramilitares e pelo exército. Eles olharam o caminho proposto por Santos sobre todas estas questões

e não puderam se decidir e ir votar.

Santos queria usar o referendo para receber legitimidade pessoal, porém fracassou. Uribe é quem saiu fortalecido, embora o resultado surpreendente o tenha levado a uma série de erros políticos que deram a sensação de que ele estava incomodado com sua vitória. Como efeito colateral, o chefe da campanha pelo “não”, Juan Carlos Vélez Uribe, confessou a um jornal financeiro conservador que sua campanha foi baseada em mentiras.⁷

E AGORA, COMO FICA?

Apesar da vitória do “não” no referendo, isso não significou um retorno ao conflito armado. As FARC cumpriram o seu compromisso de “defender os seus pontos de vista com palavras e não com as armas.” No entanto, Santos se aproveitou politicamente de tudo isso. Ele recebeu um elogio do imperialismo com o Prêmio Nobel da Paz. O escândalo de Velez Uribe expôs a falta de propostas dos líderes do “não”, dado que algumas negociações meramente protocolares serviram para que os delegados do Governo chegassem a Havana para fazer ajustes no acordo em favor dos interesses da oligarquia. Em termos estruturais o acordo se mantém. As outras instâncias da democracia burguesa, o Congresso e os tribunais superiores, se colocaram à disposição para adiantar os processos legais para que o acordo seja aplicado. Este é um cenário favorável para Santos, que se despedirá da presidência em agosto de 2018 com os louros concedidos pela burguesia internacional, mas deixando os trabalhadores submetidos ao atraso e à pobreza.

A realidade histórica é que desde os dias de colônia a oligarquia não cumpriu nenhum de seus compromissos. Embora as ações militares entre o exército e os guerrilheiros tenham se interrompido, uma onda de macabros assassinatos

⁷http://www.larepublica.co/el-no-ha-sido-la-campaña-más-barata-y-más-efectiva-de-la-historia_427891.

de líderes populares foi desatada, particularmente contra aqueles ligados ao movimento camponês em territórios onde se estabelecerão as zonas de concentração de guerrilheiros. O acordo não chega a soluções reais que transformem positivamente a realidade da Colômbia. Propõe reformas mínimas para enfrentar um país atrasado, que nem sequer tem informações precisas sobre a propriedade da terra. Além disso, para que a sua aplicação seja efetiva e cumpra os objectivos colocados, isso exige um alto grau de participação popular, especialmente dos camponeses que, em princípio, seriam o setor mais favorecido com o acordo. Essa situação está confrontada com uma realidade histórica que não irá mudar com um documento de 310 páginas.

Por um lado, a oligarquia colombiana tem uma prática herdada da invasão espanhola, que é o hábito de violar qualquer acordo que se chegue com qualquer setor da população que se declare de resistência. No caso do acordo com as FARC é necessário encaminhar uma série de iniciativas que modernizem um estado que tem seu funcionamento baseado em mecanismos obsoletos. Não há possibilidades práticas para cumprir o acordo em um país atrasado dominado por uma elite incapaz de garantir algum progresso e que se sustenta em um sistema político caracterizado pela corrupção mais desavergonhada.

Por outro lado, essa mesma oligarquia se encarregou de impedir o acesso dos pobres à vida política. Para isso tem usado todas as formas inimagináveis de violência, mas principalmente censurando e sabotando qualquer espaço para a participação política. A impunidade e a falta de resposta do governo aos recentes assassinatos contra líderes sociais desencoraja qualquer camponês que teve de enfrentar a miséria e os deslocamentos ao longo de décadas a qualquer desejo de participar na política. A esse respei-



Greve nacional: o renascimento da mobilização dos trabalhadores colombianos

to, ao mesmo tempo em que saudamos a iniciativa “Vozes da Paz” (que se supõe dever atuar como a voz do acordo diante do Legislativo e do povo), estamos conscientes de que a aplicação de qualquer elemento progressista do acordo exige a organização e a mobilização de massas, de trabalhadores e camponeses, para quebrar o poder da oligarquia.

Crimes contra os trabalhadores, camponeses e guerrilheiros de base desmobilizados são o que parece garantir o governo de Santos e seu eventual sucessor. Enquanto isso, corre-se o risco de que os comandantes da guerrilha convertam-se em novos líderes reformistas.

No entanto, um fator encorajador é o renascimento do movimento de trabalhadores, estudantes, camponeses e comunidades indígenas. Nos últimos cinco anos tem ocorrido sucessivas ondas de mobilizações. O movimento estudantil em 2011, o movimento camponês em 2013, a greve dos trabalhadores da justiça em 2014, a greve

nacional no início de 2016 e as milhares de lutas locais ou setoriais por melhores salários, defendendo direitos à educação, contra a mineração a céu aberto, em defesa dos direitos dos camponeses etc.

Uma vez que o conflito entre o Estado, os paramilitares e a guerrilha desapareça, pode haver uma explosão do movimento de massas que o governo vai encontrar mais dificuldade para qualificar como algo “manipulado pelos terroristas das FARC.” O fim da luta armada na Colômbia não significa de forma alguma o fim da luta de classes, muito pelo contrário.

É necessário compreender que qualquer progresso nas condições de vida, trabalho e direitos das mais amplas massas do povo trabalhador da Colômbia depende apenas de sua própria luta organizada. Em última análise, é necessário um programa de transformação social que coloque a expropriação dos latifundiários, capitalistas e banqueiros como a única maneira de garantir os direitos da maioria.

Para onde vai Podemos? Aporte para o debate interno

David Rey

O debate interno que está posto no Podemos tem uma enorme transcendência, pois seu resultado marcará o futuro desenvolvimento do partido e, conseqüentemente, da União Podemos. Este debate se polarizou entre as posições dos dirigentes máximos da organização, os companheiros Pablo Iglesias e Íñigo Errejón, culminando no congresso, a Assembleia Nacional Cidadã, realizado em meados de fevereiro de 2017.

As diferenças, ainda que já presentes, tomaram corpo público depois dos resultados das eleições de 26 de junho de 2016 (26J), onde Podemos, IU e suas confluências regionais na Catalunha, Galícia e Valência, agrupados na coligação Unidos Podemos, perderam um milhão de votos em comparação com as eleições anteriores em 20 de dezembro de 2015 (20D). E estas diferenças continuaram nas eleições dos organismos dirigentes em distintas regiões, principalmente nas Comunidades de Madrid e Andaluzia, onde ganharam as candidaturas alinhadas a Pablo Iglesias em aliança com a corrente dos Anticapitalistas.

A posição defendida pela corrente de Íñigo Errejón é a de que Podemos deve mostrar um perfil moderado nas formas, ser o mais “aberto” e “inclusivo” possível em sua ideologia para captar o número máximo de votos e que em sua atividade prime o trabalho parlamentar. A corrente nucleada em volta de Pablo Iglesias defende manter o tom firme e duro contra o regime, reivindica-se como instrumento das “classes populares” e põe a ênfase na mobilização social.

Segundo Errejón, sua tática ajudaria ganhar “os que faltam” e acusa o setor de Iglesias dizendo que

suas posições “espantam” os eleitores. Iglesias, por sua vez, acusa o setor de Errejón dizendo que suas posições terminariam convertendo Podemos em uma força “domesticada pelo regime” e, além disso, “não resultaria confiável”, afastando igualmente os eleitores atuais e “os que faltam”. Iglesias reforça sua tese dizendo que em 26J falhou ao “não parecer sincero” pela excessiva moderação exibida durante a campanha e que, por isso, perdeu-se o um milhão de votos.

A classe dominante, a sua maneira, não é neutra nesta disputa e não esconde suas simpatias pelas posições de Errejón e seus seguidores e a antipatia venenosa contra Pablo Iglesias e seu setor.

Não é demais dizer que, nesta disputa, nossas simpatias políticas estão com o companheiro Pablo Iglesias, mesmo tendo diferenças com determinadas posições ideológicas e políticas que também analisaremos.

Iglesias e Errejón afirmam publicamente que suas diferenças são táticas, não estratégicas, que somente se diferenciam em como aglutinar uma maioria suficiente na população para alcançar o mesmo objetivo de modelo de país. Entretanto, não é a primeira vez que diferenças surgidas sobre temas organizativos ou táticos terminam se enchendo de um conteúdo político que conduz a diferenças estratégicas substanciais que, até certo ponto, refletem as pressões de diferentes classes sociais.

UM PODEMOS “PARA GANHAR”?

O setor do companheiro Errejón insiste que o “importante é ganhar” e para isso deve apresentar um discurso genérico “contra as elites”,

mas que evite o radicalismo verbal para não dar munição aos meios de comunicação do sistema e ser encurralado. Daí sua obsessão por renegar termos ou reivindicações como “esquerda”, “República”, entre outros, ou seu desprezo pelo marxismo, uma ideologia – segundo eles – do passado e fracassada. Basta agitar “os de baixo contra os de cima” e promover uma ideologia “nacional-popular”, uma espécie de nacionalismo progressista.

Este tipo de raciocínio se assemelha à mentalidade de um comerciante para quem o importante não é o conteúdo do frasco, mas sua etiqueta; que se “vende”, que seja “ganhadora” e gere a menor recusa social possível. Para o companheiro Errejón, as posições do Podemos devem encontrar o máximo “consenso social”.

Em todo “consenso social” amplo, as ideias comumente admitidas como sagradas pela maioria da sociedade durante um período histórico tem uma base material: corresponde a um período de conciliação e harmonia relativa entre as diferentes classes sociais, quando a economia é capaz de amortecer os choques sociais. A consciência humana é profundamente conservadora. Enquanto se pode “ir conseguindo”, a maioria renega uma mudança radical na sociedade. Esta foi a base material do bipartidarismo espanhol (PSOE-PP) durante cerca de 40 anos, nem tanto porque a “esquerda” fizesse tudo errado e não oferecesse a fórmula mágica para mudar isto, considerando todos seus erros e deficiências, no caso da IU, durante muitos anos. Só em condições sociais excepcionais, como a que vivemos, sob as pressões colossais da crise orgânica e a podridão do capitalis-



Inglesias, do Podemos, e Garzón, da Izquierda Unida

mo, um setor cada vez mais amplo da classe trabalhadora e da classe média empobrecida começa a questionar a ordem social existente. Este é o “segredo” do êxito do Podemos e não fórmulas criativas que ninguém antes havia provado.

Estamos somente no princípio do princípio de uma grande mudança social. Por enquanto, somente uma minoria de 20% a 25% (mas que minoria!) chegou à decisão de dar as costas à ordem existente e buscar uma mudança radical da sociedade, com uma ideia clara do que não quer, mas com ideias muito confusas do que quer. Deveria caber ao Podemos e a Unido Podemos a tarefa de dar uma forma clara, concreta, acabada e racional às aspirações deste setor avançado das massas, sobre o que faz falta e é necessário levar a cabo para solucionar problemas sociais e acabar com este sistema injusto e irracional.

Não existem “fórmulas mágicas” para conseguir um apoio majoritário na sociedade. Por isso, não se pode forçar artificialmente a experiência do setor mais atra-

sado ou conservador das massas para lhe fazer ver a coerência de nossas posições e alternativas, pois precisa de mais acontecimentos para se convencer e vencer suas dúvidas sobre a necessidade de uma mudança radical na sociedade. Trata-se de acompanhar, com a explicação paciente, a experiência viva das massas. A impaciência em política (“não podemos esperar”) conduz, irremediavelmente, a todo tipo de erros oportunistas e ultraesquerdistas ao se tentar buscar atalhos impossíveis a um problema eminentemente político.

Por isso, quando o setor do companheiro Errejón insiste em rejeitar, em sua agitação, ideais que não despertam “consenso social” por considerá-las “radicais” e “extremistas” – por medo da reação da classe dominante em seus meios de comunicação – o que teme é transgredir o “consenso social” estabelecido que ainda não morreu; e o que faz, de fato, é reforçá-lo, consolidando o apoio das camadas mais atrasadas e conservadoras aos partidos do regime, por parecerem estes mais previsíveis e conforma-

dos com o dito “consenso social”. Ao contrário, essas posições moderadas “de sentido comum” que propõe estes companheiros, afastam-se do apoio e da confiança das camadas mais avançadas que já se desvincilharam do “consenso social” dominante e demandam uma mudança social.

TRANSVERSALIDADE, ELITE E POVO

A “transversalidade” é um dos eixos do atual debate interno no Podemos e é um conceito que esteve presente no ideário da organização desde suas origens. A ideia da transversalidade remete ao dever de Podemos em conseguir um apoio social bem amplo, que abarque várias classes sociais – daí o termo transversal – para aglutinar uma maioria da sociedade frente ao que se denomina “as elites”. Os seguidores do companheiro Íñigo Errejón são os que, com mais ênfase, reclamam a virtude da transversalidade, que opõem ao trabalho que, segundo eles, sempre distinguiu a esquerda e que rejeitam.

Para estes companheiros a dicotomia social principal é a do “povo” frente às “elites”. Quem compõe esta “elite”, de onde tira seu poder e seus privilégios e como acabar com seu domínio? São questões que o companheiro Errejón e seus seguidores nunca responderam com clareza. Não acompanham a sua denúncia das “elites” um programa preciso para terminar com elas e com seu domínio. Parece mais transmitir a ideia da convivência elites-povo, onde este último exerceria um controle sobre as primeiras. Aqui nos aparece uma grande contradição. Se uma camada ou classe social tem uma posição “elitista” é porque goza de privilégios sociais e econômicos que se sustentam sobre o domínio do “povo”. Se se aceita que as “elites” sigam existindo, por mais controle popular que haja sobre as mesmas, significará que seguirão dominan-

do o povo com o objetivo de poder seguir sendo “elites”; ou seja, para manter sua posição social e econômica privilegiada. Voltamos ao ponto de partida sem ter resolvido coisa alguma.

Seguramente, a pretensão do companheiro Errejón é conseguir que as “elites” moderem seu apetite pelos privilégios, que vivam mais sobriamente, que explorem e roubem menos, que o povo imponha às “elites” um país mais justo e igualitário. Este sempre foi o sonho dos políticos reformistas na esquerda: domesticar a classe dominante. Mas isto é como tratar de converter um tigre ao vegetarianismo. Somente o marxismo pode nos ajudar a sair desta confusão discursiva.

O que o companheiro Errejón denomina “as elites” é o que nós marxistas chamamos “classe social dominante”: os banqueiros e os grandes empresários e latifundiários. Frente ao caráter social difuso “aclassista” do termo “elite” – utilizado pelo companheiro Errejón – nós marxistas colocamos face, nome e sobrenome. O companheiro Errejón não nos disse de onde tiram as “elites” sua posição social dominante. São “elites” simplesmente. Para o marxismo, as “elites” – a classe dominante – tiram seu poder e privilégios da apropriação do trabalho alheio, da exploração da classe trabalhadora, dos trabalhadores assalariados e de exaurir a pequena burguesia por meio da competição. É um princípio elementar do marxismo de que a benesse capitalista é o trabalho não pago ao trabalhador, mediante a apropriação da “mais-valia” – o valor gerado pelo trabalhador durante a parte da jornada de trabalho que exerce gratuitamente para o empresário – assim como fazia o escravo a seu amo na Roma antiga ou o servo a seu senhor feudal. Esta descoberta de Marx do mecanismo da exploração capitalista, que expõe à luz um sistema de exploração e que oferece uma justificativa histórica à luta da classe trabalha-

dora contra o capitalismo, é o que a burguesia não perdoou jamais a Marx e seus seguidores.

A pretensão do companheiro Errejón em moderar o apetite das “elites” pelo enriquecimento está condenada ao fracasso. A cobiça não é somente uma categoria moral, é uma categoria econômica, a mais importante do capitalismo. A avidez pelas benesses é irrefreável e é o motor da economia capitalista. A alternativa do companheiro Errejón, tão “nova”, não é mais que a que sempre defendeu a ala “reformista” do movimento operário e da esquerda – buscar um impossível capitalismo “de face humana”, mais impossível ainda no atual período de crise orgânica e prolongada do sistema.

A única maneira de derrotar o domínio das “elites” é acabando com as mesmas, o que somente pode ser feito acabando com a fonte de seu domínio, sua propriedade, com que domina ao conjunto da população, com a expropriação dos bancos, das grandes empresas e dos latifúndios, sob controle democrático do conjunto da sociedade.

Há ainda alguns aspectos a mais para se tratar com respeito à transversalidade.

Os seguidores de Errejón têm uma interpretação muito peculiar deste termo. Dizem que exprimir ideias de “esquerda”, “marxistas” ou “comunistas” nos distancia da transversalidade. Mas, vejamos, por definição, o que é transversal deve ocupar toda a distância existente entre dois pontos extremos. Eliminar um dos pólos anula a própria ideia de transversalidade.

Nós marxistas estamos a favor de uma grande frente social que inclua, além da classe trabalhadora (que não existe para o companheiro Errejón e seus seguidores), as camadas empobrecidas da pequena burguesia, os intelectuais progressistas e qualquer outro setor oprimido na sociedade. Sem dúvida, esta “frente social” representa a

esmagadora maioria da sociedade. É neste sentido que nós, marxistas, também aceitamos a ideia da “transversalidade”. Pois bem, de todas estas forças, somente a classe trabalhadora – a classe dos trabalhadores assalariados – tem a força social e numérica para dirigir a luta por uma mudança social profunda. O “povo” não existe como sujeito social com interesses próprios. O povo está conformado – e despeçado – por classes sociais em conflito. Ainda deixando fora dele a burguesia – o nome científico que nós marxistas damos à classe dominante – quem segue formando o povo tem papéis sociais muito diferentes. Os pequenos proprietários, profissionais e intelectuais não podem ter um papel independente na sociedade. Toda a história demonstra que oscilam, permanentemente, com suas simpatias e antipatias entre a classe trabalhadora e a classe burguesa. É assim porque não têm um papel independente, nem econômica nem socialmente.

A classe trabalhadora, ao contrário, é o produto mais genuíno do sistema econômico capitalista e a classe social mais numerosa. É uma classe de não-proprietários – daí o potente desenvolvimento em sua consciência da solidariedade e da luta coletiva – sua potente aspiração para soluções coletivas e para o bem comum, frente ao individualismo e ao egoísmo das classes proprietárias, a burguesia e a pequena burguesia. A despersonalização da grande propriedade (sociedades por ações, multinacionais) e o papel central de milhares e milhões de não-proprietários em fazê-las funcionar e convertê-las em operativas é o que refulge na consciência dos trabalhadores em determinada etapa da luta de classes: a ideia da propriedade coletiva dos meios de produção – os bancos, as fábricas e empresas, os latifúndios – para colocá-los em funcionamento para o bem de todos.

A pretensão do companheiro Errejón de buscar o ponto médio

do conflito, leva-o a se situar no campo ideológico da pequena burguesia e a buscar soluções desde a perspectiva da pequena burguesia. Mas já vimos que este é um caminho sem saída. É falso que o socialismo, enquanto ideologia natural da classe trabalhadora, só ofereça uma saída à classe trabalhadora. O socialismo é uma doutrina integral de liberação e emancipação de todas as classes e camadas oprimidas da sociedade, mas, para isso, tem que se derrotar ao principal baluarte da opressão geral, a burguesia, que é o inimigo de classe direto da classe trabalhadora. Esta é a razão por que corresponda à classe trabalhadora o papel dirigente na luta pelo socialismo. Mas, além disso, deve ser assim porque, como explicamos antes, nas condições de vida e econômicas da classe trabalhadora está contido, embrionariamente, o modelo futuro da sociedade socialista.

A NECESSIDADE DO MARXISMO

O marxismo não é uma ideologia moral, nem tem como fim vender um frasco ganhador, seja qual for o conteúdo. É um método científico de análise da realidade. Explica o que há, o porquê das coisas acontecerem de um modo e não de outro, quais são e como funcionam as leis do capitalismo, e desentranha as bases materiais que criaram a economia e a sociedade capitalista para alcançar uma sociedade superior; o socialismo, que impeça a queda da humanidade para a barbárie.

O que explica o marxismo? Explica que a economia em cada país está dominada por uma oligarquia parasitária de uns poucos milhares de indivíduos, donos da vida e da morte de milhões. Explica que o sofrimento e a infelicidade são o pão cotidiano da maioria, que ninguém tem assegurado o trabalho nem o sustento, que o destino de milhões de trabalhadores é trabalhar longas horas por mais ou me-

nos o suficiente para chegar ao fim do mês. O marxismo explica que a cultura e o ócio criativo só estão reservados para uma minoria, que as guerras e as crises humanitárias se sucedem ininterruptamente. O marxismo explica que o planeta está sendo devastado e a vida na Terra está ameaçada pela atividade depredadora de um punhado de multinacionais. E o marxismo também explica que, apesar de tudo, o trabalho e a engenhosidade do ser humano criaram forças colossais em potencial produtivo, em técnica, transporte e comunicação, para resolver todos os problemas que a humanidade tem diante de si, que enquanto o que se produz na sociedade é a obra de milhões e milhões de pessoas, o fruto dessa atividade produtiva social é apropriado por um núcleo reduzido de indivíduos, o que é irracional. O marxismo explica que para que o conjunto da humanidade possa aspirar a uma vida digna, civilizada e feliz o que faz falta é que o que produz a maioria e o que a maioria faz funcionar deve ser propriedade coletiva do conjunto da sociedade, administrado e planejado democraticamente pela sociedade em seu próprio interesse, não de uma oligarquia parasitária em cada país.

Como se pode dizer que estas ideias simples, racionais e de sentido comum possam encontrar uma rejeição na maioria, quando coincidem e conectam com sua experiência de vida? Ao contrário, seriam recebidas com devoção e entusiasmo. Milhões armados com estas ideias e com este programa se transformariam em uma força material irrefreável. Somente há que confiar nelas e na capacidade da maioria da população – a classe trabalhadora e a classe média empobrecida – para que as assimilem e as façam suas. Se realmente estamos convencidos da necessidade de “empoderar” o povo, seria negligente desconfiar da capacidade das massas populares de edificar uma ordem social nova, socialista,

baseada na cooperação e na fraternidade humanas.

NADA DE NOVO SOB O SOL

As posições do setor do companheiro Errejón são qualquer coisa, menos novas e originais, mas, infalivelmente, sempre levaram aos maiores desastres.

Berstein, o primeiro revisionista do marxismo, liderou uma posição antimarxista no Partido Socialdemocrata Alemão, no fim do século XIX e princípio do XX, com ideias similares. Defendia o abandono da ideia da revolução para não assustar as classes médias e a burguesia “progressista” e que o socialismo chegaria gradualmente sem a necessidade de expropriar a classe dominante. Esta posição, logo majoritária na direção do partido, conduziu-lhes a apoiar a sua burguesia na guerra imperialista de 1914-1918 e a trair a revolução alemã de 1918-1923, que pavimentou o caminho de Hitler ao poder.

Na mesma Alemanha houve um debate no Partido dos Verdes, nos anos 1980 e 1990, entre os chamados “realistas” e os classificados como “fundamentalistas”. Os primeiros se impuseram e, poucos anos depois, os Verdes integraram o governo socialdemocrata de Schöder, que precarizou o trabalho, impôs os “minijobs” e apoiou o bombardeio da OTAN à Iugoslávia. Atualmente, os Verdes governam em coalizão com a CDU (o PP alemão) no Estado de Baden-Württemberg.

Nos anos 1970, Felipe González impôs o abandono do marxismo no PSOE sob a palavra de ordem de não assustar a classe média e “ser mais inclusivos”. É necessário recordar onde terminou Felipe e o PSOE?

Claro, o companheiro Errejón e seus seguidores não querem isto. Não duvidamos disso. Mas as posições políticas têm sua dinâmica. A burguesia jamais se reconciliará

com Podemos, porque não o controla. Para cada passo atrás que dê o companheiro Errejón para “não assustar” a opinião pública, a burguesia lhe exigirá dez mais. O medo de um enfrentamento frontal com a classe dominante empurraria o Podemos a uma integração cada vez maior ao regime, deixando de ser um instrumento útil para a transformação social.

RADICALISMO, ESQUERDA E CLASSES MÉDIAS

É certo dizer que as ideias radicais assustam a classe média empobrecida e as camadas conservadoras da classe trabalhadora? Não, não é certo. Menos ainda neste período. Sempre que um partido ou dirigente com autoridade defende suas ideias com confiança e firmeza e mostra sua vontade de realizá-las, sem se deixar levar pela propaganda contrária da “opinião pública”, pode alcançar um apoio de massas. Temos visto isso recentemente nas eleições nos Estados Unidos. Vimos, positivamente, com Bernie Sanders, que se proclamava socialista e defendia “uma revolução política contra a classe multimilionária”, agrupando milhões atrás dele, e, negativamente, com a demagogia reacionária de Donald Trump, que baseou grande parte de sua campanha na “defesa” da classe trabalhadora contra Wall Street. Segundo as teses do companheiro Errejón, Trump com seu radicalismo reacionário e com toda a imprensa mundial contrária não podia ser “uma fórmula ganhadora” perante as ideias do “sentido comum” de Hillary Clinton.

Lamentavelmente, Sanders se recusou a se apresentar como candidato independente. Todas as pesquisas pós-eleitorais confirmam que ele poderia bater Trump, dado o desprestígio de Clinton.

É certo dizer que defender a “esquerda” nos isola da maioria da sociedade? Falso. Todo o debate acerca da irrelevância da “esquer-

da” é um debate somente espanhol, não se dá em nenhum outro país e foi introduzido artificial e demagogicamente por todas as correntes fundadoras do Podemos, incluídos os companheiros Errejón, Iglesias e a corrente dos Anticapitalistas. Felizmente, estes dois últimos praticamente abandonaram esta polêmica, mas Errejón segue errando. O conceito de “esquerda” tem uma alta autoridade na classe trabalhadora e em amplos setores da classe média, vinculado a ideias como “solidariedade”, “igualdade”, “justiça social”, “progresso”. Quem combate o termo “esquerda” desde o campo progressista rebaixa o nível de consciência e a autoestima política da classe trabalhadora, trabalha objetivamente pela ideia da harmonia entre as classes e joga, inconscientemente, um papel reacionário.

A PÁTRIA E O NACIONAL-POPULAR: UMA VOLTA AO SÉCULO XIX

É irônico que quem afirma que termos como “esquerda” ou “socialismo” estão desvalorizados e não geram “consenso social”, resgatem para sua agitação política (na Espanha!) os termos “pátria” e “patriotismo”, associados à direita e ao franquismo. É um grave retrocesso. Segundo eles, trata-se de apelar ao “sentimento” das massas e arrebatá-lhe o monopólio desses termos da direita e do fascismo espanhol. Precisamente por isso estes termos estão, felizmente, tão desprestigiados e não despertam nenhuma “emoção” na classe trabalhadora nem nos setores progressistas da classe média de nosso país. Ou melhor, provocam repulsa. Não muda nada o fato de que os companheiros digam que, para eles, a pátria é as pessoas ou os direitos sociais. Reivindicar a pátria, gostem ou não os companheiros, representa defender uma inexistente comunidade de interesses entre a classe opressora e a classe oprimida, pelo simples fato de nascer e viver

dentro das mesmas fronteiras. Nenhum jogo de palavras pode mudar o verdadeiro significado deste conceito.

Há que dizer que, neste tema, os companheiros Errejón e Pablo Iglesias compartilham a mesma posição, sendo Errejón mais contundente na defesa destas ideias. O companheiro Errejón defende para o Podemos uma ideologia nacional-popular, uma espécie de nacionalismo progressista. Este é um termo transplantado do nacionalismo de esquerda latino-americano.

Na América Latina, o nacionalismo das massas populares, até certo ponto, tem um caráter democrático e anti-imperialista, mas, e na Espanha? A Espanha é um país imperialista que explora economicamente países pobres, fundamentalmente da América Latina e do norte da África, e nega os direitos democrático-nacionais aos povos catalão, basco e galego. No período da economia mundial, da interconexão universal, da mútua dependência dos povos e da técnica, da cultura e do movimento populacional global, agarrar-se à persistência das velhas fronteiras nacionais é reacionário. Por outro lado, sejamos claros. A pretensão nacionalista de um país soberano e economicamente independente é uma quimera. As únicas economias relativamente “independentes” são aquelas capazes de desenvolver uma política comercial agressiva que debilite a competição estrangeira no mercado nacional e que organize empresas multinacionais que atuem em outros países e os dominem para prover-se de matérias primas e ofertar produtos mais baratos que os da concorrência. Quer dizer, a única via para alcançar certo grau de “independência” econômica sob o capitalismo não é outra que uma política imperialista global ou regional. Dialeticamente, a demanda “nacional-popular” de soberania econômica e política nacional “independente”, como reclamam os nacionalistas de esquerda,



Íñigo Errejón, defensor da moderação do Podemos

só pode tomar corpo, sob o capitalismo, como nação imperialista em relação aos países vizinhos. À mesquinhez do particularismo nacional nós, marxistas, contrapomos o socialismo universal e a união fraternal dos povos.

Na realidade, todas estas ideias de “radicalidade democrática”, “patriotismo”, “nacionalismo”, “povo”, que se pinta como o último grito do pensamento social, simplesmente nos remetem ao liberalismo do século XIX e aos socialistas utópicos anteriores ao marxismo.

PRESSÃO DE CLASSES ALHEIAS

Todo conflito político sério e profundo numa organização – como o atual – reflete, em última instância, a pressão de diferentes classes sociais. Não é por acaso que o desenvolvimento meteórico de Podemos tenha coincidido com uma fase descendente da mobilização social e da pressão das massas na rua. O protagonismo extremo de Podemos na vida política, sua grande presença institucional nos parlamentos e ajuntamentos, contrasta vivamente com a imersão temporária das massas sob a cena. As teses do companheiro Errejón

refletem esse período que agora está a ponto de terminar. Alimentou-se da relativa desmobilização social, dessa sociedade mais quieta, de líderes proeminentes de debates da La Sexta e das pesquisas eleitorais mensais, de estratégias desmedidas, desse clima rarefeito de crucificação midiática, da emboscada dos jornalistas e do protagonismo desproporcionado de centenas de funcionários públicos e diretórios regionais e locais; resumidamente, do aparato da organização. Um aparato que se acostumou a focar seu trabalho de costas para suas bases e que, como todo corpo conservador, tende a desconfiar da mobilização social. Não é por acaso a grande quantidade de funcionários públicos que apoiam as teses de Errejón. E há não poucos destes funcionários, apenas com peso político e escassa bagagem ideológica, que anseiam paz e tranquilidade em suas ocupações institucionais e que veem um mal dispensável a necessidade de mobilização social. Não é mera coincidência a advertência do camarada Pablo Iglesias para estes setores, avisando do perigo de se separar das bases, de não participar nas mobilizações sociais

e, inclusive, de não se vestir como pessoas comuns.

Em suma, acreditamos que as teses de Errejón refletem uma reação defensiva diante da pressão da burguesia e da opinião pública pequeno-burguesa, com sua rejeição orgânica à tensão, ao conflito social. Daí o não reconhecimento da luta de classes, opondo às mesmas “um povo” sem divisões internas, tratando de iludir a crítica dos meios de comunicação e buscando se conciliar com eles; ou sua rejeição instintiva a todo radicalismo que “divida” e “não some”: à esquerda, ao socialismo e à crítica clara aos poderosos, aos meios e instituições como a monarquia.

O PARLAMENTO E A RUA

Um dos eixos principais do debate deu-se sobre o papel do Podemos nas instituições e na rua. Temos acordo com o companheiro Errejón de que não deve haver contradição entre uma coisa e outra. E temos acordo com Pablo Iglesias quando declara que o parlamento não decide nada de substancial, que as grandes decisões são tomadas nos despachos das grandes empresas e dos ministérios. Como marxistas, somos conscientes de que as mudanças progressistas fundamentais vêm da pressão popular na rua.

O trabalho parlamentar pode ser muito útil caso seja usado de maneira revolucionária. O Parlamento nos permite chegar com nossos discursos, proclamações e propostas além de nossos próprios meios de propaganda e alcançar as camadas mais amplas da população, sobretudo aquelas que são chamadas a protagonizar as mudanças revolucionárias em nosso país: as amplas massas trabalhadoras e exploradas – esses 3,7 milhões de trabalhadores que ganham menos de 300 euros mensais, ou os 10,1 milhões que recebem menos de dois salários mínimos (1.300 euros).

Não se deve esquecer que o um

milhão de votos que perdemos em 26J e os outros quatro milhões mais que nunca tivemos são estes. É nossa gente. É a classe trabalhadora.

Há inúmeros exemplos de exploração diária, de “pequenas” injustiças, frustrações e abusos dos poderosos e do aparato do Estado. Vê-se isto refletido como elemento principal no trabalho de nossos representantes? Honestamente, acreditamos que não.

Os grupos parlamentares de Unido Podemos nos parlamentos nacional e regionais deveriam abrir um Escritório de Queixas do Povo, com um correio eletrônico público e bem divulgado, com o compromisso de escolher e dar voz e difusão aos problemas, injustiças sofridas e inquietudes de milhares de dezenas de milhares.

Cada deputado e deputada de uma província, região ou localidade deveria organizar uma audiência pública mensal em sua zona para expor o trabalho realizado com essas demandas e escolher outras novas. Deveriam estar presentes em cada mobilização em sua zona, para escolher as demandas particulares e se comprometer a levá-las aos diferentes níveis e instituições; e expor nas mesmas a falsidade e hipocrisia das leis ineficazes ou prejudiciais quando estão envolvidos os interesses dos poderosos.



Construir o PODEMOS nos movimentos sociais

De acordo com as demandas, nossos próprios representantes deveriam tomar a iniciativa de chamar e organizar a mobilização na rua.

Este tipo de relação de nossos deputados e representantes com a base e a rua seria, além disso, a melhor maneira de exercer um controle popular sobre sua atividade e seu papel nas instituições.

Esta seria a melhor forma de fundir a luta parlamentar com a luta na rua, a única forma de fugir do “cretinismo parlamentar” e conscientizar a classe trabalhadora e os demais setores populares de sua força e poder na sociedade, de incrementar sua confiança neles próprios de que somente a classe trabalhadora tem a força e a capacidade para dirigir um processo de transformação geral.

COMEÇA UM NOVO PERÍODO

Pensamos que as teses do companheiro Errejón, ainda que hipoteticamente acabem vitoriosas na próxima Assembleia Cidadã (o que não ocorreu, vide nota 2 – N.T.), vão ficar rapidamente desautorizadas pela realidade, uma vez que observemos a potente reativação da mobilização social e a classe trabalhadora comece a recuperar o protagonismo que ocupou no ano de 2012 (duas greves gerais, a marcha dos mineiros, entre outras manifestações), quando os setores mais dinâmicos e enérgicos da classe trabalhadora derem um passo adiante e atraírem a atenção das camadas mais atrasadas, inclusive da pequena burguesia. Neste sentido, consideramos que as posições do setor de Pablo Iglesias e de Alberto Garzón na Unidos Podemos – ainda que não concretizadas em uma alternativa socialista clara e definida – são as posições que mais se adequam ao período que vamos entrar. Um período de mais radicalização, de maior avanço na consciência política das massas, de avançar para um programa socia-

lista, conforme se revele a profundidade e irreversibilidade da crise capitalista.

Há que se levar à prática a ideia de “cavar trincheiras” na sociedade civil, abrindo de lado a lado as portas de Podemos aos movimentos sociais, à líderes trabalhadores e populares. Converter os Círculos em potentes centros de discussão política (atualmente quase inexistente) sobre todos os aspectos relevantes da atualidade nacional e internacional e sobre o programa da organização. Precisamente, uma tarefa principal deve ser fortalecer os círculos e que estes estejam presentes de maneira ativa, impulsionando e participando nas lutas nas empresas, bairros e centros de estudo. Para isso é necessário que haja uma estrutura de funcionamento interna plenamente democrática para que os militantes se sintam donos da organização.

Mas o fundamental é passar dos discursos a um programa coerente, que, no mundo real que vivemos – de ajustes, desemprego, exploração do trabalho, lucros exorbitantes para uma oligarquia capitalista predatória, de sofrimento cotidiano, de guerras e desastres ambientais e humanos e de tendências irracionais racistas e machistas – somente pode ser um programa socialista. Um programa que converta em propriedade coletiva, gerida de maneira democrática por toda a população, a propriedade das 200 famílias que controlam os 80% da riqueza do país e que faça um chamamento internacionalista à classe trabalhadora e aos povos de todo o mundo para que façam o mesmo.

Como a Revolução Francesa, no fim do século XVIII, como a Revolução Russa de 1917, nosso período é uma época de revolução social que pode e deve abrir uma nova etapa na história da humanidade. Impregnemo-nos e nos convençamos de todas as conclusões que se derivam desta perspectiva e atuemos consequentemente para este objetivo.

Venezuela: balanço de 2016 e perspectivas para 2017

Juan Manaure e Carlos E. Jaurena



Retrocessos e crise na Revolução Bolivariana

A revolução bolivariana está em um de seus pontos mais baixos desde que o presidente Chávez ganhou as eleições de 1998. À derrota eleitoral nas eleições para a Assembleia Nacional de dezembro de 2015 une-se o agravamento da situação econômica e o impacto que a mesma tem sobre as massas do povo trabalhador (base e sustentação da revolução). É hora de se fazer um balanço sério.

BREVE BALANÇO ECONÔMICO 2010 - 2016

Nos últimos anos (2013-2016) vimos e vivemos uma deterioração vertiginosa das condições

materiais de existência da classe trabalhadora em comparação com os últimos anos de mandato do presidente Chávez.

Em 2013, a inflação fechou em 56,2% – uma cifra considerável, já que estamos falando de uma perda de poder aquisitivo de pouco mais de um terço do valor real do salário –, mas ainda é relativamente moderada se a compararmos com a de 2014, no qual a inflação fechou em 68,5%; e 2015, que fechou com 180,9%, cifra recorde em nosso país e que, lamentavelmente, será superada neste 2016, embora não contemos ainda com dados do Banco Central da Venezuela (BCV), já que este se negou a publicar ci-

fras oficiais.

Isso contrasta fortemente com os anos 2010, 2011 e 2012, que fecharam com inflação de 27,2%, 27,6% e 20,1%, respectivamente.

As causas da inflação são várias, mas as mais importantes são a queda dos preços do petróleo e a consequente diminuição drástica das importações; a existência do dólar preferencial, que favorece as importações e paralisa o aparato produtivo nacional; a política monetária expansiva do governo para financiar o enorme déficit fiscal; e a combinação dos controles de preço com aumentos periódicos de salário.

É fundamental comparar os preços do petróleo nos últimos

anos para se ter uma ideia da variação da receita da nação e poder fazer uma análise mais profunda da crise atual.

Em 2009, 2010, 2011 e 2012, os preços médios da cesta petroleira venezuelana foram de US\$57, US\$72, US\$101 e US\$103 por barril, respectivamente, enquanto em 2013 foi de US\$98/barril; em 2014, US\$88/barril; em 2015, US\$44/barril; e em 2016, US\$34 por barril (cifras preliminares do ministério do petróleo publicadas em 21 de dezembro de 2016), havendo alcançado seu ponto mais baixo em janeiro de 2016, com US\$24 por barril, muito próximo ao preço de produção do petróleo venezuelano de US\$23,5/barril.

À primeira vista, podemos identificar a relação que existe entre a variação do preço do petróleo com nossa inflação; isso, em primeiro lugar, ratifica a condição de país, profundamente dependente das receitas petroleiras.

Em segundo lugar, permitimos evidenciar que uma das principais causas da inflação é, como resultado da redução das receitas petroleiras, a redução por parte do governo das importações de alimentos e matérias-primas, priorizando o pagamento da dívida externa. Isso gera a diminuição da oferta de bens e cria as condições perfeitas para agudizar a especulação e o açambarcamento de bens e serviços por parte da burguesia parasita, obrigando o Estado a reduzir os subsídios para a maioria dos produtos que anteriormente podia vender com perdas devido à imensa receita petroleira, com o que se manteve a ilusão de se poder construir um “socialismo petroleiro” sem alterar as relações de propriedade dos meios de produção.

Em terceiro lugar, com a fixação de dois tipos de câmbio e com uma brecha tão significativa entre os dois, o Estado criou as condições ideais para agudizar a cor-

rupção na alocação sem controle das cada vez mais escassas divisas que entram no país através da receita petroleira. Recordemos que 97% da geração de divisas na Venezuela historicamente são produto da indústria petroleira, enquanto a burguesia, que possui aproximadamente 70% da propriedade dos meios de produção, gera somente 3% das divisas.

Outro fator decisivo é a expansão da massa monetária circulante. O governo, através do Banco Central da Venezuela, esteve injetando enormes quantidades de dinheiro circulante na economia, dinheiro que não está respaldado nem pelo aumento na produção de bens e serviços nem pelo aumento das reservas internacionais.

Em dois anos (janeiro de 2015 a dezembro de 2016), a liquidez monetária aumentou em 371% (ou seja, multiplicou-se por mais de 3 vezes), uns 135% somente em 2016. Desde janeiro de 2014, o aumento foi de 680%; desde janeiro de 2013, a cifra é de 1235%. De 30 de setembro de 2016 a 2 de dezembro do mesmo ano, isto é, em apenas dois meses, o aumento da liquidez monetária foi de 40%. Daí sai o dinheiro para o recente aumento de 40% anunciado para o salário mínimo.

Esse aumento desafortado do dinheiro circulante produz-se ao mesmo tempo em que a economia se encontra em recessão profunda. No mesmo período as reservas internacionais caíram de US\$22 bilhões em janeiro de 2015 para US\$11 bilhões em dezembro de 2016. O aumento do dinheiro circulante, enquanto diminui a produção e caem as reservas de divisas, conduz diretamente ao aumento galopante da inflação.

Para dar um exemplo didático: a produção total de um país no ano de 2014 foi 100 e a massa de dinheiro circulante foi de 100; ao cabo de dois anos a produção

caiu para 90, mas a massa de dinheiro circulante aumentou para 371; isso quer dizer que o que antes valia 1 agora vale 4,1. Os preços se multiplicaram por quatro.

O mecanismo de imprimir dinheiro sem respaldo na produção foi utilizado para pagar os aumentos do salário mínimo e para financiar o enorme déficit fiscal (a diferença entre o que o Estado recebe e o que gasta). Quanto ao salário mínimo, a medida, como todos puderam observar, de pouco serve na realidade, já que entre o anúncio do aumento e o pagamento do mesmo na quinzena, o aumento já ficou eliminado pelo aumento correspondente da inflação. Na Venezuela, o déficit fiscal manteve-se de forma constante entre 10% e 15% do PIB nos anos recentes, possivelmente acima de 20% em 2016, uma quantidade claramente insustentável. O Estado continuou gastando enormes somas de dinheiro para manter as missões sociais, mas a receita petroleira entrou em colapso, criando esse déficit enorme.

VENEZUELA 2016: AGUDIZAÇÃO DA CRISE ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL

O ano de 2016 foi até agora o mais difícil para a revolução em seus 17 anos de história. Não obstante, as contradições econômicas, sociais e políticas que dão origem à crise que se vive hoje estão longe de serem resolvidas; pelo contrário, se tornam mais agudas a cada dia que passa. O ano de 2017 será, portanto, de dificuldades ainda maiores que as experimentadas até o momento.

Poderíamos nos arriscar a afirmar, estudando as cifras que alguns analistas e economistas burgueses apresentam, com supostas fontes próximas ao BCV, mas, sobretudo, a partir da realidade concreta em que vivemos diariamente ao fazermos as compras,



Escassez e desabastecimento de alimentos e produtos básicos

que a inflação no ano de 2016 poderia ser o dobro da de 2015 e superar os 360%.

Como referência, podemos ademais levar em conta o incremento do orçamento da nação para 2017, que passou de 1,54 bilhões de bolívares em 2016 para 8,47 bilhões de bolívares, refletindo um incremento de 447,44% e que toma entre outros fatores para sua estimativa a inflação acumulada de 2016.

Lamentavelmente devemos fazer essa estimativa sem contar com outras fontes oficiais de dados, devido à ausência de boletins regulares por parte do BCV sobre o comportamento do denominado Índice de Preços ao Consumidor, produto da negativa do governo de reconhecer a situação de inflação desenfreada existente no país.

Isso se deve ao fato de que, desde o primeiro momento em que começou a se agudizar a guerra econômica no final de 2012, a atitude da burocracia e do governo foi de negar o desenvolvimento real dos fatos econômicos ou de subestimar os mesmos, sob o vago pretexto de que,

ao reconhecer a realidade, estaria dando razão às sinalizações e à propaganda da direita.

Nesse sentido, houve uma tentativa constante de negar fenômenos como a escassez crônica e o aumento acelerado dos preços dos bens de consumo e, somente quando pela própria força dos acontecimentos foi impossível mascará-los ante os olhos da própria classe trabalhadora que os sofre cotidianamente, o governo cedeu e, em consequência, reconheceu, embora timidamente, a gravidade da situação.

Em consequência, com as extraordinárias cifras que a inflação alcançou em 2016, muitas famílias da classe trabalhadora já não conseguem mais cobrir os custos da cesta básica, o que implicou no rápido empobrecimento de amplos setores da classe.

São poucos os estudos sérios que permitam estimar com precisão o nível de empobrecimento das massas trabalhadoras, visto que a maioria dos institutos de pesquisa e das instituições que realizam estudos semelhantes tem fins propagandísticos tendenciosos (pró e antigoverno), limitan-

do seu nível de credibilidade.

Por exemplo, o Venebarómetro apresenta a seguinte variação na quantidade de vezes que o venezuelano come por dia, entre fevereiro e dezembro de 2016: as pessoas que comem três vezes ao dia diminuíram de 69,5% para 34,3%; as que comem duas vezes ao dia subiram de 24,3% para 45,5%; e as que comem só uma vez ao dia subiram de 4,8% para 19,8%.

Contudo, para além dos estudos há uma situação que se pode palpar de forma concreta nas ruas do país.

Qualquer trabalhador já viu ou pôde observar como muitos dos companheiros ou companheiras de seu local de trabalho, assim como amigos e familiares, perderam peso de forma drástica, muitos inclusive reduziram o tamanho das roupas. Outros companheiros ou companheiras têm agora inclusive aspecto abatido. Isso se deve fundamentalmente à redução abrupta na ingestão de carboidratos tradicionais, tais como o arroz, o macarrão, a farinha de milho pré-cozida (utilizada para a elaboração de pão de milho, empanadas etc.) e a farinha de trigo (utilizada para a elaboração de pão, doces, bolos), bem como à redução da ingestão de proteínas animais (carne, frango, peixes).

A isso se soma a escassez de alimentos processados, tais como o azeite vegetal, a margarina e o açúcar, os dois primeiros ricos em colesterol ruim para o organismo e o último rico em carboidratos que tradicionalmente incidiam no peso excessivo do venezuelano médio.

Por outro lado, os venezuelanos que agora remexem as lixeiras em busca de alimentos ou de algum outro produto útil para uso ou revenda reapareceram depois de vários anos em que não víamos tal fenômeno em quantidade significativa. Nas áreas residenciais

do leste da cidade de Caracas, no centro da cidade ou na zona oeste da mesma, atualmente abundam homens jovens buscando comida nas lixeiras, juntamente com uma imensa quantidade de vendedores ambulantes e mendigos no metrô de Caracas.

Um dado relevante é que não se trata de mendigos velhos, de homens com 40, 50 ou 60 anos de idade que caíram em tal situação na década passada ou na década de 1990, produto das condições da pouca oferta de emprego e da péssima educação que existiam na 4ª república. Não, atualmente quem busca comida nas lixeiras são homens jovens, entre 20 e 30 anos em média.

Esse fato dá constância do crescimento indiscutível dos níveis de desemprego no país, o que corresponde logicamente à forte e prolongada contração da economia venezuelana, apesar de o governo repetir permanentemente que o desemprego no país continua diminuindo, visto que, embora se careça de cifras oficiais, algumas estimativas calculam que no segundo trimestre deste ano a queda do PIB foi de 11,8% em relação ao mesmo trimestre do ano de 2015. Igualmente, organismos como a CEPAL preveem que a queda do PIB em 2016 será de 8% e em 2017, em torno de 4%.

Outro fenômeno que se tornou recorrente é o de trabalhadores ainda não lumpenizados que, para poder cobrir suas necessidades alimentícias, visto que o salário não lhes permite, optaram por recolher as sobras e pedaços “não úteis” nos mercados de verduras a céu aberto. Trata-se de pessoas de aspecto normal, “bem vestidas” como se costuma dizer na Venezuela, que recolhem aquelas sobras de tubérculos, bananas, legumes ou outros vegetais que por algum defeito não foram vendidas pelos comerciantes, mas descartadas.

Igualmente, em conexão com tal fenômeno, surgiram revendedores dessas sobras de verduras que normalmente seriam consideradas refugos, mas que agora aproveitam a situação para vendê-las a baixo custo e obter certo lucro.

Em síntese, a situação material das massas veio se deteriorando de forma drástica nos três últimos anos e, em particular, durante este último ano, o que esgotou e desmoralizou profundamente as massas trabalhadoras que historicamente foram o sustentáculo da Revolução Bolivariana, provocando assim um acentuado refluxo no movimento revolucionário.

DA DERROTA ECONÔMICA À DERROTA ELEITORAL

Contudo, não podemos analisar em profundidade o desenvolvimento político de 2016 sem antes fazer uma avaliação do impacto da crise econômica que hoje se arrasta no resultado das eleições parlamentares do final de 2015.

Entre os anos 2014 e 2015, confluíram a queda abrupta dos preços do petróleo e a nefasta e ineficaz política de conciliação de classes que o governo nacional empreendeu depois da onda de protestos de 2014, ao instalar as mesas econômicas de paz onde o Presidente Nicolás Maduro se sentou inclusive com Lorenzo Mendoza, Ramos Allup e Henrique Capriles Radonsky, dando-lhes tribuna política e prebendas econômicas em uma tentativa vã de apaziguar a sabotagem econômica.

Nessa conjuntura, um setor das massas com um profundo nível de consciência manteve com fidalguia a defesa do governo bolivariano e se mobilizou combativamente ante cada apelo de sua direção; mas, pelo contrário, esta última sempre vacilou na hora de lançar ações contundentes contra

a sabotagem econômica levada à frente pela burguesia. Nem sequer depois das consultas internas do PSUV para a eleição de candidatos à Assembleia Nacional, quando a participação superou os 3 milhões de militantes, superando de longe as estimativas dos mais otimistas, confirmando que ainda, apesar das duras condições econômicas que o povo trabalhador estava enfrentando, ele mantinha elevado o seu espírito de luta e sua combatividade revolucionária, nem assim a direção do PSUV e o governo decidiram radicalizar a revolução.

Esse vacilo constante por parte da liderança bolivariana, unido à rápida deterioração das condições de vida das massas no marco da guerra econômica, terminou por desmoralizar e desmobilizar um amplo setor dos simpatizantes do governo, ocasionando o que foi até agora a mais contundente derrota eleitoral recebida pelo processo revolucionário em toda a sua história, muito pior inclusive quantitativamente à derrota do referendo pela reforma constitucional em 2007.

É assim que, em 6 de dezembro de 2015, a oposição obtém 112 deputados e o PSUV somente 55, sendo superado por mais de dois milhões de votos ao receber o apoio de 5 milhões e meio de eleitores frente aos 7 milhões e meio que votaram a favor da MUD.

DA DERROTA ELEITORAL À DERROTA IDEOLÓGICA

No entanto, ante o golpe sofrido nas eleições de 6 de dezembro, setores de vanguarda reagiram rapidamente, gerando múltiplos espaços de debate, assembleias populares, inclusive na frente do palácio de Miraflores, exigindo a radicalização do processo revolucionário.

Durante o primeiro mês, em meio a consultas e reuniões ex-

traordinárias do congresso do partido e de um congresso extraordinário de economia, a direção do governo anuncia, em primeira instância, o novo gabinete econômico, bastante heterogêneo, onde coincidem um empresário (Pérez Abad), um intelectual de esquerda (Luís Salas, que saíra poucos dias depois de sua nomeação) e um stalinista etapista (Jesús Faria).

No plano político, foi formada uma equipe de promoção para o que será chamado de Congresso da Pátria, inicialmente bem recebido pelas massas, embora progressivamente se comece a perceber o seu caráter ativista, em que nenhuma das propostas surgidas dessa instância serão respondidas no alto governo ou na direção do partido.

O governo e a burocracia do PSUV mergulham na política de recorrer à mobilização das massas como se fosse uma torneira de água que se pode abrir e fechar à vontade. Diante do ambiente extremamente crítico que se gerou depois da derrota eleitoral, abriu-se uma série de espaços para a participação, mas sem nenhum poder real, simplesmente como válvula de escape. O efeito que isto produz é totalmente contraproducente, aumentando o cinismo, o ceticismo e a apatia dos ativistas revolucionários ante estes espaços.

Já no mês de fevereiro foram anunciadas as medidas econômicas que revelam com mais clareza o rumo que o governo tomará no restante do ano: desvalorização, reforma tributária, aumento da gasolina, priorização do pagamento da dívida externa e algumas políticas de proteção social como os cartões de subsídios.

Além disso, planeja-se a constituição do Conselho Nacional de Economia Produtiva – instância onde realmente são tomadas as decisões transcendentais em matéria econômica –, o impulso da

Agenda Econômica Bolivariana, os 15 motores produtivos e o desenvolvimento do arco mineiro.

A este respeito, cabe fazer um parêntese para assinalar que esta agenda é muito similar à apresentada pelo Presidente Chávez em 1998 e, portanto, constitui um retrocesso ideológico à época em que Chávez ainda acreditava na terceira via de Tony Blair, etapa que acreditávamos totalmente superada depois do golpe de estado de 2002 em diante, quando Chávez foi evoluindo dialeticamente desde posições nacionalistas a posições anti-imperialistas, socialistas e mesmo ao ponto de se autodenominar marxista em um de seus últimos discursos improvisados na Assembleia Nacional em 2010.

Portanto, a liderança bolivariana, aterrorizada com a estrondosa derrota eleitoral que foi produto da política de conciliação de classes, interpretou erradamente a derrota como consequência do “baixo nível de consciência das massas”. Em vez de ser autocrítica e confiar na classe trabalhadora, preferiu tentar pactuar abertamente com a burguesia a fim de se sustentar no poder e evitar ou apaziguar a luta de classes. Dessa forma, tratou de conciliar os interesses da classe trabalhadora, com aumentos de soldos e bônus de alimentação, e os interesses da burguesia, facilitando-lhe dólares preferenciais, créditos brandos, flexibilizando os requisitos para importar e exportar e permitindo aumentos nos preços de bens e serviços.

O pequeno detalhe dessa política de conciliação consiste em que esta situação é insustentável para a classe trabalhadora, uma vez que a parte do “lucro” que recebe neste pacto governo-burguesia é automaticamente devorada pela lógica do capitalismo parasitário que existe na Venezuela, que especula, açambarca, despede, reduz salários e boicota as

condições de vida da classe trabalhadora para que esta lance suas frustrações contra o governo, enquanto a burguesia aumenta sua cota de mais-valia e acumula enormes e grosseiras riquezas.

A política de controle de preços e do câmbio que foi introduzida em 2002/03 para proteger ao povo trabalhador e combater a fuga de capitais chegou ao seu limite há anos. Converteu-se em um freio ao desenvolvimento “normal” da economia capitalista. Os empresários não produzem porque não aceitam a limitação da margem de lucro que lhes dão os preços regulados. Daí a sabotagem, a retenção, o desenvolvimento do mercado negro etc. Ao mesmo tempo, o dólar preferencial (a outra face do controle do câmbio) se converteu em um poço sem fundo através do qual a renda petroleira em dólares é transferida para os bolsos dos empresários e funcionários corruptos em todos os níveis. O efeito adicional é que favorece as importações sobre a produção nacional. O dólar barato para importar (10 bolívares por dólar DIPRO em comparação aos 670 do dólar semiflutuante SIMAD/DICOM e aos mais de 3300 do mercado negro no início de janeiro de 2017) produz uma taxa de lucro nunca vista para os empresários que obtêm dólares DIPRO, importam produtos e logo os vendem na base de câmbio do dólar do mercado negro.

Esse desajuste somente tem duas soluções possíveis: ou se desfazem os controles sobre a economia, como exigem os capitalistas, fazendo os trabalhadores pagarem pela crise, ou se expropriam os setores fundamentais da economia, fazendo os capitalistas pagarem pela crise. A política do governo foi a de fazer concessões aos capitalistas (liberalizando parcialmente e aos poucos os controles de preços e cambiários). Os capitalistas não acreditam que

estas concessões sejam suficientes, com o que as distorções na economia continuam e se tornam agudas.

A ANULAÇÃO DO REFERENDO REVOGATÓRIO E A MESA DE DIÁLOGO

Durante todo o ano de 2016 a oposição, encorajada pela contundente vitória de 6 de dezembro de 2015, programou a saída do presidente Maduro dentro de um prazo de seis meses. Mas a realidade é que só após o mês de abril que se define uma “rota para tirar o presidente”, uma vez que havia três propostas das diferentes tendências da MUD: a renúncia, o revogatório e a emenda constitucional. Finalmente optaram pela alternativa do revogatório, uma vez que a emenda constitucional para reduzir o mandato presidencial não poderia se aplicar ao presidente em exercício senão a partir do próximo período presidencial e, uma vez que eles davam por certo que ganhariam a próxima eleição presidencial, descartaram a opção da emenda. Por outro lado, a renúncia era

uma opção ingênua e nada viável, uma vez que o presidente ainda contava com um importante respaldo popular e da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB).

Dessa forma, iniciaram um processo de coleta de assinaturas e de reafirmação da vontade que evidenciou um grande número de irregularidades, o que permitiu a suspensão do processo de coleta que precisava de 20% de manifestações de vontade para convocar o revogatório, apesar de haver cumprido o primeiro passo da coleta de 1% das manifestações de vontade.

Isso provocou a cisão da oposição em duas alas: a abertamente insurrecional, encabeçada por elementos da alta burguesia, como Leopoldo Lopez, Maria Corina Machado e seus partidos; e os setores que apostam em uma saída institucional mediante um diálogo com o governo, como o partido Um Novo Tempo, o governador do Edo, Lara Henry Falcón, entre outros.

Depois de várias e massivas demonstrações de rua da oposição, a hesitação de seus dirigentes e os interesses econômicos de

seus financiadores (recordemos que, por exemplo, personagens da categoria de Cisneros, acionista majoritário de Venevisión e da franquia Coca-Cola na Venezuela, se associaram ao Governo ao investir US\$1 bilhão na faixa petrolífera) permitiu que se impusesse temporariamente a ala conciliadora da MUD, decidindo então sentar-se para dialogar com o Governo a fim de tentar retomar a senda eleitoral com o objetivo de sair da crise política e adiando temporariamente a opção da derubada violenta do governo.

Em consequência, ante a instalação das mesas de diálogo entre o Governo e a MUD, as massas contrarrevolucionárias entram em refluxo, apesar de ser hoje em dia maioria eleitoral frente aos setores mais desmoralizados e chicoteados pela crise econômica, que ainda apoiam o governo nacional. As leis que se aplicam à mobilização revolucionária das massas também se aplicam à mobilização contrarrevolucionária. A liderança da oposição, em vez de demonstrar força, unidade e aproveitar a iniciativa que detinha, demonstrou vacilação, incapacidade de chegar até o final, divisões internas. Isso levou à desmoralização das massas da pequena burguesia e das camadas médias que são a base social da oposição contrarrevolucionária. Nas mais recentes marchas opositoras ouvimos a vaia generalizada a todos os seus dirigentes.

Inclusive uma recente pesquisa do Hinterlaces (instituto de pesquisa de propriedade de Oscar Schemel, próximo ao Governo) revelou que 51% da população atualmente não se identifica nem com a MUD nem com o Governo.

2017: DA DERROTA IDEOLÓGICA À DERROTA POLÍTICA

O Conselho Nacional Eleitoral já confirmou que em 2017 serão realizadas eleições regionais e



Uma oposição exitante e com a base desmobilizada

municipais nos meses de junho e dezembro, respectivamente.

Como explicamos, as massas trabalhadoras do país vêm experimentando um agudo processo de refluxo durante os últimos três anos em consequência da rápida degradação de suas condições materiais de existência no marco da guerra econômica.

Atualmente, tal processo se encontra no ponto mais alto dos últimos três anos, isto é, no momento atual os níveis de cansaço, desmoralização e desmobilização das massas trabalhadoras, que historicamente foram o sustentáculo da Revolução Bolivariana, são os mais altos que puderam se evidenciar desde a radicalização da guerra econômica no final de 2012.

Tal processo continuará se agudizando perigosamente na medida em que as condições de vida das massas continuem se deteriorando, o que, como já analisamos anteriormente, é uma perspectiva clara para o ano que chega.

O resultado das eleições parlamentares de 6 de dezembro foi uma evidência clara de como o cansaço e a desmoralização cresceram de forma perigosa entre as bases do chavismo, consequência da crítica situação de escassez e da brutal carestia da vida. Agora, a um ano de tais eleições, o cenário econômico é muito pior e isso implica inevitavelmente que o mal-estar entre as massas se aprofundou enormemente em comparação ao nível existente há um ano.

Não obstante, o governo e a direção do PSUV têm a ilusão de que podem contornar essa situação adiando os encontros eleitorais. Consideram, erroneamente, que com a regularização dos Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP) – que vendem cestas de produtos básicos a preços subsidiados diretamente através das comunidades –, com o



Comitês Locais de Abastecimento e Produção

Plano de Abastecimento Complementar – mediante o qual o estado importa alimentos e os vende a preço de dólar DICOM –, com a importação de produtos brasileiros e com o futuro aumento dos preços do petróleo a situação atual poderá ser mitigada até ao ponto de recuperar a base de apoio social que se perdeu no último período. Nada mais errôneo e distante do processo real de desenvolvimento da consciência das massas.

Na medida em que o governo não der uma virada de 180 graus na política econômica e mantiver as mesmas políticas reformistas que esteve implementando de forma teimosa durante o último período, então não haverá possibilidade alguma de resolver a situação de escassez crônica e de inflação desatada que reina atualmente no país. Ainda mais, tais medidas contribuirão para a agudização de tal situação, com o que é absolutamente inevitável que o processo de refluxo continue se aprofundando ao longo de 2017, permitindo assim se prever de maneira lamentável uma contundente vitória da MUD sobre o

governo tanto nas eleições regionais de junho quanto nas municipais de dezembro.

Se fizermos uma simples projeção dos resultados de 2015 para as próximas eleições regionais de 2017, o PSUV somente ganharia 5 dos 23 governos em disputa: Apure, Guárico, Portuguesa, Delta Amacuro e Cojedes (recomemos que o governador do Distrito Capital é designado diretamente pelo presidente da República), sem contar o forte desgaste que inclusive já existe entre as massas trabalhadoras de tais estados.

Uma nova derrota eleitoral de proporções similares à de 6 de dezembro terá evidentemente enormes repercussões sobre o panorama político do país e sobre o desenvolvimento dos acontecimentos no marco do processo de luta de classes.

Da mesma forma que nos anos posteriores a 6 de dezembro, um ambiente de severa crítica aos dirigentes surgirá no seio da militância, sobretudo entre a vanguarda e os setores mais conscientes do movimento. Igualmente, é possível que entre a vanguarda, mas também entre setores mais



O caminho: expropriação dos bancos e grandes empresas sob controle operário

ampos do movimento, ocorra o reavivamento da combatividade revolucionária ante o sinal de alarme que significaria tal derrota, com respeito à possibilidade de que a contrarrevolução avance no assalto ao poder.

Também cabe destacar a possibilidade do surgimento de uma ala de esquerda no partido, devido às posições opostas entre setores da direção e quadros médios do partido em torno das potenciais eleições primárias para eleger candidatos às governorias, visto que a direção nacional opina que nestes momentos de “fragilidade” não é viável realizar primárias pelo risco de gerar divisões, enquanto os quadros médios e de base reivindicam a necessidade de ir a um processo interno

para democratizar a tomada de decisões no partido, refrescar as lideranças e gerar mobilização prévia ao evento eleitoral. Esse processo pode se desenrolar em proporções ainda muito maiores, inclusive ao ponto de que ocorra uma cisão no partido depois de uma vitória esmagadora da MUD nas eleições regionais.

Essas circunstâncias serão consideravelmente propícias para a difusão das ideias e programa do marxismo, mas também para a construção de uma forte tendência marxista no seio do movimento bolivariano.

Em segundo lugar, a burguesia ficará encorajada com sua vitória, o que empurrará os setores mais extremistas da mesma a colocar novamente a via insurre-

cional para derrotar a revolução, pelo que não é de se descartar novas ações violentas por parte da direita. Não obstante, ante a proximidade das eleições municipais que se realizarão somente 6 meses depois, não se descarta a possibilidade de que o setor da burguesia que aposta no desgaste progressivo do governo imponha sua agenda e a MUD espere até a realização das eleições municipais antes de colocar uma ação insurrecional de maior envergadura com o objetivo de derrubar ao governo.

Contudo, uma vez realizadas as eleições municipais, as quais, da mesma forma que as regionais, no marco das condições atualmente dadas, ganharia a MUD sem dificuldades, coloca-se um

cenário muito difícil para o governo.

Atualmente, o poder executivo conta com o apoio de três dos cinco poderes públicos, visto que no final de 2016 o Tribunal Supremo de Justiça nomeou os reitores da CNE para o período seguinte de 2016-2023, fechando à Assembleia Nacional a possibilidade de nomeá-los como estabelecido na Constituição, por se encontrar em desacato.

Não obstante, a burguesia e seus representantes políticos acusaram Maduro de ser um presidente ilegítimo desde que ganhou as eleições em 2013 e a partir de então não deixaram um segundo de conspirar para derrubá-lo. Portanto, uma vez que ganhem as eleições municipais, a MUD contará praticamente com a maioria esmagadora dos cargos de eleição popular no país. A maioria das governadorias, prefeituras, conselhos legislativos regionais, conselhos municipais e, naturalmente, a Assembleia Nacional ficarão completamente sob o seu controle. Nesse cenário, apoiados por um nível de descontentamento social sem precedentes baseado na grave situação econômica do país, é lógico e previsível que a oposição retornará à agenda violenta e de ruas para derrubar ao presidente Maduro, ou, no caso de falharem, para pressionar por sua renúncia e pela convocação de eleições antecipadas.

Outra possibilidade é a de um pacto entre o governo ou setores do mesmo e setores da oposição para pactuar uma “transição” controlada na qual dariam algumas garantias de não perseguição à burocracia e aos reformistas.

No entanto, a situação de saques e de violência que vivemos em dezembro de 2016 em cidades como Maracaibo e Ciudad Bolívar com a retirada das notas de 100 bolívares também aponta para outro cenário: uma explosão de violência provocada pelo

agravamento das condições de vida das massas e aproveitada de forma cínica pela oposição. Esse cenário está implícito na situação. Unido a isso, ante a ruptura da lei e da ordem e a continuação do bloqueio institucional, não podemos descartar uma intervenção das forças armadas ou de um setor das mesmas. Até o momento o governo cuidou de manter o alto comando das FANB ao seu lado, em parte com substanciais concessões econômicas, por exemplo, através da criação da Companhia Anônima Militar de Indústrias Mineiras, Petroleiras e de Gás (Camimpeg), que entrega diretamente aos militares uma importante fatia do negócio petroleiro.

Nos momentos mais álgidos da mobilização da oposição contrarrevolucionária, esta lançou apelos às forças armadas para intervir, rompendo com o Governo. Até o momento não se deu nenhum indício de movimentos nessa direção. No entanto, isso não quer dizer que, ante acontecimentos mais graves (saques, violência de rua, incapacidade das instituições de manter a ordem), o alto comando das forças armadas decida intervir diretamente na política, elevando-se como árbitro da situação. Inclusive em uma situação desse tipo, setores das massas poderiam apoiar em um primeiro momento essa intervenção. No entanto, isso por si mesmo não resolveria nenhum dos problemas de fundo enfrentados pela economia venezuelana. Um governo militar ou um governo de unidade nacional com apoio dos militares se veria ante o mesmo dilema de ter que decidir entre fazer o povo trabalhador pagar pela crise ou fazer a burguesia pagar pela crise.

Em tão grave situação, a hesitação, a corrupção, a burocracia e o reformismo estão nos levando a perder as conquistas e o legado do comandante Chávez. Todas

as conquistas da revolução estão ameaçadas pela profunda crise econômica que, em última instância, não é culpa “do socialismo”, mas justamente da tentativa reformista de regular o capitalismo. O que fracassou na Venezuela não foi o socialismo (a propriedade coletiva e a planificação democrática dos meios de produção), mas o contrário, a tentativa de obrigar ao capitalismo a funcionar em benefício da maioria, algo a todas as luzes utópico e impossível.

A única saída possível para defender as conquistas da revolução é justamente completar a revolução, nacionalizando os bancos e os meios de produção sob controle operário e destruindo o estado burguês para substituí-lo por um estado operário.

Amplios setores da vanguarda já reconhecem a necessidade impostergável dessas medidas. Três partidos do Grande Polo Patriótico (GPP) exigiram recentemente a nacionalização dos bancos: o Partido Comunista da Venezuela (PCV), o Movimento Eleitoral do Povo (MEP) e o Movimento Revolucionário Tupamaro (MRT), aos quais saudamos e fazemos um apelo para planificar e organizar ações conjuntas por essa reivindicação comum frente à direção conciliadora do GPP e do PSUV.

O principal obstáculo para que se realizem estas medidas urgentes não é a consciência das massas, que é muito avançada, mas a política incorreta de nossos dirigentes; portanto, é necessário forjar uma nova direção, é necessário construir a Corrente Marxista do PSUV – Lucha de Clases com os setores mais conscientes e revolucionários do movimento bolivariano e com profundas raízes no movimento operário.

- **Radicalização da revolução!**
- **Expropriação dos bancos e dos monopólios sob controle operário!**
- **Une-te à Lucha de Clases!**

O que é a “luta contra o esmagamento da democracia” e como lutar contra ela numa organização marxista

Serge Goulart

Publicamos a seguir extratos do livro de James Cannon, “A luta por um partido proletário”, que é um livro de luta contra uma fração pequeno-burguesa no SWP. Este livro foi escrito por Cannon sob inspiração e supervisão de Trotsky, que o aprovou inteiramente.

É um verdadeiro manual de como os marxistas encaram a luta política dentro de sua organização e como se comportam nela. As reviravoltas na situação política e as crises econômicas e sociais se refletem no interior das organizações, mesmo as revolucionárias, de diferentes maneiras. E vimos no Brasil as crises porque passaram praticamente todas as correntes políticas. A Esquerda Marxista não passou imune por isso e também sofreu com o surgimento de uma oposição no seu interior.

Essa oposição, que se revelou inteiramente sem princípios desde o início, além de ataques à direção da organização promoveu um raro espetáculo de cambalhotas políticas que rapidamente a desmoralizaram no conjunto da militância.

Assim, a oposição acabou se restringindo aos que já estavam constituídos em uma fração nas sombras da organização havia algum tempo, sem conseguir ganhar mais que um ou outro militante inexperiente já desanimado ou confuso politicamente.

O centro de seu agrupamento era o ressentimento contra a direção, a insatisfação com a orientação política da organização e a incapacidade de aceitar na prática qualquer controle coletivo sobre

suas atividades, o que se expressava na incapacidade de construir de fato a organização marxista. Para reunir esse grupo, foi escrito um contrainforme na preparação da Conferência Nacional da Esquerda Marxista, cuja linha política, palavras de ordem etc. foi sendo mudada e abandonada de forma escandalosa à medida que se avançava na discussão, resultando em três textos completamente contraditórios entre si.

Afinal, o grupo não se reunia desde o início sobre uma base política clara estabelecida, mas sobre a base do rancor e da “luta contra a direção”. Por isso o primeiro texto não tinha o objetivo de discutir e convencer, mas de criar as condições para uma cisão que já es-

tava mais ou menos definida, ao menos para alguns. Era um texto de ataque e insultos contra a direção que terminou sendo de ataque contra o centralismo democrático, reavivando as posições dos mencheviques que hoje são a ponta de lança de toda a reação burguesa e socialdemocrata contra Lênin e o bolchevismo.

As intrigas pequeno-burguesas se concentraram em ataques ao próprio centralismo democrático e ao “regime interno” da Esquerda Marxista, à Comissão Executiva (CE) que “desprezava” o Comitê Central (CC) e ao secretário da CE que era um “ditador” que “criava um clima intolerável” na organização.

O extraordinário desses ataques





é que três dos que descobriram em janeiro de 2017 tudo isso eram membros de anos do CC e da CE. E nunca, nunca fizeram nenhuma crítica ou abriram qualquer discussão sobre essas questões. Mas, tendo descoberto essas aberrações entre o Natal e Ano Novo (durante o recesso coletivo da organização), em fim de março já tinham declarado um contrainforme (fevereiro), uma tendência (início de março) com outro texto político negando o primeiro e, finalmente, quando o CC os chamou à responsabilidade e a enfrentar a discussão sem intrigas e ataques ao centralismo democrático, eles imediatamente se recusaram a ir à Conferência Nacional que se reuniria 20 dias mais tarde e onde teriam tempo igual para apresentar seu texto, declarando uma “Fração Pública” rompendo com a organização e publicando um terceiro texto que apresentava outra nova política.

Politicamente já estavam derrotados pelo combate de praticamente toda a organização contra sua política sem princípios, adaptada aos aparatos e às instituições, e seus métodos de ataques e intrigas pelos corredores.

Iniciaram assim seu voo para lugares incertos e com cinco geniais

dirigentes, tendo cada um deles objetivo diferente e também cada um uma linha política diferente. O que os unifica é uma total falta de princípios e a vontade comum de combater a Esquerda Marxista e a CMI.

O fundo político desse embrulho é a capitulação pequeno-burguesa às pressões da burguesia, especialmente do aparato do PT, sobre o movimento operário, o que conduz a uma capitulação às políticas de salvação do regime atual em crise e finalmente à conformação à continuidade do capitalismo em vez de combater pela revolução proletária e pacientemente construir a organização revolucionária, única maneira de pôr fim definitivo a este sistema.

Não é nosso objetivo aqui discutir as posições políticas desse grupo ultraminoritário que abandonou a Esquerda Marxista. Os leitores logo encontrarão uma brochura da Esquerda Marxista em que poderão apreciar a produção teórica dessa camarilha sem princípios e chegar às suas próprias conclusões.

Nosso objetivo com a publicação desses extratos do livro de Cannon é simplesmente indicar qual o método marxista de enfrentar uma discussão e o que significam esses

grupos de desanimados e derrotados que sempre rompem com sua organização gritando sobre o regime interno, sobre o esmagamento da democracia, e se retiram em debandada em vez de levar o debate político até o final.

Nenhum verdadeiro trotskista perderia a oportunidade de defender seu ponto de vista em uma conferência, ainda mais se tem o direito de apresentá-la com tempo igual ao da maioria do CC. Esses homens eram cinco membros do CC para combater na conferência, mas preferiram sair correndo aos gritos “em defesa da democracia”.

O CC propôs aos desertores convocar um congresso onde eles poderiam defender sua política, qualquer que fosse ela, combater o centralismo democrático e a “falta de democracia interna”. Também recusaram preferindo romper “em defesa da democracia interna”, se é que alguém pode compreender isso.

Por fim, esperamos que a leitura dos extratos entusiasme os leitores a ler toda a brochura de Cannon, que a Editora Marxista pretende lançar rapidamente.

Serge Goulart

A luta por um partido proletário - Extratos

1º CAPÍTULO: "O QUE A DISCUSSÃO REVELOU"

As lutas políticas em geral, incluindo sérias lutas faccionais em um partido, não ocorrem em um vácuo. São realizadas sob a pressão das forças sociais e refletem a luta de classes em algum grau. Essa lei é demonstrada do modo mais contundente no desenvolvimento da presente discussão no interior do nosso partido.

No momento presente, a pressão das forças de classes estranhas sobre a vanguarda proletária é excepcionalmente pesada. É o que devemos entender antes de tudo. Somente então podemos nos acercar a uma compreensão da atual crise do partido. É a mais profunda e severa crise que o nosso movimento já conheceu em uma escala internacional. A tensão sem precedentes nas fileiras aponta para um conflito de posições de princípios que são obviamente irreconciliáveis. Dois campos no partido lutam por diferentes programas, diferentes métodos e diferentes tradições. O que levou o partido a esta situação em tão curto espaço de tempo?

Obviamente, não foi a descoberta súbita da incompatibilidade dos dirigentes individuais envolvidos; tais bagatelas são sintomas do conflito, não as causas. Não é possível também explicar de modo plausível um conflito dessa profundidade e abrangência pela explosão de velhas diferenças de opinião sobre a questão de organização. É necessário, para entender o significado real da crise, buscar causas mais profundas.

Não é difícil, para os que entendem a política como uma expressão da luta de classes – e é este o modo pelo qual os marxistas a entendem –, encontrar a causa básica da crise no partido. A crise representa a re-

ação, em nossas fileiras, à pressão externa. Foi dessa forma que a definimos logo no início da crise em setembro passado, imediatamente a seguir da assinatura do tratado do Pacto Nazi-Soviético e do começo da invasão alemã da Polônia. Dizemos, mais precisamente, que a crise é o resultado da pressão da opinião pública democrático-burguesa sobre um setor da direção partidária. É essa nossa análise da luta incontida entre as tendências proletária e pequeno-burguesa em nosso partido.

Definimos as facções em luta não por termos gerais e abstratos como "conservadora" e "progressista". Julgamos as frações não pelos traços psicológicos dos indivíduos, mas pelo programa que defendem. A discussão revelou não uma diferença de opinião acerca da aplicação do programa – tais diferenças ocorrem frequentemente e, normalmente, têm uma importância transitória –, mas uma tentativa de contrapor um programa a outro. Eis o que dividiu o partido em dois campos.

2º CAPÍTULO: UM NOVO ESTÁGIO NO DESENVOLVIMENTO DO TROTSKISMO AMERICANO

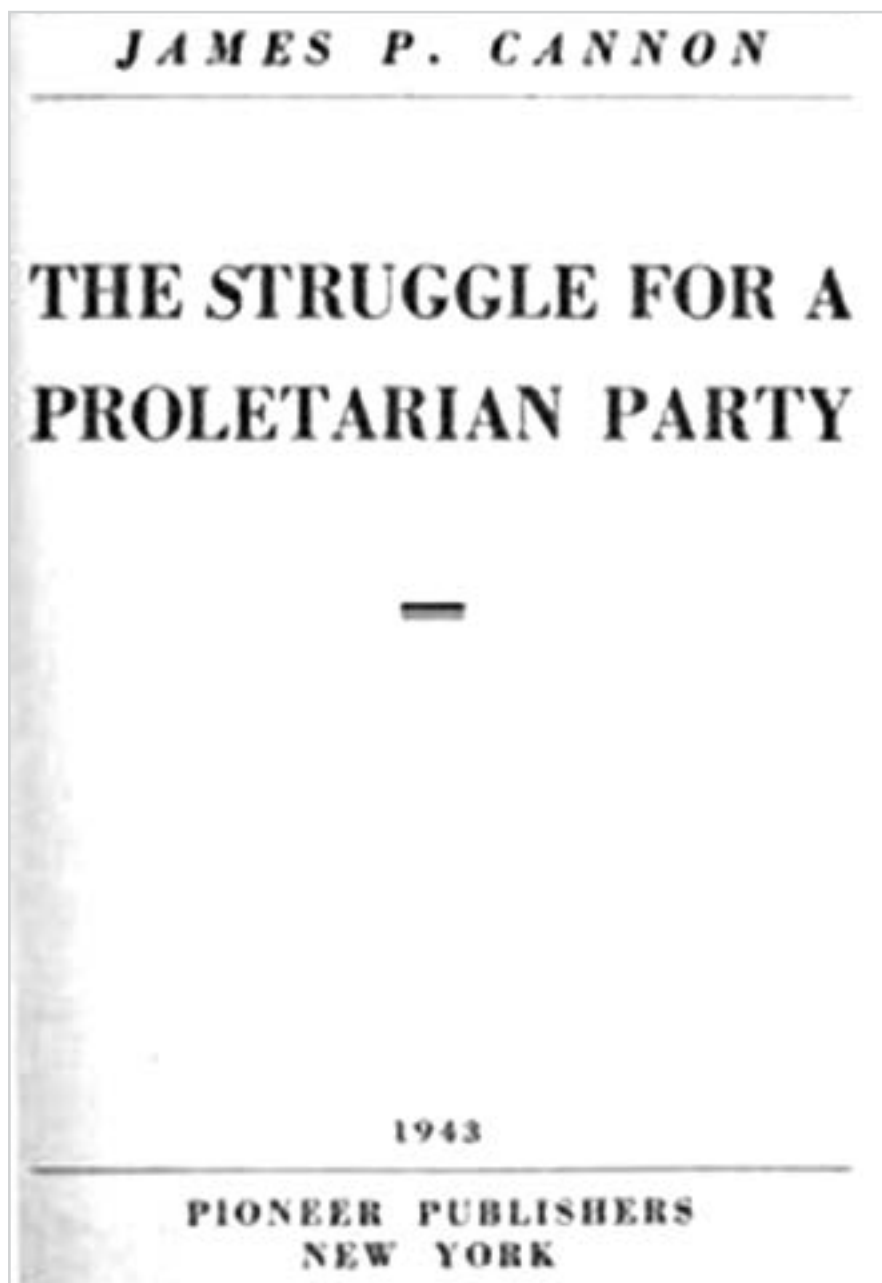
...

A proximidade da guerra, com o seu anúncio de graves dificuldades e sacrifícios para os membros do partido, trouxe com ela uma inquietude e uma insatisfação entre muitos dos elementos pequeno-burgueses. Esses sentimentos encontraram expressão autêntica em um setor da direção. Começaram a traduzir seu nervosismo em uma crítica exagerada do partido e em exigências em relação a ele que não poderiam ser atendidas nas circunstâncias. Depois da assinatura do Pacto Stálin-Hitler, a oposi-

ção tornou-se mais articulada. Começou a se expressar na forma de uma luta contra nosso programa e, eventualmente, em uma revolta contra toda a doutrina, tradição e método do marxismo e do bolchevismo.

Seria completamente absurdo, porém, caracterizar a crise partidária como um resultado meramente de divergências de opiniões políticas. Não tocaríamos o miolo do problema se nos confinássemos a uma caracterização "política" das propostas fantásticas e cambalhotas da oposição. Lutas políticas sérias como essas são uma expressão da luta de classes; esta é a única maneira de entendê-las. Os dirigentes da oposição, e uma grande porcentagem dos seus seguidores, mostraram que são capazes de mudar suas opiniões em todas as questões fundamentais da teoria e da política de um dia para o outro. Isso apenas demonstra forçosamente que suas opiniões em geral não devem ser levadas a sério.

Os impulsos dirigentes detrás da oposição como um todo são o nervosismo pequeno-burguês diante da perspectiva das lutas, dificuldades e sacrifícios iminentes e o desejo inconsciente de evitá-los a todo o custo. Para alguns, sem dúvida, a luta frenética contra o nosso programa e nossa tradição é simplesmente um recurso para mascarar uma deserção capitulacionista do movimento revolucionário em uma nuvem de fumaça e controvérsia. Para outros, sua recém-descoberta "posição política", e sua conversa interminável a respeito dela e em torno dela, são uma racionalização inconsciente da mesma compulsão interior. Em tais casos não é suficiente deter-se em uma caracterização política das extravagantes proposições dos opositoristas. É necessário expor



sua base de classe.

A atual crise no partido não é um mero episódio. Não será explicada por simples divergências de opinião tal como ocorreu às vezes no passado e sempre ocorrerá em um partido livre e democrático. A crise é o reflexo direto de uma pressão estranha de classe sobre o partido. Sob essa pressão, o grosso dos elementos e dos dirigentes pequeno-burgueses perdeu a cabeça completamente, enquanto que os setores proletários do partido se

mantêm firmes e reúnem-se em torno do programa com uma virtual unanimidade.

.....

3º CAPÍTULO: O MÉTODO DELES E O NOSSO

Sob a luz desses fatos, que mostram as duas facções em luta já separadas em dois campos que defendem programas e métodos antagonísticos irreconciliáveis, que interesse possível pode um apoiador

da IV Internacional e do marxismo em geral ter em um “regime” da oposição pequeno-burguesa ou vice-versa?

O conjunto da abordagem à questão do “regime” deve ser fundamentalmente diferente em cada caso, dependendo da posição adotada na questão do programa. O objetivo daqueles que defendem nosso programa somente pode ser corrigir as deficiências do regime e melhorar o seu funcionamento de modo a fazer dele um instrumento mais eficiente do programa. Os críticos do campo da oposição, por outro lado, na medida que haja algum sentido ou lógica em sua posição, não podem ter qualquer interesse verdadeiro em nosso regime enquanto tal. Seu objetivo fundamental é substituir o programa atual por outro programa. Para isso, requerem não uma melhora do atual regime, mas a sua remoção e substituição por outro que realizará o programa revisionista.

Está claro, assim, que a questão que se coloca em primeiro lugar não é organizativa, mas política. A linha política é e deve ser um fator determinante. É e deve ser colocada no centro da discussão. Nós nos mantemos nesse método apesar de tudo, mesmo ao custo de perder o voto de camaradas que estão interessados primeiramente em questões secundárias, porque somente deste modo é possível educar o partido e consolidar uma base confiável de apoio para o programa.

Qual é a importância da questão organizativa enquanto tal em um partido político? Tem uma importância independente em si própria no mesmo plano das divergências políticas ou mesmo acima delas? Muito raramente. E mesmo então de modo muito transitório, pois a linha política atravessa e domina a questão organizativa todas as vezes. Essa é a primeira lição do ABC da política partidária, confirmada por toda a experiência.

Em seu documento notório intitulado “Ciência e estilo”, Burham

escreve: “a segunda questão central é o problema do regime no Socialist Workers Party”. Na realidade, a oposição tentou desde o começo da disputa fazer da questão do “regime” a primeira questão; os quadros básicos da oposição foram recrutados precisamente sobre esta questão antes que as divergências teóricas e políticas fundamentais estivessem completamente reveladas e desenvolvidas.

Esse método de luta não é novo. A história do movimento operário revolucionário desde os dias da I Internacional é uma crônica ininterrupta de tentativas de agrupamentos pequeno-burgueses e tendências de todos os tipos a recompensar-se a si mesmos pela sua debilidade teórica e ideológica por ataques furiosos aos “métodos organizativos” dos marxistas. E sob a rubrica de métodos organizativos incluíam tudo do conceito de centralismo revolucionário até questões rotineiras relativas à administração e, indo além, aos modos pessoais e métodos dos seus oponentes de princípio, os quais invariavelmente descrevem como “maus”, “agressivos”, “tirânicos” e – é claro, é claro, é claro – “bu-

rocráticos”. Até os dias de hoje, qualquer pequeno grupo de anarquistas explicar-lhe-á como o “autoritário” Marx maltratou Bakunin. A história de onze anos do movimento trotskista nos Estados Unidos é extremamente rica em tais experiências. As lutas internas e as lutas de fração, nas quais os quadros básicos do nosso movimento consolidaram-se e educaram-se, foram, em parte, sempre lutas contra tentativas de substituir as questões principais por querelas organizativas. Os oponentes politicamente débeis lançavam mão desse subterfúgio todas as vezes.

...

Toda a experiência do nosso rico passado mostrou que não importa que sucesso temporário possa ter uma combinação organizativa no começo, em recrutar camaradas experientes através de contos de fada sobre o regime, a linha política sempre se impõe no final e conquista e subordina a questão organizativa colocando-a em seu próprio lugar. É essa lei absoluta da luta política que frustrou e derrotou Abern cada uma das vezes e o deixou com sua camarilha isolados e desacreditados ao final de cada

conflito.

Abern e seu círculo íntimo de mexeriqueiros pequeno-burgueses nunca aprenderam. Camaradas conscienciosos, no entanto, cuja inexperiência e ignorância explorava, que não tinham interesse particular e que tomaram essa exposição sobre a questão da organização como moeda sonante, aprenderam. Esse é o maior ganho das lutas passadas. Aqueles camaradas da nossa geração mais jovem que tiveram experiências ruins com a tentativa, sob a tutela de Abern, de substituir a linha política pela questão da organização e mesmo elevá-la ao primeiro lugar acima da luta política - são precisamente esses camaradas os mais imunes a esse tipo de truque fracional na atual disputa. Aprenderam, das suas infelizes experiências e de um estudo suplementar, a tirar de lado o falatório acerca do regime no começo de cada disputa; aprenderam a sondar o fundo das divergências políticas e assumir suas posições de acordo.

O longo documento da oposição a respeito da questão organizativa não foi escrito para os quadros educados e bem informados do partido. Foi escrito para os inexperientes e os não iniciados. Foi elaborado para apanhá-los desprevenidos e desorientá-los; para envenená-los com animosidade fracional ou pessoal e, desse modo, torná-los incapazes de fazer uma avaliação objetiva das grandes disputas políticas e teóricas que são a base do conflito.

Recusamo-nos firmemente, desde o princípio do presente conflito, a conduzir a luta nesse terreno. Estamos determinados a todo custo a expor a essência teórica e política da disputa. Muitos camaradas levantaram objeções a essa estratégia. Queixaram-se de que camaradas inexperientes estavam sendo desorientados por essa ou aquela história, por uma suposta injúria ou outra, e alinharam-se em uma formação de cúpula antes mesmo



James P. Cannon

de começar a considerar seriamente as questões políticas. A despeito disso, instruídos pela experiência do passado, nós nos mantivemos no nosso método. O desenvolvimento subsequente das discussões no partido confirmou a sua correção. As questões estão bem claras agora, este é o nosso grande ganho.

Não há dúvida de que certos camaradas foram desorientados e conquistados para a oposição porque, nos primeiros estágios da discussão, nos recusamos a ser desviados da luta política e teórica fundamental e permitimos que a maior parte da fofoca e conversa miúda a respeito do “regime” ficasse sem resposta. A oposição tem todo o direito de manter os apoiadores ganhos por esses meios; isso deve ser dito com toda a franqueza e seriedade.

Estamos vivendo em tempos sérios. Estamos na véspera de graves acontecimentos e grandes testes para o nosso movimento. Pessoas que podem ser desorientadas e perder a cabeça por meio de rumores e acusações não fundamentadas não serão soldados muitos confiáveis nos duros dias que vêm. A pequena burguesia, afinal, faz tudo em uma pequena escala. A fofoca e a campanha difamatória da nossa oposição não é mais que uma gota no balde comparada com as torrentes de mentiras, desinformação e difamação que serão derramadas sobre as cabeças dos combatentes revolucionários nos dias vindouros da crise da guerra através dos poderosos meios de propaganda do inimigo de classe. Devemos esperar que, por longos períodos de tempo, seremos amordaçados, amarrados pelas mãos e pés e não teremos meios de nos comunicar entre nós. Somente aqueles que refletiram sobre os seus princípios e sabem como agarrar-se a eles firmemente serão capazes de sustentar-se em tais tempos. Não é difícil prever que os que sucumbiram já diante da fraca antecipação desta

campanha dentro do nosso partido podem ser engolidos pela primeira onda da verdadeira campanha. Tais camaradas necessitam uma reeducação sobre a base dos princípios e métodos da política marxista. Somente então será possível apoiar-se neles para as futuras batalhas.

...

Nossa concepção de partido é radicalmente diferente. Para nós, o partido deve ser uma organização de combate que leva adiante uma luta determinada pelo poder. O partido bolchevique que dirige a luta pelo poder não necessita apenas de democracia. Requer, também, um centralismo imperioso e disciplina de ferro na ação. Requer uma composição proletária em conformidade com o seu programa proletário. O partido bolchevique não pode ser dirigido por diletantes cujos interesses reais e vidas reais estão em outro mundo, estranho a este. Requer uma direção profissional ativa, composta de indivíduos selecionados e controlados democraticamente, que devam toda a sua vida ao partido e que encontrem no partido e em suas atividades multiformes em um ambiente proletário satisfação pessoal completa.

Para o revolucionário profissional, o partido é a expressão concentrada do seu propósito de vida e ele está ligado a ele para toda a vida e a morte. Prega e pratica o patriotismo de partido porque sabe que seu ideal socialista não pode ser realizado sem o partido. O maior dos crimes, aos seus olhos, é a deslealdade e a irresponsabilidade em relação ao partido. O revolucionário profissional tem orgulho do seu partido. Defende-o diante de todo o mundo em todas as ocasiões. O revolucionário proletário é um homem disciplinado, uma vez que o partido não pode existir como uma organização de combate sem disciplina. Quando se encontra em minoria, submete-se à decisão do partido e leva adiante

suas resoluções, enquanto aguarda novos acontecimentos para verificar as disputas ou novas oportunidades para discutir novamente.

A atitude pequeno-burguesa em relação ao partido, representada por Burnham, é o oposto de tudo isso. O caráter pequeno-burguês da oposição é mostrado em sua atitude relativa ao partido, sua concepção de partido e mesmo em seu método de queixar-se e lamuriar-se a respeito das “ofensas”, como de modo infalível em sua atitude leviana em relação ao nosso programa, nossa doutrina e nossa tradição.

O intelectual pequeno-burguês, que quer ensinar e guiar o movimento operário sem participar nele, sente apenas laços frouxos com o partido e está sempre cheio de “queixas” contra ele. No momento em que seus pés são pisados ou em que ele é rejeitado, esquece tudo a respeito dos interesses do movimento e lembra apenas que seus sentimentos foram feridos; a revolução pode ser importante, mas a vaidade ferida do intelectual pequeno-burguês é mais importante. Ele é completamente a favor da disciplina quando está sentando a lei para os outros, mas tão logo se encontre em minoria, começa a lançar ultimatos e ameaça a maioria do partido com o rompimento.

Os dirigentes da oposição vêm se mostrando fiéis ao tipo. Tendo recitado todo o doloroso catálogo das suas ofensas pequenas, sem consequência e, em sua maioria, imaginárias; tendo sido repelidos pela maioria proletária em sua tentativa de revisar o programa; tendo sido chamados política e sociologicamente pelo seu verdadeiro nome - tendo “sofrido” todas estas indignidades -, os líderes da oposição estão agora tentando uma vingança contra a maioria do partido com ameaças de uma cisão. Não os ajudará. Não nos deterá de mostrar que sua atitude na questão de organização está desconectada das suas concepções pequeno-burgue-



Lenin na fundação da Internacional Comunista. Defesa do bolchevismo e do centralismo democrático

sas em geral, mas é simplesmente uma expressão secundária desta.

Questões de organização e métodos organizativos não são independentes das linhas políticas, mas subordinadas a elas. Como regra, os métodos organizativos derivam-se da linha política. De fato, todo o significado da organização é o de realizar o programa político. Em última análise, não há exceções a essa regra. Não é a organização - partido ou grupo - que cria o programa; antes, é o programa que cria a organização ou conquista e utiliza uma organização já existente. Mesmo aqueles grupos sem princípio e camarilhas que não têm programa ou bandeira própria, não podem deixar de ter um programa político imposto pelo curso de uma luta. Estamos agora testemunhando uma ilustração da operação dessa lei no caso daquelas pessoas em nosso partido que entraram em uma combinação para lutar contra o “regime” sem ter qualquer programa político definido das divergências com ele.

Estão, neste caso, apenas reproduzindo a experiência invariável dos seus predecessores que colocaram o carro na frente dos bois e formaram frações para lutar pelo “poder” antes que tivessem qualquer ideia clara do que fariam com

o poder depois que o conseguissem.

Na terminologia do movimento marxista, camarilhas ou grupos sem princípios, que começam uma luta sem um programa definido, foram caracterizados como bandidos políticos. Um exemplo clássico de um grupo como esse, do começo até o seu miserável fim nas águas paradas do radicalismo americano, é o grupo conhecido como o dos “lovestonistas”. Esse grupo, que recebeu o seu nome do aventureiro sem caráter que foi o seu dirigente, envenenou e corrompeu o movimento comunista norte-americano por muitos anos com as suas lutas faccionais sem escrúpulos, que eram levadas adiante apenas para servir objetivos pessoais e ambições pessoais ou para satisfazer ofensas pessoais. Os lovestonistas eram pessoas capazes e com talento, mas não tinham princípios definidos. Sabiam apenas que queriam controlar o “regime” do partido. Do mesmo modo que Abern, essa questão sempre ocupou o primeiro lugar em seus cálculos; o programa “político” do momento era sempre adaptado ao seu objetivo primordial de “resolver a questão do regime satisfatoriamente”, ou seja, em seu favor.

...

A política de camarilha e o combinacionismo do grupo de Abern, que representa e simboliza essas práticas odiosas, são de fato, como escreveu Shachtman em 1936, “uma corrente sinistra na circulação sanguínea do partido”. Contribuem não para a educação, mas para a corrupção do partido. O partido deve curar-se dessa doença para poder viver e avançar para a realização das suas grandes tarefas. A tentativa da combinação oposicionista de borrar o prontuário da camarilha de Abern tornou necessário este longo relato da sua história real, composta do começo ao fim de fatos irrefutáveis e inatacáveis. A camarilha de Abern, como todas as camarilhas, cresceu no escuro. Era necessário arrastá-la para a luz do dia e mostrar ao partido o que é e o que sempre foi a ameaça de ruptura na atual situação, à qual o pérfido grupo de Abern contribuiu no mais alto grau, é um aviso final para o partido: a política de camarilha e o combinacionismo não podem mais ser tolerados! Para que o partido possa viver, a política de camarilha e o combinacionismo devem ser destruídos. A próxima convenção do partido está confrontada com esta tarefa inadiável.



ESQUERDA MARXISTA

CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL



www.marxismo.org.br